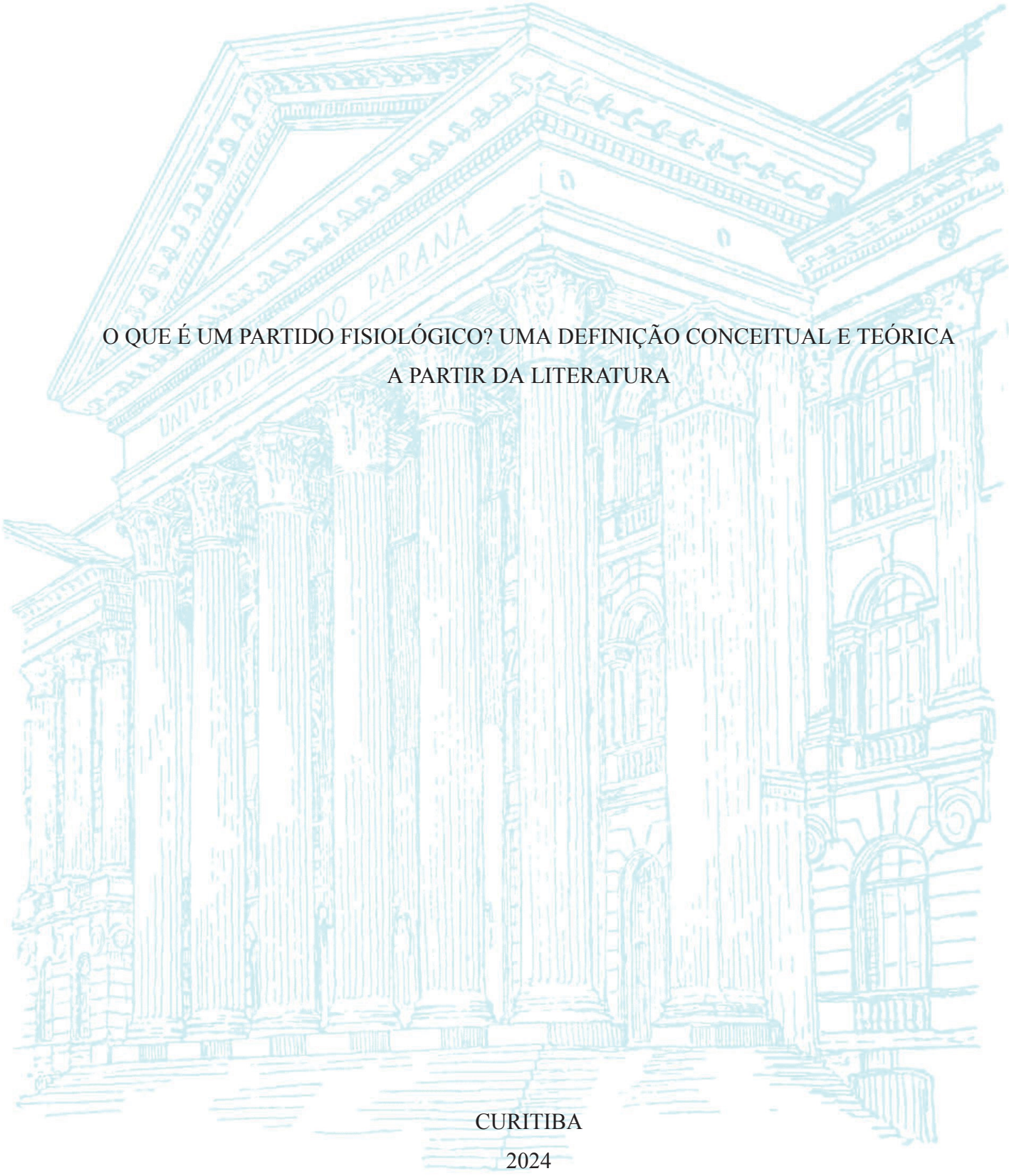
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL BENTO LEITE FERREIRA



O QUE É UM PARTIDO FISIOLÓGICO? UMA DEFINIÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA A PARTIR DA LITERATURA

CURITIBA

2024

GABRIEL BENTO LEITE FERREIRA

O QUE É UM PARTIDO FISIOLÓGICO? UMA DEFINIÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA A PARTIR DA LITERATURA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), no Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bolognesi

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Ferreira, Gabriel Bento Leite
O que é um partido fisiológico? : uma definição conceitual e teórica a partir da literatura. / Gabriel Bento Leite Ferreira. – Curitiba, 2024.
1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
Orientador: Prof. Dr. Bruno Bolognesi.

1. Partidos políticos - Brasil. 2. Brasil – Política e governo. 3. Ciência Política. I. Bolognesi, Bruno, 1982-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GABRIEL BENTO LEITE FERREIRA** intitulada: **O QUE É UM PARTIDO FISIOLÓGICO? UMA DEFINIÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA A PARTIR DA LITERATURA**, sob orientação do Prof. Dr. BRUNO BOLOGNESI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Abril de 2024.

Assinatura Eletrônica
30/04/2024 12:31:19.0
BRUNO BOLOGNESI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
30/04/2024 12:41:23.0
RENATO MONSEFF PERISSINOTTO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
30/04/2024 12:33:23.0
MAURICIO MICHEL REBELLO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 361651
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 361651

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é libertador. É reconhecer que não estivemos sozinhos, mesmo quando sentimos solidão. É reconhecer que os fardos seriam muito mais pesados sem ajuda, e que sempre há uma mão amiga, pronta para ajudar, aliviar, distrair. Mais importante de tudo, agradecer é o primeiro passo para retribuir tanta ajuda e carinho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por me financiar na condição de bolsista durante o primeiro ano desta pesquisa. Foi nesse ano que fiz a transição da História para a Ciência Política, e essa tarefa não poderia ter sido realizada sem a possibilidade de me dedicar integralmente a ela.

Agradeço a meu orientador, professor Bruno, por ter me acolhido nessa nova área de pesquisa, pelas aulas instigantes, pelas referências (acadêmicas e cinematográficas) e pela paciência com que lidou, por três longos anos, com minha forma demorada e detalhista de escrever.

Agradeço aos professores do PPGCP-UFPR pelas orientações e pela dedicação. Em particular, agradeço aos professores Renato e Adriano por compartilhar de seu repertório de conhecimento e de seu entusiasmo pelo estudo. Agradeço aos colegas do LAPeS pelas experiências, ideias e discussões, elas certamente ajudaram a colocar algumas questões em perspectiva. Agradeço à Silvia por seus serviços na Secretaria do Programa, e aos demais funcionários técnicos e administrativos da UFPR que tornaram possível a realização desse curso.

Agradeço aos amigos que fiz na Ciência Política: Amanda, Berga, Dayane, Gaby, Pedro, Paula, Jorge, Marta, Gruba e Lucas. Com festas, conversas, figurinhas de WhatsApp, choques de realidade, conselhos e futebol, vocês agregaram muito a esta pesquisa, e conseguiram tornar o primeiro ano de mestrado especial – conquista impressionante, considerando que, graças à epidemia de Covid-19, o primeiro encontro presencial aconteceu só em Novembro!

Agradeço também aos professores com quem convivi nas escolas onde trabalhei, e com quem eventualmente troquei ideias sobre minha pesquisa ou sobre a política de modo geral.

Agradeço à Vanessa pela tão crucial ajuda em desatar os nós que prendiam e confundiam meus pensamentos.

Eu agradeço aos amigos que fiz na História, e que levo para a vida. Albano, Dodô e May, vocês são um refúgio, um alento e uma referência pra mim, seja na política, na vida profissional ou na vida pessoal.

Agradeço à Maria Elisa, ao Bruno, ao João Pedro e à Giovanna pelo pique de sair e esquecer um pouco os problemas, seja no carnaval, no centro ou só assistindo a um filme em casa. Agradeço ao Nico e ao Humberto pelas tão revigorantes conversas sem rumo enquanto jogamos alguma coisa.

Agradeço à Theo pelos conselhos, palavras, ideias trocadas, experiências compartilhadas, pelo carinho e pela paciência de se manter próxima de um amigo que some tantas vezes e por tanto tempo.

Agradeço ao Rabelo, ao André, ao Victor, ao Bona, ao Anselmo e ao João Vicente por tantos anos de amizade, e por serem, a despeito das distâncias, um porto seguro onde sei que posso retornar e encontrar um momento de leveza.

Agradeço à Carol, por tanta coisa. Pela compreensão e pelo companheirismo, tamanhos que não achava possível. Agradeço pela revisão criteriosa de alguns capítulos, pelos momentos de alegria, de aprendizado, de tranquilidade e de carinho. Por ajudar a dar um sentido para tudo isso. Sem você, este último ano de pesquisa e trabalho teria sido completamente diferente.

Agradeço à minha família: Pai, Mãe, Maysa, Amanda, Joma e Rodolpho. Vocês são uma fundação que resiste aos ventos, mares e terremotos. Obrigado. É graças ao apoio, ao carinho, à compreensão e à ajuda de vocês que esta dissertação foi possível.

“Mas quem sofre sempre tem que procurar
Pelo menos vir achar
Razão para viver

Ver na vida algum motivo pra sonhar
Ter um sonho todo azul
Azul da cor do mar”
- Tim Maia

RESUMO

As ideias de fisiologismo e de Partido Político Fisiológico se disseminaram na política brasileira ao longo das últimas décadas e, mais recentemente, começaram a ganhar espaço também em trabalhos acadêmicos da Ciência Política. Apesar disso, são ideias que permanecem vagas, indiferenciadas e indefinidas. São concepções, não conceitos propriamente ditos. Diante disso, para que todo o potencial explicativo desse conceito seja materializado, esta dissertação propõe uma definição formal de Partido Fisiológico a partir dos elementos que já estão presentes no uso corrente dessas concepções. Para isso, em primeiro lugar, artigos que refletem sobre a importância do rigor conceitual nas Ciências Sociais foram consultados em busca dos princípios e ferramentas necessários para realizar esta formalização do conceito. Em seguida, foi realizada uma revisão da literatura acadêmica em busca de referências que usem "fisiologismo" e "partidos fisiológicos" em suas análises, visando identificar quais são os conteúdos dessas concepções, para que sejam reorganizados no conceito final. Identificou-se que o Partido Fisiológico é definido por seu comportamento: adotando uma Estratégia de Representação que é incompatível com posições programáticas firmes, ele se comporta de forma clientelista na Arena Eleitoral e de forma Governista na Arena Parlamentar. Por fim, o comportamento que o define foi utilizado para construir uma tipologia de Estratégias de Representação. Esta tipologia se estrutura a partir do comportamento na Arena Eleitoral e do comportamento na Arena Parlamentar, e define 5 tipos de Estratégias de Representação: Fisiológica, Tradicional, Carismática, Adesista e Programática. Esses tipos podem contribuir para a compreensão da variedade de partidos que podem coexistir em um mesmo sistema partidário, especialmente nas democracias mais recentes que surgiram na América Latina, na África e na Ásia.

Palavras-chave: Partido Fisiológico; Fisiologismo; Tipologia; Partidos Políticos; Estratégia de Representação; Clientelismo; Governismo; Comportamento partidário.

ABSTRACT

The neologisms of "Phisyologism" (*fisiologismo*) and "Physiological Political Party" (*Partido Político Fisiológico*) are ideas that have spread in brazilian politics over the last decades and, more recently, have also gained traction in Political Science academic research. However, these ideas remain vague, undefined and undifferentiated. They are conceptions rather than proper concepts. In face of this, this dissertation seeks to formally define the Physiological Political Party in a way that brings to light its full explanatory potential, working with elements already found in the current usages of this conception. Firstly, articles that underline the importance of conceptual rigor in Social Sciences were used to obtain the theoretical principles and tools necessary to structuring the concept. Secondly, we reviewed the literature in search of articles and papers that employed "fisiologismo" and "partido fisiológico" in their analyses, aiming to pin down these conceptions' contents, which were reworked to make up the final concept. It was found that a Physiological Party is defined by its behavior: following a Representation Strategy that is at odds with any clear programmatic positioning, it behaves in a Clientelistic manner in the Electoral Arena and in a "Governist" manner in the Legislative Arena, i.e. always looking to join the government coalition. This definition is introduced and further detailed to cover issues such as party organization and the uniqueness of the concept, and "Rent-seeking Party" is proposed as an adequate translation of the concept's label to English. Finally, the behavior that defines it was used to build a typology of Representation Strategies. This typology is structured on the behavior in the Electoral Arena and in the Legislative Arena, and defines 5 types of Representation Strategies: "Physiological" (Rent-seeking), Traditional, Charismatic, Adhering and Programmatic. Together, these types may help understanding the diversity of political parties that may coexist in the same party system, especially in younger democracies that developed in Latin America, Africa and Asia.

Keywords: Rent-seeking Party; Fisiologismo; Typology; Political Parties; Representation Strategy; Clientelism; Governism; Political Party Behavior.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – MENÇÕES A "FISIOLOGISMO" EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO, POR DÉCADA ……..…… 39

GRÁFICO 2 – MENÇÕES A "FISIOLOGISMO" EM PRONUNCIAMENTOS NO CONGRESSO NACIONAL, POR DÉCADA ……..… 40

GRÁFICO 3 – REFERÊNCIAS A "FISIOLOGISMO" NA IMPRENSA, CONGRESSO NACIONAL E TRABALHOS ACADÊMICOS, POR DÉCADA ……... 41

GRÁFICOS 4 E 5 - GRAU DE DEFINIÇÃO E NÍVEL DE CENTRALIDADE DO CONCEITO DE FISIOLOGISMO NOS TRABALHOS FICHADOS (n = 26) ……... 47

GRÁFICO 6 - PROPORÇÃO DOS GRUPOS DE CARACTERÍSTICAS NOS TRABALHOS PUBLICADOS POR QUINQUÊNIO ……... 64

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – EXEMPLO DE FICHAMENTO SISTEMATIZADO …….. 44

QUADRO 2 – EXEMPLO DE VERBETE DE DICIONÁRIO CONSULTADO …… 45

QUADRO 3 –PARTIDOS POLÍTICOS CLASSIFICADOS COMO FISIOLÓGICOS 58, 59

QUADRO 4 - DEFINIÇÃO DE PARTIDO FISIOLÓGICO ……. 68

QUADRO 5 - ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS …….. 101

QUADRO 6 - ESPÉCIES E MODELOS DE PARTIDO CONFORME A ESTRATÉGIA DE REPRESENTAÇÃO QUE UTILIZAM ……. 114

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS POR GRAU DE DEFINIÇÃO E POR NÍVEL DE CENTRALIDADE (n = 26) ……... 46
TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS MAIS FREQUENTES NOS TRABALHOS E VERBETES ……... 63

LISTA DE SIGLAS

DC	Democracia Cristã
DEM	Democratas
LDP	Partido Liberal Democrático do Japão
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PATRI	Patriota
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMB	Partido da Mulher Brasileira
(P)MDB	(Partido do) Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PODE	Podemos
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PR	Partido da República
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD (2011)	Partido Social Democrático, fundado em 2011
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSN	Partido da Solidariedade Nacional
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB (1945)	Partido Trabalhista Brasileiro, fundado em 1945
PTB (1981)	Partido Trabalhista Brasileiro, fundado em 1981
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
SDD	Solidariedade
SPD	*Sozialdemokratische Partei Deutschlands,* Partido Social-Democrata da Alemanha
UNIÃO	União Brasil
UNR	*Unión pour la Nouvelle Republique*, União pela Nova República

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** **13**

2 **OS CONCEITOS E A CIÊNCIA POLÍTICA**..... **22**
2.1 O QUE SÃO CONCEITOS? 22
2.2 POR QUE DISCUTIR CONCEITOS? 26
2.3 COMO DISCUTIR CONCEITOS? 31
2.4 PARA O CONCEITO DE PARTIDO FISIOLÓGICO 35

3 **AS CONCEPÇÕES DE FISIOLOGISMO E DE PARTIDO FISIOLÓGICO** **37**
3.1 FISIOLOGISMO: UMA JABUTICABA, OU APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DO CONCEITO 37
3.2 REVISÃO DA LITERATURA QUE TRATA DE FISIOLOGISMO E DE PARTIDOS FISIOLÓGICOS 42
3.3 AS CONCEPÇÕES DE FISIOLOGISMO: A FORMA 45
3.4 AS CONCEPÇÕES DE FISIOLOGISMO E DE PARTIDO FISIOLÓGICO: O CONTEÚDO, OU A INTENSÃO 48
3.5 ESTRUTURANDO O CONCEITO DE PARTIDO FISIOLÓGICO 65

4 **A DEFINIÇÃO DE PARTIDO FISIOLÓGICO** **68**
4.1 A DEFINIÇÃO 68
4.2 FISIOLOGISMO, OU A CONEXÃO FISIOLÓGICA 71
4.3 A ORGANIZAÇÃO 74
4.4 PARTIDOS VAZIOS DE REPRESENTAÇÃO? 78
4.5 O PARTIDO FISIOLÓGICO É REALMENTE UMA JABUTICABA? 80
4.6 AVALIAÇÃO DO CONCEITO 82

5 **UMA NOVA CLASSIFICAÇÃO PARA O ESTUDO DE PARTIDOS POLÍTICOS** **85**
5.1 TIPOLOGIAS E MODELOS NA LITERATURA DE PARTIDOS POLÍTICOS 87
5.2 UMA TIPOLOGIA DAS ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS 92
5.2.1 As dimensões da tipologia 93
5.2.2 Os Tipos de Estratégias de Representação dos Partidos Políticos 101
5.3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A TIPOLOGIA 109
5.3.1 Propriedades, esclarecimentos e limitações 109
5.3.2 Diálogo com os Modelos Partidários e outras tipologias 112

6 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** **115**

7 **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** **121**

8 **APÊNDICES** **128**
A FICHAMENTOS PADRONIZADOS 128
B VERBETES DE DICIONÁRIOS 150
C MATRIZ DE CARACTERÍSTICAS CODIFICADAS POR TRABALHO E VERBETE 153

1 INTRODUÇÃO

Quando esta pesquisa foi originalmente proposta, ainda como projeto de dissertação para ingresso no Programa de Pós-Graduação, ela visava verificar se o número de Partidos Fisiológicos no sistema partidário brasileiro havia aumentado ao longo da década de 2010, acompanhando o crescimento na fragmentação partidária no Congresso Nacional. Esta hipótese havia sido formulada a partir da leitura de alguns artigos em que os Partidos Fisiológicos eram utilizados como categoria de análise, e nos quais seu crescimento parecia coincidir com o encolhimento dos maiores partidos brasileiros.

Fisiologismo é um neologismo muito popular entre jornalistas e analistas políticos para explicar as movimentações em Brasília, especialmente em momentos de crise política (Miguel & Coutinho, 2007). Contudo, ao longo das últimas décadas, cresceram os esforços de artigos e trabalhos acadêmicos que procuram dotar esta ideia de valor científico, inclusive aplicando-a como descritor de uma espécie de partido político: o Partido Fisiológico.

Assim, seja na imprensa, seja entre trabalhos acadêmicos variados, estas ideias começaram a ser frequentemente mobilizadas para explicar dificuldades e mazelas da democracia brasileira: a prevalência do pragmatismo sobre os princípios ideológicos anunciados em campanha (Kingstone & Ponce, 2010); a permanência de estruturas de poder arcaicas (Calcagnotto, 2011; Lenardão, 2008); dificuldades de governabilidade (Abranches, 2001), entre outros. Ainda que seja para relativizar seu papel explicativo, essas ideias são citadas em discussões a respeito dos problemas da democracia no Brasil (Limongi & Figueiredo, 2017). Então, a pesquisa buscava explorar empiricamente a capacidade explicativa do fisiologismo e dos Partidos Fisiológicos, aplicando essas ideias a questões como a incongruência ideológica nas alianças políticas formadas antes e depois das eleições, e o comportamento dos cada vez mais numerosos partidos pequenos e médios.

No entanto, o Partido Fisiológico ainda não havia sido tomado como objeto central de análise na Ciência Política, e ainda não havia consenso quanto a como defini-lo, ou quanto às melhores formas de implementar empiricamente essa classificação. Pouco se tinha de sólido, além de que esta era uma espécie de partido caracterizada não por sua forma de organização ou sua composição social, mas a partir de seu **comportamento**. Assim, antes de verificar empiricamente a hipótese levantada pela pesquisa, seria necessário revisar a literatura em busca de uma definição mais precisa e dos melhores meios para operacionalizá-la.

Porém, logo ficou claro que esta etapa inicial, de preparar o terreno conceitual e

teórico antes de realizar testes empíricos, era uma pesquisa em si mesma. A ideia de Partido Fisiológico carecia de estrutura, e sua relação com as teorias sobre partidos políticos estava completamente em aberto. Mais do que um conceito, tratava-se ainda de uma concepção, uma representação mental imprecisa e que ainda não havia sido formalizada. Um de seus aspectos – a ausência ou irrelevância da ideologia/programa para o partido – parecia ser ponto pacífico para diferentes autores, mas, de resto, havia incertezas quanto ao perfil de organização, o tamanho do partido, a relação com o clientelismo e o personalismo, entre outras questões. Na verdade, uma parte relevante dos trabalhos revisados utilizava esta categoria como mero adjetivo pejorativo, ao lado de tantos outros: patrimonialismo, empreguismo, corrupção, etc. Para que o conceito pudesse ser realmente incorporado às discussões científicas, seria necessário separar o joio do trigo e identificar o que definia e diferenciava um Partido Fisiológico dos demais.

Então, o objetivo da pesquisa passou a ser a proposição de uma definição formal e organizada para o conceito de Partido Fisiológico. O método escolhido foi analisar o uso corrente que a literatura faz dos termos "fisiologismo" e "partido fisiológico", visando identificar qual é a concepção que cada artigo ou trabalho acadêmico faz dessas ideias. Uma vez inventariadas as várias concepções existentes, os principais elementos que as compõem foram codificados e reorganizados de forma mais coerente, para que fossem utilizados como matéria-prima para a definição final do conceito de Partido Fisiológico. Dessa forma, é possível sanar as limitações que atualmente prejudicam o uso dessa categoria, ao mesmo tempo em que se reconhece a validade do conteúdo já atribuído a ela pelos pesquisadores.

Com este novo objetivo, a dissertação passou a ter um caráter marcadamente teórico, e tornou-se necessária uma abordagem mais rigorosa a respeito da formação e manejo de conceitos. O Capítulo 2 se dedica a essa tarefa, resgatando uma tradição de debates na Ciência Política que ganhou destaque com Giovanni Sartori, e que enfatiza a importância de conduzir com seriedade e cuidado a definição dos conceitos antes de procurar mensurá-los no mundo real, sob o risco de invalidar os dados coletados. As reflexões consultadas ao longo deste capítulo permitiram compreender melhor o que são conceitos e quais são suas funções, e também esclareceram as melhores práticas para construí-los e utilizá-los.

Com estas orientações em mente, no Capítulo 3 procedeu-se à revisão da literatura em busca das concepções correntemente utilizadas pelos pesquisadores, as quais fundamentaram a definição final do conceito. De início, eram as concepções de "partido fisiológico" que interessavam à pesquisa, mas logo ficou claro que seria necessário incluir também "fisiologismo" entre os termos pesquisados. Isso se deu por dois motivos. Em

primeiro lugar, a inovação terminológica que acrescentou um significado político a termos oriundos da biologia (fisiologia, fisiológico), parece ter inicialmente se popularizado como descrição de um comportamento ("fisiologismo"), e apenas depois ganhado mais espaço como descrição de um partido político ("partido fisiológico"). Assim, a quantidade de referências a "Partido Fisiológico" era insuficiente para depreender com segurança seu conteúdo, e foi necessário enriquecê-las com a inclusão das referências a "fisiologismo". Em segundo lugar, verificou-se que as concepções de "fisiologismo" e de "Partido Fisiológico" não apresentavam divergências significativas entre si, fosse nas características que descreviam, fosse nos fenômenos descritos. Em ambos os casos, tratava-se de grupos de parlamentares que, de diferentes formas, comportavam-se de maneira pouco programática. A única diferença encontrada foi que as concepções de "Partido Fisiológico" traziam algumas características da organização partidária que reúne esses parlamentares, enquanto as concepções de "fisiologismo" deixavam o tópico em aberto.

No total, incluindo ambos os termos de busca, a revisão de literatura identificou 26 trabalhos acadêmicos de relevância, entre artigos, monografias, dissertações e teses, além de 9 verbetes de dicionários. Estes trabalhos e verbetes foram fichados conforme um modelo padronizado, que sistematiza informações como: nível de centralidade que o termo ocupa na análise; grau de definição da concepção; partidos classificados como fisiológicos, etc. A partir da leitura integral destes trabalhos, depreendeu-se a concepção de "fisiologismo" e/ou de "partido fisiológico" presente em cada um, e em seguida estas concepções foram codificadas conforme as características que atribuem aos Partidos Fisiológicos. A análise desses dados sistematizados permitiu indicar com maior precisão as características formais e substanciais do conceito que se pretendia formalizar.

O Capítulo 4 se ocupa de organizar esse material em uma definição coesa e funcional de Partido Fisiológico. Para isso, além das orientações conceituais vistas no Capítulo 2, recorre-se a diversos apontamentos teóricos sobre os partidos políticos, suas características e suas funções. Cabe apresentar brevemente alguns dos mais importantes deles nesta Introdução, para que o leitor os tenha em mente ao longo dos capítulos.

Na acepção moderna da expressão, Partidos Políticos são organizações formais e duradouras que são fundadas e mantidas por políticos, sejam eles já estabelecidos ou aspirantes, para disputar as eleições que garantem o acesso a cargos representativos (Bolognesi, 2021; Panebianco, 2005; White, 2006). O objetivo prioritário não necessariamente é ser vitorioso nas eleições, pois, para alguns partidos, basta disputá-las como forma de marcar posições e mobilizar o apoio de certos eleitores. Associar-se a um

partido contribui para este fim ao fortalecer mutuamente a posição desses políticos, ao mesmo tempo em que diminui custos e resolve problemas de ação coletiva suscitados por essa cooperação (Kitschelt, 2000; Oppo, 1998). Desempenhar essas funções é um dos propósitos mínimos de um partido, pois do contrário não há motivos para que os políticos permaneçam filiados a ele (Desposato, 2007b).

A mobilização de apoio junto ao eleitorado pode ter diferentes intensidades e assumir graus variados de importância para a organização, indo do eleitor que presta um apoio isolado por causa de uma opinião específica, até os filiados socialmente integrados, que contribuem com mão de obra e participam na formulação de programas e na seleção de candidatos ou líderes partidários. Este vínculo com o eleitorado também pode ter diferentes naturezas, a depender do que os eleitores esperam receber em troca por seu apoio. Em alguns casos, a "recompensa" do eleitor é meramente simbólica, e advém do sentimento de pertencimento a um movimento de transformação da sociedade que é encabeçado por uma liderança carismática. Quando os vínculos eleitorais têm essa natureza carismática, o entusiasmo, a lealdade e o reconhecimento por parte do líder são fins buscados em si mesmos (Kitschelt, 2000; Kitschelt et al., 2009).

Em outros casos, os eleitores realizam um cálculo mais instrumental, e esperam que seu voto resulte em consequências concretas para suas vidas. Por exemplo, o eleitor pode realizar uma troca direta de seu voto por benefícios materiais, seletivamente entregues pelo candidato antes ou depois de sua eleição, caracterizando uma vinculação eleitoral de natureza material (Kitschelt, 2000). Esta troca direta, assimétrica, material e seletiva lembra a relação entre um patrão e seus clientes, isto é, a prática do clientelismo. Contudo, conforme esclarece a literatura especializada neste fenômeno, esta circunstância não é suficiente para caracterizar o clientelismo propriamente dito, pois este necessariamente envolve alguma forma de monitoramento dos eleitores, para que possam ser aplicadas represálias em caso de descumprimento de sua parte do acordo (Kitschelt & Wilkinson, 2007; Stokes, 2009). Em uma relação de clientelismo *stricto sensu*, caso fique claro que o eleitor não efetuou seu voto conforme prometido, os benefícios materiais não são entregues e ele está sujeito a ser repreendido, inclusive por meios violentos. Entretanto, para que nossa abordagem não se restrinja apenas a situações tão específicas, ao longo dos capítulos seguintes a dissertação se refere a um clientelismo *lato sensu*, que inclui todas as trocas diretas, materiais e seletivas, sejam elas contingenciadas ou não.

Outra forma de cálculo instrumental por parte dos eleitores é aquela que resulta em um voto programático. Neste caso, durante a campanha o partido apresenta publicamente um

programa que reúne seus princípios e propostas, os quais, se gozarem de credibilidade, auxiliam o eleitor a antecipar qual será o comportamento dos representantes depois de eleitos (Kitschelt, 2000; Kitschelt et al., 2009). Com base nos diferentes programas partidários, o eleitorado pode escolher aquelas propostas que lhe sejam mais favoráveis, ainda que não tenha certeza sobre qual será o impacto final em termos de políticas públicas. Portanto, esta troca do voto por benefícios concretos acontece de forma indireta, e a entrega do benefício não está condicionada ao voto do beneficiário, mas sim aos princípios gerais que foram publicamente debatidos durante a formulação da política pública (Stokes, 2009).

A vinculação eleitoral de natureza programática geralmente possui um valor ideológico, mas nem sempre[1]. Pois, é comum que os princípios e propostas contidos no programa partidário acabem por posicioná-lo ao longo do principal eixo ou dimensão de competição partidária, o espectro esquerda-direita. Diretrizes programáticas que versem sobre a intervenção do Estado na economia, ou que tratem de liberdades individuais e de desigualdades sociais, inevitavelmente se situam em algum ponto do espectro ideológico. Porém, nem todos os compromissos que um partido faz em seu programa tratam de temas com clara carga ideológica. Alguns partidos elaboram suas propostas em torno de pautas mais restritas, como o ambientalismo, que transitam entre a esquerda e a direita com mais facilidade. Outros defendem plataformas que coincidem apenas parcialmente com o eixo ideológico, como é o caso de partidos religiosos que apresentam certo conservadorismo, mas adotam uma postura ambígua em relação à economia. Por fim, alguns partidos organizam suas propostas em torno de sua competência em alcançar resultados "técnicos": crescimento econômico, eficiência, honestidade etc. (Kitschelt et al., 2009). A diferença entre as vinculações programáticas de caráter ideológico e as de caráter não ideológico pode ser um elemento importante para compreender a estratégia adotada por um partido, como veremos ao longo da Dissertação.

A exposição acima resume a teoria das vinculações eleitorais (*electoral linkages*), formulada por Kitschelt e colaboradores. Ela é retomada com mais detalhes em diversos pontos dos capítulos seguintes, pois ajuda a esclarecer como os partidos políticos desempenham uma das suas atividades mais fundamentais: disputar votos nas eleições. A estratégia de vinculação eleitoral empregada por um partido político revela seus objetivos e, também, diversos aspectos de sua organização (Kitschelt et al., 2009; Kitschelt & Kselman,

---

[1] O conceito de Ideologia é um dos mais densos e diversos na Ciência Política. Estamos cientes de que, sob algumas interpretações, virtualmente todas as coisas possuem carga ideológica. Para os fins desta pesquisa, contudo, restringimos o entendimento deste conceito a seu sentido mais estrito, que se refere à dimensão de competição que vai da esquerda à direita.

2010). Apesar disso, esta análise pode ser enriquecida com outros dados, pois a Arena Eleitoral, não obstante sua importância, não é a única na qual os partidos atuam.

Os dados coletados na revisão de literatura mostraram que o comportamento na Arena Legislativa ou Parlamentar também seria relevante para definir o que é um Partido Fisiológico. Pois, apenas tomando em conjunto o comportamento adotado nas duas Arenas é que a particularidade desta espécie de Partido pôde ser apontada. Porém, para a análise da Arena Legislativa não havia um arcabouço teórico robusto como o das vinculações eleitorais, e a pesquisa teve de fazer uso de referências esparsas encontradas em meio à teoria, além das informações extraídas das concepções de "fisiologismo" e de "partido fisiológico" na literatura.

Dado que "fisiologismo" é um neologismo criado em meio ao cenário político brasileiro, não deve surpreender que a análise do comportamento na Arena Parlamentar acabou recaindo sobre um fenômeno intimamente associado ao chamado Presidencialismo de Coalizão: o Governismo. Esta é a ideia de que um partido procura sempre se aliar ao Executivo e compor sua base de apoio no Congresso, viabilizando a governabilidade, mas exigindo concessões por parte do Presidente, seja na agenda legislativa, seja no direcionamento de recursos. O contrário do Governismo seria adotar uma postura Autônoma, que postula uma aproximação do Executivo apenas em caso de proximidade ideológica – o que não demandaria tantas concessões do Presidente.

Em muitas análises cotidianas, o Governismo (assim como o próprio Fisiologismo) costuma ser usado como uma descrição simplista e até caricatural das estratégias políticas realmente empregadas pelos partidos: seria uma chantagem praticada pelo Legislativo contra o Executivo, que é obrigado a ceder para conseguir governar, como se não implicasse em custos ou riscos para os praticantes do Governismo e do Fisiologismo (Limongi & Figueiredo, 2017). Nossa abordagem não nega que estas práticas possam prejudicar a qualidade da representação democrática, mas tampouco as encara apenas sob uma ótica moral. Antes, a prioridade é compreendê-las com a maior precisão e distanciamento possível, procurando identificar causas, características e consequências, inclusive com o objetivo de melhor informar os esforços para mitigar seus prejuízos.

O comportamento na Arena Eleitoral e na Arena Parlamentar são as duas balizas que guiam as discussões sobre os partidos políticos ao longo desta Dissertação. É a interação entre estas duas dimensões que dá a estrutura necessária para que os conteúdos coletados na revisão de literatura formem uma definição coesa de Partido Fisiológico. O Capítulo 4 se ocupa de apresentar esta definição, começando por suas características mínimas e suficientes, mas

estende a discussão para incluir outros aspectos importantes, como a organização partidária, o teor ideológico, a especificidade destes partidos como fenômeno brasileiro, entre outros. Ao fim, esta proposta de conceito é avaliada à luz dos preceitos conceituais vistos no Capítulo 2.

Assim, o Partido Fisiológico é definido em primeiro lugar pelos comportamentos que adota, de forma conjunta e integrada, nas Arenas Eleitoral e Parlamentar. A esta combinação integrada dos dois comportamentos poderíamos chamar de Estratégia de Representação; no caso do Partido Fisiológico, trata-se da Estratégia Fisiológica de Representação. Mas esta não é a única forma possível de interação entre as duas dimensões. Na verdade, posto que em cada Arena é possível apresentar diferentes comportamentos, a variedade de interações possíveis forma uma tipologia de Estratégias de Representação, das quais a Fisiológica é apenas uma. Cada Estratégia de Representação é formada por um dos três possíveis comportamentos na Arena Eleitoral e um dos dois comportamentos possíveis na Arena Parlamentar, os quais interagem de forma própria.

Construir esta tipologia de Estratégias de Representação não é importante apenas para aproveitar uma oportunidade que surgiu ao longo do processo de definição do Partido Fisiológico, mas também como uma forma de enrobustecer o conceito que está sendo proposto. A utilidade teórica e a relação com outros conceitos correlatos são alguns dos critérios para avaliar a qualidade de um conceito, e o Capítulo 5 se dedica a desenvolver esse aspecto em maior profundidade. Esta seção da dissertação descreve as dimensões da tipologia e seus possíveis valores, explicando suas formas de interação e buscando detalhar o máximo possível o significado de cada tipo de Estratégia de Representação.

Para tratar das Estratégias de Representação e das formas como elas interagem entre si, torna-se relevante discutir os impactos que os partidos têm ao nível sistêmico. Aqui, o foco exclusivamente eleitoral de Kitschelt pode deixar a desejar, e faz-se necessária uma abordagem que trate das políticas públicas não apenas como formas de um partido se vincular a um eleitorado, mas também por seus impactos políticos, sociais e econômicos. A classificação proposta por Lowi (1964) faz justamente isso, pois separa as políticas conforme o escopo de seus impactos e os padrões de conflito político que elas suscitam.

Em primeiro lugar temos as políticas distributivas: são benefícios que, ao serem entregues, podem ser desagregados ao nível individual, e por isso sua distribuição está sujeita à discricionariedade dos políticos e burocratas. Estes benefícios materiais correspondem, na maior parte, àqueles que são objeto da relação clientelista ou das vinculações materiais seletivas com o eleitor. Porém, diferente da teoria das vinculações eleitorais, aqui o foco não é o procedimento que leva à obtenção do voto, se há uma troca direta ou indireta,

contingenciável ou não. O foco da classificação de Lowi é o tipo de conflito político que emerge em torno da política. No caso das políticas distributivas, o processo de sua formulação e execução é obscuro, e não há forma clara de identificar grupos que ganham e que perdem com sua implementação. Caso algum ator, individual ou coletivo, perceba estar sendo prejudicado pela implementação desta política, ele facilmente pode, devido à natureza desagregada do benefício, ser incluído entre o rol de favorecidos. Assim, são políticas de alcance mais reduzido, mas que conseguem desarticular opositores por meio da cooptação.

Em segundo lugar, temos as políticas regulatórias, que operam na escala dos setores econômicos e estão sujeitas um nível muito menor de desagregação e discricionariedade. São regulações e políticas que afetam determinado ramo da economia por inteiro, e que portanto mobilizam grupos de interesse a favor e contra sua aprovação. Aqui, há uma distinção clara entre os grupos favorecidos e aqueles que arcam com os custos da política, mas estes grupos não são grandes a ponto de mobilizar a sociedade inteira. É em torno de medidas regulatórias como essas que emergem os padrões de competição previstos por autores pluralistas como Robert Dahl (Lowi, 1964).

Já as políticas redistributivas se referem a todas as medidas com o potencial de alterar de forma relevante a distribuição de riqueza na sociedade. São políticas que versam sobre salários, serviços de bem-estar social, direitos de propriedade etc. Seu impacto não é enriquecer alguns indivíduos ou favorecer o crescimento de alguns setores econômicos, mas agir sobre relações que afetam todas as pessoas e, no limite, transformar as estruturas socioeconômicas. Nestes assuntos, os ganhadores e perdedores são facilmente identificados e geralmente estão separados em grupos de grande tamanho e relevância, como as classes sociais. Por isso, políticas redistributivas geralmente conseguem mobilizar a sociedade como um todo em torno de sua aprovação ou reprovação (Lowi, 1964). Vistas pela ótica das vinculações eleitorais, elas correspondem àquelas políticas que compõem um vínculo programático, especialmente os que possuem forte carga ideológica.

A abordagem de Lowi enriqueceu os parâmetros colocados pela perspectiva procedimental de Kitschelt, e serviu de base para compreender como as diferentes Estratégias de Representação interagem entre si para além da disputa direta por votos. Pois, algumas Estratégias são eficazes em produzir políticas distributivas, enquanto outras se destacam por trazer propostas redistributivas. Isto dita como algumas interações se desenrolam, mesmo entre as Estratégias de Representação que visam eleitorados bastante distintos e, portanto, não costumam competir diretamente pelos mesmos votos. O Capítulo 5 se aprofunda nessas considerações, em especial na distinção entre políticas distributivas e redistributivas, e as

utiliza para apresentar a tipologia de Estratégias de Representação e para aplicá-la a alguns exemplos ilustrativos da política brasileira recente.

Com isso, a pesquisa conclui aquilo a que havia se proposto. Com o objetivo de "limpar o terreno" antes que a categoria de Partidos Fisiológicos fosse aplicada em pesquisas empíricas e análises comparativas, ela propõe uma definição tanto conceitual quanto teórica para esta espécie de partido. Enquanto conceito, esta definição indica as características necessárias e suficientes para aplicar este rótulo a um partido, além de explorar outras características que provavelmente as acompanham. Enquanto teoria, ela remete a uma tipologia que inclui diversas Estratégias de Representação, tornando a diferenciação e a comparação entre elas uma tarefa mais fácil e organizada.

Guiando estes esforços havia o princípio de que, não obstante as inegáveis falhas e carências da democracia brasileira, as análises de seu funcionamento devem ir além de diagnósticos negativos e generalizantes. A comparação com democracias mais consolidadas deve sugerir objetivos a serem buscados e soluções a serem experimentadas, não se tornar um referencial que prevalece sobre a realidade local e inibe a formulação de categorias e interpretações originais. Assim, quando emergem expressões locais com potencial para explicar esta realidade – como o fisiologismo e, antes dele, o "amorfismo" (Campello de Souza, 1976) – o prognóstico negativo que estas ideias trazem não deve ser tomado como ponto final, mas, pelo contrário, como um ponto de partida. Se abordadas com cuidado e rigor, elas podem se tornar ferramentas para explicar e aprimorar a realidade que descrevem.

2 OS CONCEITOS E A CIÊNCIA POLÍTICA

2.1 O QUE SÃO CONCEITOS

Conceitos são imagens ou representações mentais de fenômenos reais, produzidas para possibilitar sua compreensão (aspecto cognitivo) e comunicação (aspecto linguístico) (Adcock, 2005; Barros, 2016; Koch, 2021). A certeza sensível e imediata é capaz de produzir apenas as afirmações mais superficiais, e, para que o conhecimento e a comunicação avancem para além disso, a mente humana precisa produzir conceitos a respeito dos objetos. Por meio da abstração das particularidades de cada situação específica, chega-se a afirmações mais gerais, capazes de agrupar as situações e/ou objetos similares e de distinguir os diferentes; em outras palavras, chega-se a conceitos capazes de classificar e de organizar a experiência sensível, que de outra forma é variada e complexa demais para ser apreendida.

Os conceitos são compostos por três partes: o termo, a extensão e a intenção (Adcock, 2005; Barros, 2016).[2] Em primeiro lugar, o *termo* é a palavra que comunica o conceito em análise. No caso , aqui, os termos de interesse são "Fisiologismo" e, especialmente, "Partido Fisiológico". Em segundo lugar, todo termo referencia algo, que podemos chamar de referente ou ainda de *extensão*. Trata-se do conjunto de fenômenos reais que o conceito busca reproduzir ou representar mentalmente, no nosso caso, as práticas fisiológicas e os Partidos políticos que podem ser categorizados por empregá-las sistematicamente. Por fim, o que diferencia um conceito de palavras comuns são as características de seu referente, ou sua *intensão*. Para as palavras ordinárias, a capacidade de comunicar um referente é suficiente, mas um conceito traz como seu conteúdo afirmações mais profundas a respeito desse referente, de suas características e de sua estrutura.[3] Portanto, para construir um conceito adequado de Partido Fisiológico, é necessário esclarecer quais são as características (intensão) implicadas por este termo, e lidar com o problema de quais partidos devem ser enquadrados nessa categoria. Como veremos nos capítulos seguintes, esta segunda tarefa tanto por uma aguda discordância entre diferentes autores, quanto pelo baixo número de operacionalizações empíricas da categoria.

---

[2] A literatura citada ao longo deste capítulo apresenta uma variedade de formas para nomear os mesmos três componentes dos conceitos, com variações de significado mínimas. Apenas alguns exemplos: o que nomeamos de termo também pode ser chamado "rótulo"; a extensão também pode ser chamada de "denotação", "referente" ou "definido"; e a intensão pode ser chamada ainda de "conotação" ou "compreensão".

[3] "Para que uma palavra ou expressão verbal se torne efetivamente um conceito, é preciso que ela ultrapasse a mera condição de 'unidade de comunicação' e se converta também em 'unidade de conhecimento'" (Barros, 2016, p. 30).

Como afirmado no início, os conceitos desempenham dois papéis: um linguístico ou comunicativo, e outro cognitivo. Eles possibilitam a comunicação de ideias entre as pessoas e, ao mesmo tempo, o aprofundamento da compreensão a respeito do mundo. Dentre as seis funções que José D'Assunção Barros atribui aos conceitos (Barros, 2016), a primeira – comunicação – diz respeito a ele como unidade da linguagem, e as outras cinco – organizar, generalizar, comparar, problematizar e aprofundar – dizem respeito ao conceito como unidade de conhecimento.

Em primeiro lugar, o conceito permite que nos comuniquemos a respeito de um fenômeno que, dada sua complexidade, não pode ser apenas indicado: ele precisa ser nomeado (1ª função). Mais do que isso, para que este nome faça sentido e seja corretamente associado a seu referente, é preciso que este nome defina claramente o que ele nomeia; ou seja, ele precisa também organizar os fenômenos, distinguindo aqueles que descreve e aqueles que não descreve (2ª função). Esta organização, para que seja útil, precisa ser capaz de se elevar do nível particular e, abstraindo características, fazer afirmações mais gerais; esta escada de abstração produz generalizações a respeito dos fenômenos (3ª função), o que, por sua vez, estabelece as bases para que comparemos uma coisa com a outra (4ª função). Estes procedimentos, à medida que descrevem os objetos ou fenômenos, fazem surgir problemas teóricos e empíricos (5ª função) e levam a um conhecimento cada vez mais profundo, mais geral e elevado (6ª função). Ao fim, o avanço do conhecimento torna a comunicação mais efetiva, reiniciando o ciclo.

Portanto, qualquer entendimento mais elaborado demanda a produção de conceitos. Mas isto não quer dizer que todos os conceitos são iguais. Eles podem ser produzidos e estruturados de várias formas diferentes, com diferentes graus de atenção; podem emergir na comunicação diária, mas também em cada ramo de trabalho e na prática científica. De início, podemos dizer que eles surgem como *noções* ou *concepções* ainda mal definidas, e que apenas após sua consolidação e a abstração de mais alguns aspectos eles se tornam realmente conceitos (Adcock, 2005; Barros, 2016). Alguns autores argumentariam que conceitos de complexidade ainda mais elevada, construídos a partir de outros conceitos, podem ser chamados de *constructos* (Barros, 2016).[4]

Assim, fica claro que nem todas as representações funcionam da mesma forma, e apenas algumas atendem às exigências teóricas e empíricas de pesquisas científicas. Em

[4] Novamente encontramos na literatura uma multiplicidade de nomes para ideias essencialmente idênticas. Neste trabalho, utilizaremos *concepções* como forma de se referir a estes "protoconceitos" e descartaremos outras opções, como a de "constructo", uma vez que podem existir mais do que apenas dois níveis de conceito plenos.

outras palavras, é necessário um esforço ativo para alcançar e manter o rigor em debates acadêmicos. Porém, a distinção entre os conceitos de valor científico e aqueles de valor ordinário nem sempre é clara de imediato, assim como pode ser sutil a diferença entre palavras comuns, concepções e conceitos. Para agravar a situação, muitas vezes a mesma palavra serve como termo para mais de um conceito, ou comunica um conceito que possui tanto uma concepção ampla, mais popular, quanto outra estrita, de valor científico.

Este último caso é, de certa forma, o do fisiologismo: como detalharemos no próximo capítulo, a expressão surge no próprio meio político durante a 2ª República, servindo como rótulo pejorativo para as negociações políticas menos pautadas pela ideologia. Nas décadas seguintes, esta ideia ganha popularidade e passa a ser utilizada por um público mais amplo, em especial nos meios jornalísticos, mas ainda como forma vaga e negativa de descrever a política brasileira. Apenas recentemente, já no século XXI, alguns trabalhos acadêmicos passaram a realizar um esforço de aprofundar o conceito e lhe dotar de sentido coeso, capaz de explicar cientificamente fenômenos políticos. A tentativa de criar esta concepção mais estrita de fisiologismo não eliminou a primeira; pelo contrário, as duas continuam a conviver e se confundir, o que contribui para que o uso do conceito continue muitas vezes vago e inespecífico. Estas circunstâncias reforçam a necessidade de uma pesquisa que esclareça o sentido do termo, ao mesmo tempo em que torna essa tarefa mais complexa de ser realizada.

Essas questões surgem da tensão entre os dois tipos de conteúdo dos conceitos: o conteúdo psicológico-cognitivo e o conteúdo filosófico-semântico ou linguístico (Koch, 2021). Na prática, são comuns casos como esse, em que uma multiplicidade de sentidos (conteúdo semântico) é atribuída ao mesmo conceito, ameaçando sua coerência, ou seja, sua capacidade explicativa (conteúdo cognitivo). No mesmo sentido, pesquisas empíricas da área de psicologia demonstraram que raramente os conceitos são formados na mente humana conforme categorias lógicas clássicas, isto é, categorias binárias construídas por características necessárias e suficientes (Adcock, 2005). Em conjunto, esses dois fatos parecem comprometer a função cognitiva dos conceitos, e colocar em xeque o Modelo Clássico de Conceitos sobre o qual geralmente repousa o método científico. Este Modelo preconiza que os conceitos sejam estruturados em categorias clássicas, e que sua mais importante função é a cognitiva, não a semântica/comunicativa (Adcock, 2005). Diante disso, alguns pesquisadores adotam uma postura *descritiva*, interessando-se justamente pela polissemia que os conceitos podem conter enquanto unidades de comunicação, articulando uma variedade de significados não necessariamente coerentes e concordantes entre si.

Mas Adcock (2005) nos adverte de que isto não necessariamente significa a impossibilidade de construir e testar hipóteses a partir de conceitos. Se é verdade que conceitos comuns, formados espontaneamente no uso da linguagem ou na cognição individual das pessoas, raramente atendem a critérios formais da lógica, é possível garantir que, ao menos no âmbito de discussões científicas, esse rigor possa ser alcançado por meio de práticas transparentes de pesquisa. Nesses contextos cabe adotar o "modelo clássico" de conceitos como um ideal *prescritivo*. Este ideal é válido mesmo caso seja impossível eliminar a polissemia: no caso de conceitos que são ao mesmo tempo científicos e polissêmicos, para manter o rigor basta que o pesquisador tenha consciência e transparência ao escolher qual dos sentidos utilizará, e que cada uma das múltiplas definições seja operacionalizada de forma clara.

Ao revisar as funções dos conceitos e as abordagens que os estudam, Adcock (2005) demonstra que é impossível subsumir o componente linguístico no componente cognitivo e vice-versa, e que nenhuma abordagem pode abarcar todos os casos. Mas o autor também demonstra que a impossibilidade de dissolver essa tensão não torna todos os conceitos iguais entre si. Antes, apresenta-se uma escolha: o pesquisador deve privilegiar o aspecto do conceito que seja mais relevante para dado contexto, para a teoria e para a problemática em questão. Com isso, a um só tempo se resolve a questão de como lidar com os diferentes tipos de conceitos, em geral, e de como lidar com os conceitos de fisiologismo e de partido fisiológico, em particular.

Com um esforço consciente é possível produzir conceitos de complexidade mais elevada e internamente coerentes, afastando-os das ambiguidades que muitas vezes os acompanham na comunicação diária. E é justamente este o movimento que esta pesquisa busca percorrer: como se encontram hoje, os conceitos de fisiologismo e de partido fisiológico possuem grande potencial explicativo, mas encontram-se ainda obscurecidos pela indefinição de seus limites e pela desorganização de seu conteúdo. Nosso objetivo é observar as concepções desse conceito como as encontramos na linguagem corrente e, fazendo a escolha prescritiva que Adcock indicou, construir a partir desse material uma estrutura mais coerente e adequada ao trabalho teórico e empírico na Ciência Política.

Um esforço teórico como este pode parecer desnecessário e improdutivo. Contudo, uma retomada junto a alguns trabalhos clássicos da Ciência Política logo revela a importância de discutir os conceitos que utilizamos.

2.2 POR QUE DISCUTIR CONCEITOS?

Na discussão acima, há um claro consenso quanto à necessidade dos conceitos para que as pessoas consigam compreender e se comunicar a respeito da realidade ao redor delas. Apesar disso, pode surgir o questionamento sobre a pertinência de dedicar uma pesquisa exclusivamente a um debate teórico, especialmente no caso de um termo que já é utilizado – e compreendido – com certa frequência. Não seria este uso corrente um sinal de que o conceito já é bom o suficiente para discutir e entender a realidade? Nesse caso, uma discussão conceitual que se estende e se dispõe a mergulhar nos detalhes pode parecer menos útil, ou até contraproducente.

Ademais, na Ciência Política existem alguns casos conhecidos de conceitos que assumiram tamanha dimensão e tamanha complexidade que qualquer debate sobre eles parece infrutífero. Por exemplo, o sentido de "Ideologia" é notoriamente amplo e diverso (Gerring, 1997; Stoppino, 2003), a ponto de que, salvo nos casos em que este é o próprio objeto de pesquisa, buscar uma definição única e universal para seu significado apresenta um risco imediato de "paralisia conceitual" (Barros, 2016, p. 187). Diante desse conceito, a prudência e o pragmatismo recomendam anunciar o sentido prático que será atribuído à palavra ao longo da argumentação, como consta na Introdução acima, e ignorar os demais.

Outro exemplo seria o do conceito de "Democracia" que foi definido de formas muito diferentes por diversos cientistas políticos, guardando uma coerência entre si mas jamais chegando a constituir um significado único. Trata-se de um caso em que, como aludimos na seção anterior, a polissemia do conceito pode ser um aspecto positivo seu, ou seja, que a diferença entre a "Democracia" de Downs (1957) e a de Dahl (2008) não pese contra a utilidade do conceito, mas o enriqueça. Assim, remover esta polissemia pode ser tão indesejável quanto é inviável. Lembramos, porém, que ainda é necessário que cada pesquisa torne claro qual desses sentidos utilizará, e como irá operacionalizá-lo.

Nestes dois casos, a discussão conceitual é de fato uma tarefa menos urgente, e com resultados indiretos: revisar e contextualizar a literatura, propor novos objetos de pesquisa, justificar a escolha de um sentido específico entre os existentes etc. Porém, há sim casos em que a discussão conceitual é uma tarefa urgente e com resultados diretos. Quando o conceito não apresenta uma multiplicidade de sentidos (polissemia), mas sim um sentido impreciso e vago, é uma de suas principais funções que fica prejudicada: sua função cognitiva.

Retomemos a função cognitiva dos conceitos. Eles agrupam o que é similar, hierarquizam fenômenos, sintetizam relações complexas, e assim permitem ao pensamento se

elevar da experiência mais imediata para as coisas que os sentidos não percebem diretamente. Constituem uma representação mental geral e generalizadora, que é mais palatável à compreensão do que a riqueza infinita de detalhes do mundo concreto.

Pois, esta representação – e os ganhos cognitivos que ela traz consigo – apenas existe se está assegurada uma relação de correspondência entre representação e representado. Em outras palavras, precisamos ter certeza de que o conceito realmente nos diz algo de verdadeiro sobre o objeto. Esta questão suscita na filosofia o problema do ceticismo: quanto podemos saber sobre a *coisa-em-si*, se é que podemos saber algo sobre ela? Os cientistas costumam contornar este debate de forma pragmática, assumindo que os objetos são sim cognoscíveis, mas que a correspondência entre objeto e conceito não está dada; antes, ela precisa ser buscada ativamente por testes empíricos, boas metodologias e teorias logicamente rigorosas. Mas o inverso também é verdadeiro: da mesma forma que a atenção a estes princípios faz dos conceitos ferramentas poderosas, a sua não observância pode levar a erros na construção de teorias, na formulação de hipóteses ou em desenhos de pesquisa.

O proeminente cientista político italiano Giovanni Sartori (1970; 1991) se destacou por denunciar erros conceituais, e por esclarecer quais são os procedimentos metodológicos que podem evitar esses erros. As preocupações de Sartori não eram tanto com a formação ou a formalização de conceitos *novos*, mas principalmente com alterações que podem afetar o valor explicativo de conceitos *já existentes*. Por exemplo, ao realizar pesquisas comparativas, um pesquisador pode identificar oportunidades de transpor um conceito de um contexto para outro, isto é, de realizar ajustes pontuais no sentido de um conceito estabelecido para aplicá-lo a uma nova situação (*conceptual travelling*). Quando uma transposição direta não for plausível mas o pesquisador ainda assim identificar similaridades importantes, ele pode especificar uma variação particular do conceito, que existe apenas em dada circunstância, mas que ainda assim se insere no guarda-chuva maior do conceito original; é este o caso da "adjetivação" ou ramificação de conceitos já existentes (Collier & Levitsky, 1997). A transposição e a ramificação de conceitos são estratégias válidas e importantes para produzir novas explicações, mas, como Sartori alertou em diferentes momentos de sua carreira (Sartori, 1970; 1991), elas devem ser realizadas com a devida consciência metodológica.

Nestes trabalhos e artigos, endereçados especialmente a cientistas políticos da área de pesquisa comparada, Sartori alertou para o risco de discussões conceituais malfeitas ou incompletas. Sem menosprezar a importância da coleta de dados, o autor recorda que a formulação de conceitos deve ser cuidadosa e sempre anteceder a pesquisa empírica, pois, afinal, é ela que determina o que será observado, e como ocorrerá a observação. Equívocos

nesta etapa preliminar podem se manifestar nas subsequentes, comprometendo a qualidade dos dados e validando teorias frágeis ou, inversamente, descartando teorias promissoras. Como resultado, o campo de estudos fica permeado de conceitos inapropriados, que não levam a novas perguntas ou à consolidação da teoria, mas, pelo contrário, atravancam esse caminho; em suma, a produção de conhecimento pode girar em falso e deixar de ser cumulativa (Gerring, 1999, p. 361).

O primeiro risco para o qual Sartori (1970) alerta é o de esgarçamento conceitual (*conceptual stretching*), processo por meio do qual um conceito é transposto indevidamente para uma situação nova, alargando sua extensão (o grupo de fenômenos descritos) sem realizar a adaptação correspondente em sua intensão (a descrição destes fenômenos). Assim, a totalidade das características que definiam o conceito original são transpostas para um novo conjunto de fenômenos, que não é apropriadamente descrito por elas; isto pode banalizar e enfraquecer a descrição original, que estava correta, assim como levar a afirmações incorretas a respeito do segundo grupo de fenômenos. Esta quebra na relação de representação entre conceito e fenômenos reais é produto de uma discussão conceitual imperfeita, e contra ela Sartori recomenda uma técnica bastante simples: a escada de generalidade ou de abstração.

Implícita no Modelo Conceitual Clássico, a escada de abstração estipula que os conceitos devem sempre obedecer a uma relação inversa entre extensão e intensão. Quanto mais rica em determinações (i. e. características) for a descrição ou intensão do conceito, naturalmente menor será o número de fenômenos correspondentes a esta descrição – ou seja, a extensão – pois a descrição se aplicará a situações cada vez mais específicas. Por outro lado, quanto mais características forem abstraídas pelo conceito, mais distante ela fica dos casos particulares e maior é a extensão coberta por sua descrição; o conceito se torna mais abstrato, suas afirmações mais gerais. Nesta escada de abstração, cada degrau representa uma categoria ou conceito claramente delimitado por um grupo de características, que definem, por sua vez, qual é o universo de objetos correspondentes.

Vejamos em detalhe como se dá o uso desta ferramenta. Ao se deparar com um fenômeno novo, um pesquisador procura classificá-lo de acordo com a teoria existente, mas logo percebe que nenhum dos conceitos descreve perfeitamente esta situação nova. Após uma análise mais detalhada, comparando as características do objeto com aquelas previstas por cada conceito, ele pode chegar a duas conclusões.

Em primeiro lugar, pode ser que as diferenças entre o objeto observado e o conceito *não sejam fundamentais* nem contraditórias, e se devam simplesmente à especificidade da situação; especificidade esta que não consta na descrição original do conceito simplesmente

porque, para manter sua generalidade, ele precisa abstrair dela e de outras particularidades. Neste caso, ao incluir a nova situação no escopo do conceito original, o pesquisador estaria descendo um degrau na escada de abstração, isto é, especificando uma nova situação dentre aquelas contidas pela generalidade do conceito. Ao realizar essa especificação, o pesquisador pode optar por adjetivar o conceito, criando uma variação para que esta nova situação seja descrita com exatidão.

Para exemplificar, tomemos o caso do Partido Fisiológico. Ao se deparar com este fenômeno aparentemente novo, um pesquisador teria de verificar se alguma das subcategorias ou variações do conceito de "partido político" se aplicam a este novo caso. Se sim, o conceito desta subcategoria teria sua extensão ampliada com a adição de um novo caso, até então desconhecido, sem alterar sua intensão. Por outro lado, se nenhuma das subcategorias existentes fosse capaz de descrever o Partido Fisiológico, então uma nova subcategoria teria de ser criada, com uma intensão (características) própria, e uma extensão que inclui apenas o Partido Fisiológico.

Em segundo lugar, o pesquisador pode chegar à conclusão de que as diferenças *são fundamentais*, a ponto de descaracterizar o conceito. No entanto, as similaridades também continuam lá. Neste caso, ele percorre a escada da abstração em direção aos degraus (conceitos e categorias) superiores, abstraindo características até encontrar aquele conceito que abarca em sua extensão tanto este novo conjunto de fenômenos como aqueles do conceito original. Por meio disso, é possível indicar claramente quais características são compartilhadas com o conceito original, e quais são próprias desses novos fenômenos. Mais importante ainda, este procedimento permite precisar exatamente *onde* os dois conceitos começam a se diferenciar e, com isso, em que medida – em qual nível de abstração – eles são comparáveis entre si (Sartori, 1991, p. 246). Assim, a comparação, operação lógica imprescindível para a comunicação e o entendimento, depende de uma consciência apurada dos conceitos em discussão.

Para exemplificar esta segunda situação, basta retomar um assunto discutido na Introdução. Em detrimento da clássica categoria de "clientelismo", esta dissertação utiliza o conceito de Vínculos Eleitorais de Natureza Material. Esta escolha foi realizada porque o conceito de Vínculos Materiais inclui uma extensão (grupo de fenômenos descritos) bastante ampla: qualquer relação entre partido e eleitor que esteja baseada na oferta seletiva de benefícios materiais. O conceito de "clientelismo", por outro lado, sacrifica parte dessa extensão para ter uma intensão (características) mais rica: não se trata de qualquer relação baseada na oferta seletiva de benefícios, mas apenas aquelas que preveem punição e

contingenciamento do benefício em caso de descumprimento do acordo por parte do eleitor (voto). Assim, o conceito de clientelismo é mais detalhado e preciso, porém, restrito demais para esta pesquisa. Para ampliar o escopo da ideia, ao mesmo tempo em que se conserva a maior parte de seu sentido, subiu-se alguns degraus na escada de abstração. O resultado foi um conceito menos detalhado, mas com a amplitude necessária para incluir tanto o clientelismo quanto algumas formas de paroquialismo.

Além do esgarçamento conceitual, Satori defende que esta "higiene" no uso dos conceitos também é eficaz para evitar outros tipos de erros. O costume de imputar uma escala gradativa a propriedades que são, na verdade, dicotômicas ou categóricas, pode ser evitado verificando se as características definidoras desta propriedade realmente podem ser tratadas como um espectro gradativo. Outro risco é o do erro de classificação, puro e simples: se o conceito está definido de forma imprecisa ou mesmo errada, qualquer trabalho empírico produzido a partir dele está sujeito a produzir resultados fictícios ou impossíveis de des/provar. Ou, inversamente, a explicação teórica para os dados coletados encontrará problemas, pois buscará uma causalidade única para dois grupos distintos de fenômenos (cada um com sua explicação) que estão, no entanto, erroneamente agrupados sob o mesmo conceito. Em suma, toda sorte de falhas no conhecimento, ou "*cat-dogs*", como Sartori provocativamente as chama (1991), pode se originar desses erros conceituais.

Podemos dizer que a dedicação de Sartori ao assunto não foi em vão. Outros cientistas políticos de grande projeção continuaram a levar bastante a sério a discussão de seus conceitos, e a explorar questões não resolvidas pela ferramenta simples, ainda que poderosa, que é a escada de abstração. Podemos destacar David Collier, Steven Levitsky, Robert Adcock e John Gerring, para citar apenas alguns autores que carregaram esse legado adiante e dedicaram livros e artigos ao tema. Graças a eles, adendos (Collier & Levitsky, 1997) e alternativas (Collier & Mahon, 1993) ao Modelo Clássico de Conceitos foram adicionadas ao repertório de ferramentas conceituais da Ciência Política, sempre visando maior rigor e precisão no uso dessas representações mentais. Estas contribuições são apresentadas em maior detalhe na próxima seção, quando discutiremos a estrutura dos conceitos.

Para além desta que veio a se tornar uma verdadeira tradição na ciência política americana, também temos exemplos deste tipo de reflexão entre pesquisadores brasileiros. Em artigo que também caminha para se tornar um clássico, José Murilo de Carvalho (1997) apresenta três conceitos caros à ciência política brasileira (mandonismo, coronelismo e clientelismo) que, não obstante possuírem sentidos distintos, eram por vezes mobilizados pela

literatura de forma intercambiável. Atento ao prejuízo desta imprecisão, o autor busca limpar o terreno identificando as diferenças e os pontos de contato entre os três fenômenos, bem como as discussões teóricas subjacentes ao uso de cada um deles. Com isso, ele deixa claro que o uso descuidado igualava conceitos que tinham não apenas conteúdos distintos, mas também estruturas e níveis de generalidade diferentes.

Vemos, portanto, que discussões conceituais recebem grande atenção de cientistas políticos estrangeiros e brasileiros, que as situam como introdução e esclarecimento de seus temas de pesquisa, ou mesmo as elevaram a objeto principal de seus artigos. Este esforço, a despeito da incerteza ou da sutileza de seus frutos, justifica-se sempre que as "ideias começam a girar em roda" (Carvalho, 1997) e se tornam incapazes de absorver os novos dados empíricos, em razão de sua própria desorganização ou obscuridade. Em resumo, regularmente precisamos enfrentar os debates conceituais porque apenas assim podemos garantir que os conceitos cumpram adequadamente com sua razão de ser: oferecer suporte ao nosso raciocínio e elevar nosso entendimento em precisão e em abrangência.

2.3. COMO DISCUTIR CONCEITOS?

Uma vez constatada a inadequação de um conceito, como podemos saná-la? A principal coisa a se considerar é a estrutura do conceito, pois muitas das metodologias para aprimorar os conceitos são simplesmente recomendações de que seja observada uma ou outra estrutura conceitual vista como mais adequada. A primeira estrutura é aquela que até aqui chamamos de Modelo Clássico de Modelos (Adcock, 2005): os conceitos são compostos por uma combinação de características necessárias e suficientes que devem ser identificadas nos fenômenos descritos. As categorias devem ter valores dicotômicos, devem ser mutuamente exclusivas e devem ser capazes de, em conjunto, cobrir todo o universo possível de fenômenos. Entre si, elas podem se organizar de forma hierárquica e obedecendo à relação inversa entre extensão e intensão, princípios dos quais se origina a Escada de Abstração recomendada por Sartori. Este modelo clássico se assenta sobre a tradição lógica aristotélica e provavelmente encontrou sua mais bem sucedida aplicação prática no sistema taxonômico utilizado da biologia, que parte dos reinos (animal, vegetal etc.) como categorias mais amplas e passa pelas categorias intermediárias (filo, classe, ordem etc.) até chegar às categorias mais particulares, as espécies. Este modelo simples e poderoso também pode ser utilizado nas ciências sociais e humanas (Barros, 2016), mas é nesses campos que pesquisadores costumam encontrar limites para essa abordagem.

A questão com o Modelo Clássico de Conceitos é que seus pressupostos podem ser difíceis de validar na realidade, em especial nos fenômenos sociais ou humanos. Sem cumprir com esses requisitos, a abordagem perde parte de sua força e pode produzir conceitos conflitantes ou confusos. Nem sempre um conjunto único de características necessárias e suficientes é capaz de definir o que um conceito significa, e caso esta exigência não seja aliviada, corre-se o risco de perder toda a versatilidade do modelo. Diante disso, alguns pesquisadores propõem variações do modelo clássico, relaxando alguns de seus pressupostos para manter de pé sua estrutura geral e sua importante ferramenta, a Escada de Abstração. Estas variações permitem mais flexibilidade na movimentação ao longo da escada, mas ainda evitando o problema de esgarçamento conceitual. Por exemplo, Collier e Mahon (1993) apresentam conceitos com estrutura radial e com estruturas por semelhança familiar, que permitem construir categorias cuja relação com suas características constitutivas é mais livre do que um conjunto fixo de condições suficientes e necessárias.

Conceitos com estrutura de semelhança familiar tratam de categorias definidas por um conjunto de características, como no Modelo Clássico, mas não estipulam a existência de nenhum caso ou subcategoria que contenha *todas ao mesmo tempo*. A cada subcategoria falta uma dessas características, de forma que nenhum traço individual pode ser adotado como necessário para todo os casos inclusos no conceito. Não obstante, as diferentes combinações possíveis de características ainda remetem ao mesmo conceito, possuindo, em conjunto, uma semelhança familiar como ele, a chamada '*familiar resemblance'*.

Conceitos radiais seguem uma lógica parecida: neste caso há *sim* algumas características necessárias para definir o conceito, mas elas cobrem apenas parte da intensão do conceito. Junto delas, cada fenômeno real apresenta também algum outro traço secundário, dentro de um conjunto de características secundárias possíveis. Em conjunto, o núcleo fixo de características e os traços secundários definem o conceito.[5] Derivados dos conceitos radiais, temos os já referidos conceitos adjetivados, conforme apresentados por Collier e Levitsky (1997). Todas essas variações dos conceitos clássicos permitem maior diversidade de movimentações ao longo da escada de abstração, como, por exemplo, especificar um conceito e ao mesmo tempo subir um degrau, isto é, criar uma categoria secundária que, ao contrário do que seria de se esperar, reduz a intensão e amplia a extensão.

Um pouco mais distante do Modelo Clássico de Conceitos, temos a proposta de Gary Goertz (2006). Ele propõe que, ao menos nas ciências sociais, os conceitos sejam vistos como

---

[5] Para mais detalhes sobre os conceitos de semelhança familiar e radiais, ver Collier e Mahon (1993).

se posicionando em um espectro que vai dos conceitos clássicos aos conceitos de semelhança familiar, variando conforme seu grau de "substituibilidade", isto é, o grau segundo o qual a ausência de uma característica pode ser compensada pela presença de outra(s). Os conceitos clássicos se encontrariam no extremo onde nenhuma característica pode ser substituída por outra sem alterar também o conceito, enquanto os conceitos por semelhança familiar estariam no extremo onde qualquer característica pode ser substituída pela presença de outras. Contudo, mais interessante na abordagem de Goertz é sua estrutura conceitual em três níveis: o nível básico do conceito, em que ele é expresso em toda sua amplitude e generalidade; o nível secundário, onde o conceito é decomposto em suas dimensões constitutivas; e o nível dos dados ou indicadores, isto é, quais aspectos dessas dimensões são diretamente observáveis no trabalho empírico. A relação das categorias dentro desses níveis, e, também, a forma como eles se agregam para formar os níveis superiores, variam conforme o espectro de substituibilidade, e devem ser proposta pelo pesquisador a partir de sua análise do objeto a ser descrito.

Conforme ampliamos nosso repertório de estruturas conceituais, escolher a mais adequada pode se tornar uma tarefa incerta. Atento a isso, John Gerring (1999) revisa a literatura para identificar os oito critérios aos quais todo conceito deve atender minimamente para ser considerado proveitoso ao conhecimento. Cada modelo ou estrutura de conceito privilegia alguns desses critérios, possivelmente em uma relação de *trade-off*, de forma que nenhuma estrutura é a mais adequada para todas as situações. Esta é uma abordagem que tenta converter a diferença qualitativa entre as muitas estruturas conceituais em uma diferença quantitativa, expressa no grau de prioridade dado a cada um dos oito critérios, o que visa facilitar a escolha por parte do pesquisador. Abaixo resumimos brevemente os oito critérios de Gerring:

- **Familiaridade**: o autor recomenda que se valorize a familiaridade do conceito tanto quanto possível, priorizando a redefinição de termos já existentes a neologismos;
- **Ressonância**: um conceito expresso de forma clara e impactante é compreendido e adotado pela comunidade com mais facilidade;
- **Parcimônia**: pela sua função comunicativa e cognitiva, é preferível que os termos (e, se possível, também a intensão dos termos) sejam parcimoniosos;
- **Coerência**: os atributos do conceito devem ser coerentes entre si, e estar diretamente associados. Devem remeter ao mesmo e único objeto que o conceito busca expressar;
- **Diferenciação**: As características definidores de um conceito devem ser as que o diferenciam dos demais. Assim, um conceito bem formado deve indicar em que e

como ele é diferente dos demais, inclusive ao nível empírico para posterior verificação;

- **Profundidade**: Um conceito profundo informa um grande número de características, definidoras ou apenas descritivas, as quais permitem uma grande capacidade de inferência;
- **Utilidade teórica**: os conceitos devem ter utilidade teórica, i. e. derivarem seu sentido da teoria ou classificação em que estão inseridos e/ou comporem uma parte importante delas;
- **Utilidade no campo de conhecimento**: A formação (ou re-elaboração) do conceito deve estar em harmonia com os demais conceitos do campo de estudo e, mais do que isso, com o objeto desse campo.

Como se vê, estes critérios não são operações que o autor recomenda para a formação ou reelaboração dos conceitos, mas balizas para avaliar o resultado desses processos depois de realizados. O autor justifica esta abordagem indicando a variedade de estruturas conceituais e as igualmente variadas formas de chegar a elas. Segundo Gerring, uma atividade tão diversa e tão sujeita à particularidade de cada caso não se prestaria a um trabalho único de teorização. Resta a cada pesquisador, então, deixar que o próprio objeto e a literatura o conduzam à estrutura conceitual que melhor o expressa, e posteriormente avaliar, de acordo com estes critérios, se esta estrutura pode ser ajustada para atender de forma mais eficiente aos critérios de interesse.

Por fim, devemos mencionar uma última estrutura conceitual relevante. Trata-se do tipo de conceito que expressa em si todo um movimento ou mecanismo, ou ainda uma lei tendencial. Os mecanismos não são incompatíveis com a estrutura conceitual clássica, mas costumam ir além das características necessárias e suficientes que definem um conceito clássico. Pois, mesmo quando são expressos de forma relativamente curta, a correta interpretação de suas definições exige conhecimento a respeito da teoria em que estão inseridos, bem como da realidade que eles buscam expressar. Temos na ciência política brasileira um primoroso exemplo de conceito construído desta forma: o conceito de coronelismo de Victor Nunes Leal (2012). O coronelismo de Leal não é apenas o poder pessoal exercido pelo coronel sobre seus dependentes – Carvalho (1997) nos esclarece que isto é o mandonismo – mas é a forma específica que este poder encontrou de postergar sua decadência, travando um compromisso com o poder impessoal das instituições representativas, que percorriam o caminho inverso, de ascendência. Por mais que busquemos

apresentar uma definição sucinta de coronelismo, ela apenas efetiva todo seu valor cognitivo quando o leitor já compreendeu o sistema em sua totalidade por meio do livro de Leal. Este é, aliás, o fato que torna o esforço de José Murilo de Carvalho (1997) tão importante: não apenas clientelismo, mandonismo e coronelismo são fenômenos diferentes, como são conceitos de naturezas distintas. Enquanto os dois primeiros são categorias relativamente simples, o último expressa todo um sistema, com muitos detalhes de como funcionava este *mecanismo* em determinado lugar e época.

Esta sorte de conceitos é talvez a mais rica que pode ser produzida pela ciência, e deve permanecer sempre como uma alternativa e até mesmo como ideal a ser buscado. Naturalmente, proporcional ao valor destes conceitos é a dificuldade de construí-los a partir da pesquisa, dado o escopo e a capacidade de síntese que são necessários.

2.4 PARA O CONCEITO DE PARTIDO FISIOLÓGICO

As discussões acima visaram fornecer as ferramentas necessárias para realizar uma pesquisa que é, em sua essência, um trabalho de formação conceitual. Através delas, é possível compreender que atualmente o Partido Fisiológico é mais uma concepção do que um conceito propriamente dito, o que implica em uma série de limitações ao seu potencial como explicação e como categoria de análise. Então, faz-se necessário um esforço para esclarecer quais são suas características mais importantes, quais o diferenciam em relação a outros fenômenos, e qual é o repertório de objetos que ele descreve adequadamente. Em suma, é preciso reorganizá-lo para que se torne um conceito preciso e coerente, cujo potencial possa ser utilizado plenamente.

A importância e a necessidade desta tarefa são evidenciadas pelas funções que os conceitos exercem, que vão além da comunicação precisa e eficaz, pois afetam a própria capacidade de compreender fenômenos complexos. Apenas conceitos construídos com rigor podem explicar a relação entre os diferentes objetos de estudo, localizar as incoerências que ainda precisam ser resolvidas, e indicar os fenômenos que devem ser medidos e comparados. Utilizar concepções imprecisas e vagas necessariamente resulta em erros teóricos e empíricos.

Esta literatura também indica as melhores formas de executar esta tarefa. Em primeiro lugar, é necessário prestar atenção à estrutura mais adequada para o conceito. O Modelo Clássico de Conceitos preconiza um único grupo de características que sejam necessárias e suficientes para identificar de forma inequívoca o conceito, mas existem estruturas alternativas, com requisitos mais flexíveis. Estas estruturas alternativas, como os

conceitos radiais ou os conceitos de semelhança familiar, permitem que algumas características sejam substituídas por outras sem que o fenômeno seja descaracterizado. Outra importante ferramenta fornecida por esta literatura é a Escada de Abstração. Ela se resume a um princípio simples, mas poderoso, que orientou não apenas a formação do conceito de Partido Fisiológico, mas todas as operações conceituais desta pesquisa: quanto mais rica a intensão do conceito, mais restrita sua extensão; e, para abarcar novos fenômenos, é necessário abrir mão de parte de sua riqueza de detalhes.

Justificada a necessidade de realizar este trabalho conceitual, e indicadas as ferramentas necessárias para isso, resta tratar da matéria-prima com a qual se trabalhará. Como abordado na Introdução, as ideias de Fisiologismo e de Partido Fisiológico são encontradas no uso corrente da imprensa e da política há muitas décadas, e mais recentemente passaram a ser empregadas também por pesquisadores da Ciência Política e de outras áreas. Em cada uso prático dessas ideias, revela-se uma concepção do que elas significam e de quais fenômenos elas descrevem, ainda que de uma forma menos coerente e definida do que o desejado. Estas informações se encontram dispersas, mas seu uso amplo e contínuo na linguagem corrente é um sinal de que são descrições válidas da realidade. Por isso, o conteúdo destas concepções deve ser coletado e analisado da forma mais abrangente possível, para que seja, em seguida, reorganizado de forma coerente. Através desta reorganização, é possível conservar o conteúdo que já se encontra presente nas concepções atuais de Partido Fisiológico, ao mesmo tempo em que se elimina as imprecisões e incoerências que limitam seu uso, formando então um conceito pleno e preciso de Partido Fisiológico.

É dessas tarefas que os próximos capítulos se ocupam. O Capítulo 3 revisa a literatura em busca das diferentes concepções de Fisiologismo e de Partido Fisiológico, e sintetiza as principais características encontradas em uma pequena lista de aspectos que devem constar no conceito final. Em seguida, o Capítulo 4 organiza estes aspectos à luz das ferramentas conceituais discutidas acima e das teorias sobre partidos políticos, chegando a uma proposta coesa de definição para o conceito de Partido Fisiológico.

3 AS CONCEPÇÕES DE FISIOLOGISMO E DE PARTIDO FISIOLÓGICO

Após compreender melhor a teoria e o método da discussão conceitual realizada nesse trabalho, podemos nos debruçar sobre nosso objeto e matéria-prima. "Fisiologismo" e "Partido Fisiológico" não são ainda conceitos formalizados e bem delimitados, mas apenas *concepções* de uso corrente na linguagem brasileira, com conteúdos próprios, mas não organizados nem plenamente coerentes. Nosso objetivo é propor uma delimitação e uma formalização a esses conteúdos para que venham a ser conceitos propriamente ditos, o que naturalmente não deve ser feito a partir de nosso entendimento pessoal do conceito, mas sim a partir das informações contidas no próprio uso corrente dos termos. Para inventariar de forma sistemática essas informações, em especial o conteúdo associado aos termos, foi realizada uma revisão da literatura, cujos critérios, dificuldades e resultados primários estão descritos abaixo. Na sequência, são apresentados os principais achados da revisão de literatura em relação à forma, e, em seguida, os achados em relação ao conteúdo. Por fim, conclui-se o capítulo com a estruturação das informações coletadas para formalizar o conceito de Partido Fisiológico.

Mas, antes, o primeiro item deste capítulo busca contextualizar o uso do termo "fisiologismo" na política, que é uma verdadeira inovação brasileira – uma "jabuticaba".

3.1 FISIOLOGISMO: UMA JABUTICABA, OU APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DO CONCEITO

A primeira coisa que devemos esclarecer a respeito do fisiologismo é a peculiar história de seu termo, isto é, da palavra que designa o conceito. Originalmente, em português, como na grande maioria das línguas de origem europeia, "fisiológico" é apenas um termo da biologia que expressa aquilo que é relacionado à fisiologia. A fisiologia, por sua vez, pode ser definida como a "parte da biologia que estuda as funções dos órgãos nos seres vivos" (Bueno, 2000); como a ciência biológica que estuda "em geral, os fenômenos da vida" e "o funcionamento do organismo vivo" (Michaelis, 1998); ou ainda como estudo "das funções e do funcionamento normal dos seres vivos […] sadios" (Houaiss & Villar, 2001). Logo fica claro que são sentidos pertencentes às ciências naturais.

Como, então, o fisiologismo veio a se tornar um termo de interesse para a ciência política? Esta se mostrou uma pergunta difícil de responder, e indicar exatamente onde, quando e como o fisiologismo adquiriu um significado político é uma tarefa que escapa aos limites deste trabalho. Não obstante, foi possível reunir algumas informações que evidenciam

a particularidade brasileira desse uso do termo e que devem servir de subsídio para futuras pesquisas nesse sentido.

O primeiro ponto a se destacar é a especificidade brasileira do sentido político de "fisiologismo". Nossa revisão da literatura demonstrou que o termo está ausente das principais referências da literatura politológica internacional, em língua inglesa ou espanhola, e tampouco figura entre trabalhos especializados ou de menor impacto nessas línguas. As poucas exceções são de artigos escritos em português por autores brasileiros e posteriormente traduzidos, ou artigos de autores estrangeiros escrevendo sobre a realidade brasileira. Nossa pesquisa junto a dicionários mostrou que nem mesmo Portugal ou outros países lusófonos utilizam o vocábulo com esse sentido, uma vez que se trata de um brasileirismo, uma contribuição brasileira à língua portuguesa (Aulete, 2008; Houaiss & Villar, 2001).

Quando essa inovação ocorreu? Uma breve e exploratória pesquisa junto ao acervo histórico de três dos maiores jornais brasileiros nas últimas décadas (*O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*) demonstra que ele já era utilizado em seu sentido político na década de 1960, com o primeiro registro dessa busca datando de 24 de agosto de 1963, na página 15 da edição d'*O Globo* daquele dia. Nela, está transcrito um discurso do deputado federal Anísio Rocha, do PSD de Goiás, proferido em meio às tensões que levariam ao Golpe Militar no ano seguinte. Uma citação extensa do trecho permite captar algumas características iniciais do conceito:

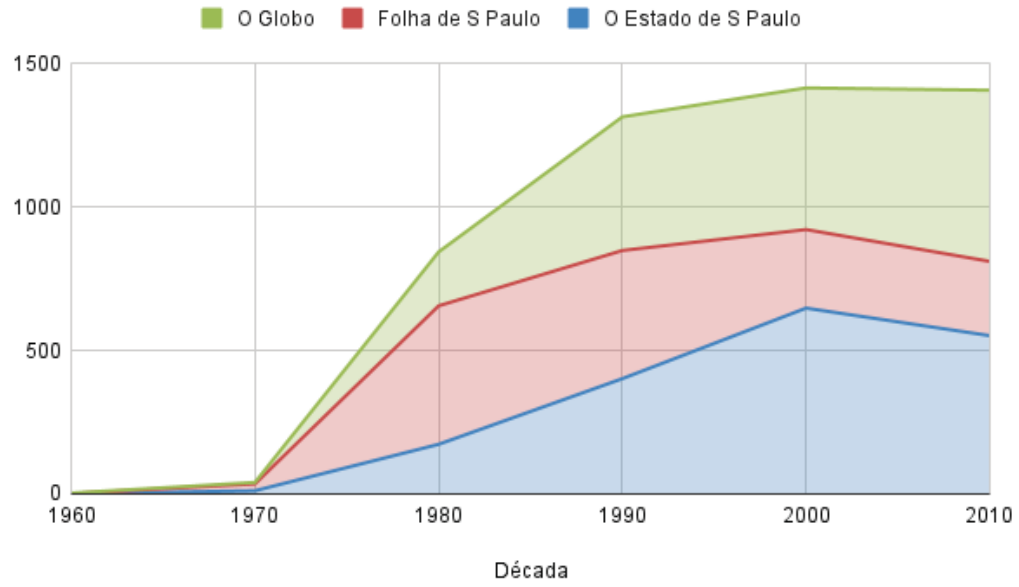
> Cumpro o meu dever, na esperança, talvez imodesta, de ser ouvido. Espero, agora, que o meu Partido cumpra o seu, tendo a coragem de desligar-se de um Govêrno que oprime o regime, atraiçoa-o, entregando-o ao totalitarismo comunista. Espero que, fiel às suas origens, à sua vocação, às suas responsabilidades, liberte-se o PSD dêsses vínculos subalternos com o Govêrno e fique ao lado da Pátria, para que amanhã a História não assinale a nossa cumplicidade nas dificuldades que são inevitáveis. Sempre fomos apontados como esmoleres do oficialismo, de **partido fisiológico**, sem grandeza em suas atitudes; mas o que talvez tenha sido verdade pode ser redimido doravante por uma atitude heróica de reencontro com os destinos do país, ao qual estamos faltando pelo cálculo do rendimento eleitoral de um compadrio que todos nós, nas nossas discussões íntimas em nossas casas, no nosso clube, nos encontros políticos, enfim, nos momentos de expansão franca, entendemos prejudicial ao Partido. (O Globo, 1963, grifos nossos)

O primeiro uso registrado do conceito já apresenta alguns dos traços que até hoje acompanham seu uso: um adjetivo acusatório e pejorativo, que indica um pragmatismo sem escrúpulos morais ou ideológicos, o qual aproxima o partido do Governo para obter ganhos eleitorais.

Após esse primeiro registro, as referências a "fisiologismo" na imprensa continuam bastante esparsas durante as décadas de 1960 e 1970, totalizando apenas 45 menções. Na

década de 1980, contudo, o termo parece explodir em popularidade e chega a 860 registros, o equivalente a uma menção a cada cinco dias. A partir desse ponto, o termo parece se tornar um jargão comum nas colunas de bastidor e nas análises políticas, e permanece crescendo em uso até chegar a um pico e estabilizar nas décadas de 2000 e 2010, com pouco mais de 1400 menções cada. Os dados para a década de 2020 não foram totalizados, uma vez que a década ainda está em seu início. As menções por década podem ser observadas no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – MENÇÕES A "FISIOLOGISMO" EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO, POR DÉCADA



FONTE: O autor (2024).

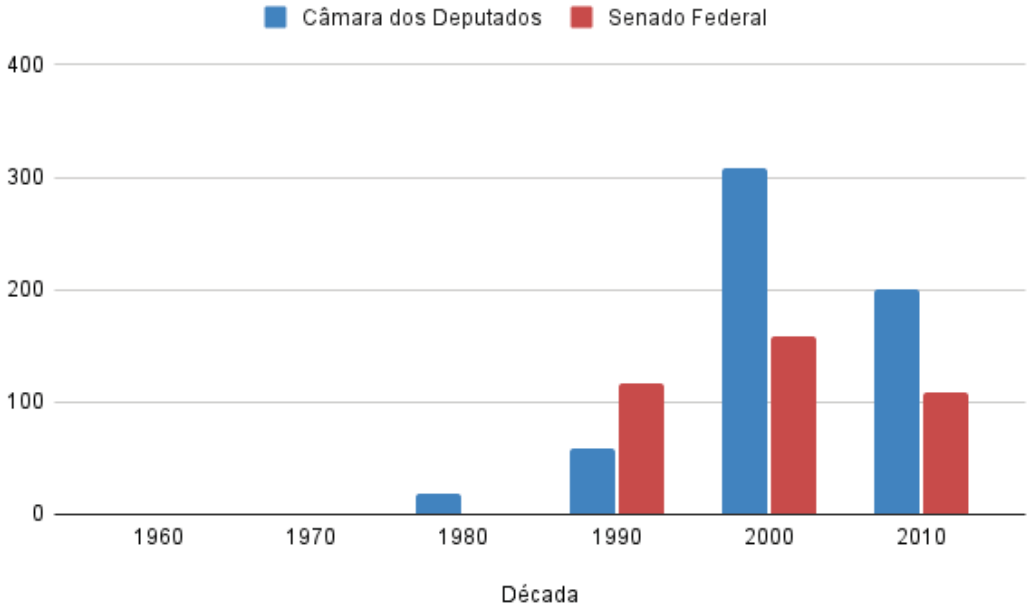
Padrão similar pode ser observado nos registros de discursos parlamentares disponíveis nos sites da Câmara dos Deputados[6] e no Senado Federal[7]. Uma consulta igualmente exploratória junto aos registros de pronunciamentos parlamentares de ambas as casas do Congresso Nacional revela uma ausência de referências ao fisiologismo e às práticas fisiológicas durante as décadas de 1960 e 1970. Na década seguinte, o uso desses termos começa a aparecer nos registros, somando 20 menções em ambas as casas. Mas, assim como havia ocorrido entre a imprensa, é a partir da década de 1990 que a ideia de fisiologismo se dissemina entre a classe política brasileira, crescendo para 175 referências e, no período seguinte, chegando a um máximo de 467 usos do termo. A década de 2010, com 309 casos, mostra certa redução em relação a esse pico, mas ainda indica a regularidade e a familiaridade que o conceito de fisiologismo assume, inclusive em meio às elites políticas brasileiras. O

[6] Dados de pronunciamentos da Câmara dos Deputados obtidos em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em 26 jun. 2023.

[7] Dados de Pronunciamentos no Senado Federal obtidos em: <https://www6g.senado.leg.br/busca/?colecao=Pronunciamentos>. Acesso em 22 nov. 2023.

Gráfico 2 apresenta os números totais por década, novamente com a omissão da atual.

GRÁFICO 2 – MENÇÕES A "FISIOLOGISMO" EM PRONUNCIAMENTOS NO CONGRESSO NACIONAL, POR DÉCADA



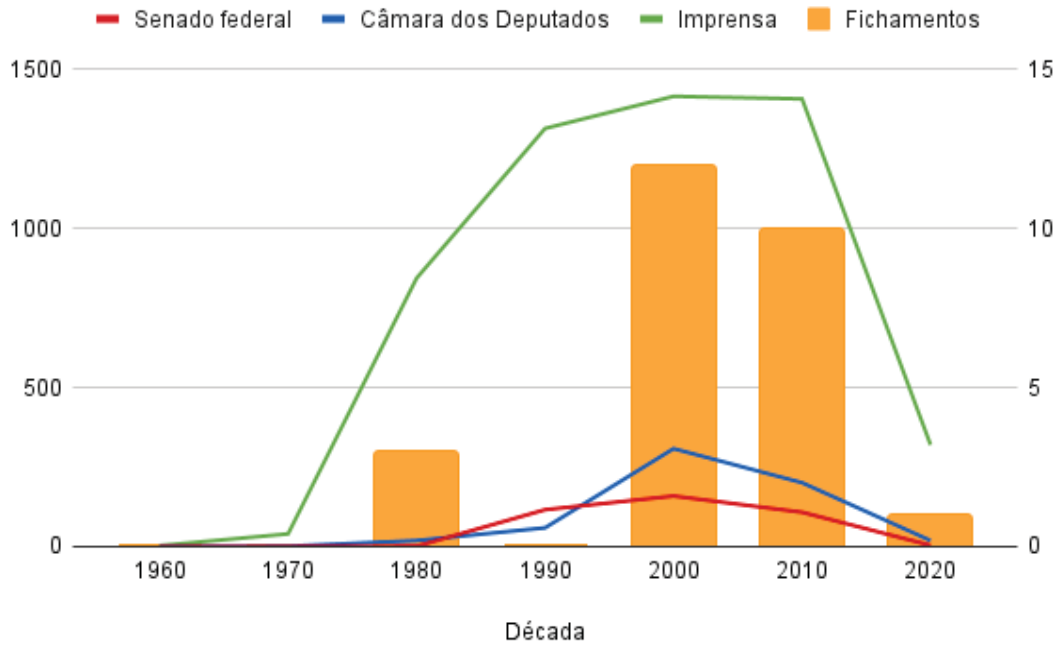
FONTE: O autor (2024).

A inclusão do conceito de fisiologismo (em seu sentido político) no repertório científico acompanhou de forma aproximada a popularidade do termo junto à sociedade brasileira como um todo. Quando o termo se torna corrente na mídia e no parlamento, na década de 1980, começa também a ser utilizado em trabalhos de história e de ciência política como explicação de fenômenos ou como classificação de grupos. Em especial, o conceito parece ter adentrado o universo acadêmico a partir de uma série de trabalhos que busca caracterizar a atuação do antigo (ou "velho", como dizem essas autoras) Partido Trabalhista Brasileiro da 2ª República, sempre cindido em duas alas: uma mais ideológica e reformista, outra mais fisiológica e getulista. Esta classificação e suas variações aparecem em diversos trabalhos sobre o antigo PTB (1945) produzidas no final da década de 1980 (Benevides, 1989; Delgado, 1989; Pandolfi, 1990) e deixou uma marca duradoura na historiografia sobre este tema, como se percebe pela sua permanência em trabalhos muito mais recentes (Batistella, 2016).

Após essa popularidade inicial, o termo parece ter perdido parte de seu apelo explicativo para os pesquisadores, dada a ausência de trabalhos que recorram a ele durante a década de 1990. No início do século XXI, contudo, o termo volta a crescer significativamente em popularidade, e uma massa significativa de trabalhos o utilizam nas décadas de 2000

(Baquero, 2007; Braga et al., 2009; Figueira, 2009; Lenardão, 2008; Limongi, 2006; entre outros) e 2010 (Barbosa, 2020; Batistella, 2016; Berlatto et al., 2016; Codato et al., 2018; Limongi & Figueiredo, 2017; entre outros). Esta segunda leva de trabalhos, mais recente, inclui tentativas mais completas de utilizar o conceito em um sentido técnico, com uma definição precisa, função explicativa clara e tentativas de operacionalização.

GRÁFICO 3 – REFERÊNCIAS A "FISIOLOGISMO" NA IMPRENSA, CONGRESSO NACIONAL E TRABALHOS ACADÊMICOS, POR DÉCADA



FONTE: O autor (2024).

O Gráfico 3 sintetiza esta trajetória do termo "fisiologismo" nos três meios pesquisados (Congresso Nacional, Imprensa e Trabalhos Acadêmicos), desta vez incluindo os dados parciais da atual década. Nosso trabalho se insere nessa trajetória, reconhecendo seus avanços e potenciais, mas também suas lacunas. Pois, apesar dos esforços da literatura para se apropriar cientificamente do conceito de fisiologismo, deficiências graves ainda impedem que seu uso se torne mais coerente e tenha um diálogo adequado com a teoria. Através de uma revisão dessa literatura será possível reunir o potencial explicativo ainda disperso ou desorganizado desse conceito, e então proceder a uma análise que procure sanar essas deficiências, dando novo impulso à produção científica que se vale da ideia de "fisiologismo" ou de "partidos fisiológicos".

3.2 REVISÃO DA LITERATURA QUE TRATA DE FISIOLOGISMO E DE PARTIDOS FISIOLÓGICOS

Revisões de literatura são uma etapa fundamental para qualquer desenho de pesquisa, em qualquer área de conhecimento, desempenhando o papel de contextualizar, justificar ou fornecer os dados em análise. Para obter resultados cada vez mais robustos e rigorosos nessa etapa, técnicas sofisticadas de revisão de literatura foram desenvolvidas, com destaque para as Revisões Sistemáticas de Literatura e as Revisões de Escopo. Através de um protocolo minucioso e até de *softwares* especializados, esses procedimentos buscam explicitar qualquer viés na seleção ou interpretação da literatura, o que contrasta com a abordagem mais despreocupada das revisões "tradicionais", agora denominadas Revisões Narrativas.

Contudo, no caso de nosso trabalho, a obscuridade atual do conceito de fisiologismo torna difícil a aplicação desses métodos. Ainda que uma das principais funções da Revisão de Escopo seja explorar ou sintetizar um campo de pesquisa (Arksey & O'Malley, 2005), mostrou-se difícil aplicar rigorosamente seu protocolo em um universo de trabalhos tão reduzido e difícil de identificar. Mesmo utilizando diversos indexadores e bancos de trabalhos acadêmicos, foi possível encontrar apenas uma única pesquisa em que o fisiologismo seja seu objeto principal de estudo. Uma quantidade um pouco maior de trabalhos (artigos, monografias, dissertações e teses) utiliza o conceito como categoria central ou auxiliar de análise, mas a maioria dos trabalhos encontrados apenas cita o conceito de forma passageira, muitas vezes sem desenvolver ou mesmo definir explicitamente seu significado. Em razão desse número reduzido, tampouco foi possível selecionar os trabalhos por área de pesquisa, por exemplo, restringindo a pesquisas próprias da Ciência Política, ou pela qualidade do periódico em que foram publicados.

Este emprego tangencial do conceito também significa que "fisiologismo" raramente consta no título, no resumo ou nas palavras-chave dos trabalhos, dificultando a busca em indexadores de artigos. As buscas por "partido fisiológico" foram ainda mais árduas. Em alguns casos, ainda que apareçam nesses campos, a baixa centralidade dos conceitos volta a prejudicar a pesquisa, pois, no corpo de texto, eles são usados de forma vaga e imprecisa. Grande parte desses trabalhos foi descartada por não apresentarem nenhum conteúdo concreto que possa ser utilizado na revisão empreendida por este trabalho.

Por outro lado, certos trabalhos sabidamente relevantes para o assunto encontravam-se à margem de pesquisas padronizadas. Foram, então, incluídos no repertório de trabalhos por um acúmulo de leituras. Um acúmulo lento e manual, necessariamente

sujeito a falhas, mas imprescindível para o tratamento de um conceito incipiente, lateral, vago e até obscuro.

Assim, esta revisão de literatura buscou ser o mais rigorosa possível, mas não se pode afirmar, propriamente, que foi realizada uma Revisão Sistemática ou de Escopo. Devido à natureza do objeto em estudo, foram necessários numerosos ajustes, como tentar muitas *strings* de pesquisa diferentes, realizar muitas exclusões de resultados inadequados, e a inclusão *ad hoc* de alguns trabalhos. Outro exemplo diz respeito aos termos utilizados nas buscas. Além do objeto central desta pesquisa, "Partido Fisiológico", foi incluso também o "fisiologismo" como termo de interesse. Por um lado, esta adaptação foi necessária para que a quantidade de referências selecionadas não fosse muito restrita e, por outro, ela foi possível porque as concepções de "fisiologismo" e de "Partido Fisiológico" não apresentaram diferenças significativas entre si. Assim, ambas puderam ser utilizadas para construir o conceito de Partido Fisiológico.

Estas adaptações foram realizadas com o objetivo de encontrar um equilíbrio, no qual fosse garantida uma qualidade mínima nos trabalhos selecionados, ao mesmo tempo em que o número de referências não diminuísse a ponto de inviabilizar qualquer análise. Porém, reforçamos que foram ajustes necessários diante de algumas dificuldades inerentes ao objeto, e que ficaram evidentes logo no início do processo de pesquisa. Ademais, acreditamos que não tenham impedido o estudo de chegar a resultados satisfatórios.

Os indexadores e mecanismos de busca utilizados foram Scopus, SciELO, Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico, para os idiomas português, espanhol e inglês. As pesquisas pelas palavras chaves "fisiologismo" ou "partido fisiológico" foram aplicadas a qualquer área de pesquisa. Pesquisas apenas por "fisiológico", agora restringindo à área das Ciências Sociais ou da Ciência Política, também foram realizadas. Como dito, foram selecionados apenas os resultados que apresentaram rigor acadêmico, e nos quais a análise do conteúdo e do contexto onde o conceito está inserido forneceram material mínimo para uma análise sobre seu sentido ou sobre fenômenos correlatos. Outros trabalhos considerados relevantes pelos mesmos critérios foram inseridos gradualmente ao longo da pesquisa, conforme chegavam ao nosso conhecimento por caminhos variados.

O resultado foi um *corpus* de 26 artigos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado publicados entre os anos de 1989 e 2022. Cada um deles foi fichado conforme o modelo padronizado abaixo, no Quadro 1.

QUADRO 1 – EXEMPLO DE FICHAMENTO SISTEMATIZADO

4	**Ano:**	**Referência:**	
	2001	Abranches, S. A democracia brasileira vai bem, mas requer cuidados. Estudos e pesquisas n. 5	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	-	Definição Indireta	Categoria Auxiliar
	Trecho Relevante:		
	"Para dar [à coalizão] direção, [o presidente] precisa exercitar ao máximo as habilidades de coordenação, articulação e persuasão. As quais, no caso de uma maioria fisiológica, incluem, infelizmente, a distribuição de benefícios. […] Os fisiológicos seriam mais propriamente aqueles que distribuem empregos públicos para maximizar votos em seus redutos." (p. 16)		
	Concepção:		
	O fisiologismo se caracteriza por negociações estritamente pragmáticas ("toma-lá-dá-cá", "varejão", etc.) para formar a Coalizão de governo, consistindo na oferta de benefícios privados e eleitorais em troca de apoio em votações de interesse do Executivo. Enquanto o Governo aprova sua agenda, parlamentares eleitoreiros obtêm cargos para ocupação própria ou para indicação (patronagem), e, também, benefícios eleitorais junto a seus redutos.		
	Conteúdo do conceito:		
	2.1 Alianças ideologicamente heterogêneas; 2.2 Compra de apoio no Legislativo.		
	3.2 Patronagem;		
	5.1 Prejuízos para a democracia.		

FONTE: O autor (2024).

Este modelo de fichamento padronizado foi construído de forma a destacar algumas informações de especial interesse para nosso trabalho, como:

- O ano de publicação;
- Referência bibliográfica completa para identificar o trabalho;
- Quais partidos políticos são descritos como fisiológicos, caso algum seja;
- O nível de elaboração que o conceito recebe no trabalho (se há uma definição explícita, uma definição indireta, ou nenhuma definição);
- A centralidade do conceito para o argumento do trabalho (trata-se do objeto principal, categoria central de análise, categoria auxiliar de análise ou apenas uma menção passageira);
- Um ou mais trechos do trabalho em que o fisiologismo seja citado ou definido;
- Qual concepção de fisiologismo foi possível depreender da leitura integral do trabalho;
- Uma sistematização das características que o trabalho em questão atribui ao fisiologismo, codificadas em cinco grandes categorias: 1. Indeterminação programática; 2. Governismo; 3. Vínculos eleitorais de natureza material; 4.

Características partidárias; e 5. Aspectos Negativos. Cada uma dessas com determinado número de subcategorias.

Além da pesquisa junto a trabalhos acadêmicos, também buscamos definir o fisiologismo a partir de entradas em dicionários. Os volumes e edições que continham um verbete para "fisiologismo" ou para "fisiológico" (em seu sentido político) também foram organizados de forma padronizada, conforme o modelo abaixo. Assim como para a revisão da literatura, foi utilizada a mesma sistematização para as características que cada definição atribui ao fisiologismo. Um total de nove entradas diferentes foi encontrado. A padronização de todos os fichamentos e dos dicionários consultados pode ser encontrada nos Apêndices A e B, respectivamente.

QUADRO 2 – EXEMPLO DE VERBETE DE DICIONÁRIO CONSULTADO

2	**Ano:**	**Referência:**
	1999	Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Nova Fronteira
	Verbete:	
	fisiologismo. S. m. *Deprec*. Atitude ou prática (de políticos, funcionários públicos, etc.) caracterizada pela busca de ganhos ou vantagens pessoais, em lugar de ter em vista o interesse público: "ao concentrar tantos poderes em suas mãos, acaba acumulando todos os pedidos que surgem e passa a fazer parte do fisiologismo." (*Veja*, 19.8.1987, p. 23).	
	Conteúdo do Verbete:	
	5.2 Ganhos privados às custas do bem comum	

FONTE: O autor (2024).

A partir desses modelos padronizados, foi possível codificar e sistematizar as informações sobre o "Fisiologismo" e sobre os "Partidos Fisiológicos", tais como são concebidos atualmente na língua corrente (dicionários) e, especialmente, nas pesquisas acadêmicas. Esta sistematização fundamenta nossas análises sobre a forma e sobre o conteúdo dessas concepções, revelando limitações a serem superadas e potenciais explicativos a serem explorados.

3.3 AS CONCEPÇÕES DE FISIOLOGISMO: A FORMA

As deficiências do conceito de fisiologismo, conforme se encontra na literatura hoje, deixaram também sua marca em nossa revisão de literatura. Além das dificuldades na própria realização da revisão de literatura, conforme relatadas no item anterior, a *indefinição* e o lugar de *baixa centralidade* ocupado pelo conceito são características que ficam evidentes na análise dos trabalhos fichados, mesmo após a seleção dos mais adequados. Ao contrário do

que poderíamos esperar de um conceito bem definido e bem aproveitado pela literatura, o fisiologismo muitas vezes é citado sem qualquer tentativa de definir seu significado, e desempenhando um papel coadjuvante ou lateral nas relações causais sendo descritas.

Mais especificamente, 54% dos trabalhos analisados utilizam o conceito sem definir apropriadamente o que se entende por ele. Metade desses casos permite uma dedução aproximada de qual seria esse significado, definindo-o indiretamente, mas os demais citam-no de forma tão passageira que é impossível deduzir mais do que uma única característica do conceito – geralmente, seu efeito deletério para a democracia.

Quanto à centralidade no uso do conceito, apenas seis trabalhos (23%) utilizam-no como central para seu argumento ou como objeto principal de estudo. O restante recorre ao fisiologismo como categoria auxiliar para responder a questões secundárias (46%), ou apenas como menção passageira para ilustrar noções mais gerais (31%), geralmente compondo uma lista de atributos negativos do sistema político brasileiro. Baquero (2007), por exemplo, diz: "Quando as estruturas políticas têm sido literalmente obliteradas, tanto pela indiferença dos cidadãos como pelo papel dos próprios gestores públicos [ocorre a] (re)emergência de práticas políticas predatórias (nepotismo, clientelismo e fisiologismo)" (p. 38, 39).

O cruzamento desses dois atributos indica, de certa forma, a qualidade com que a literatura tem se apropriado do conceito: quanto mais tangencial e indefinido o uso, mais distante os pesquisadores estão de tirar proveito do potencial explicativo contido por essa ideia – seja esse potencial grande ou não. Nesse sentido, a tabela abaixo apresenta um quadro bastante negativo: a grande maioria dos usos inventariados deixa a desejar em um dos aspectos, quando não nos dois.

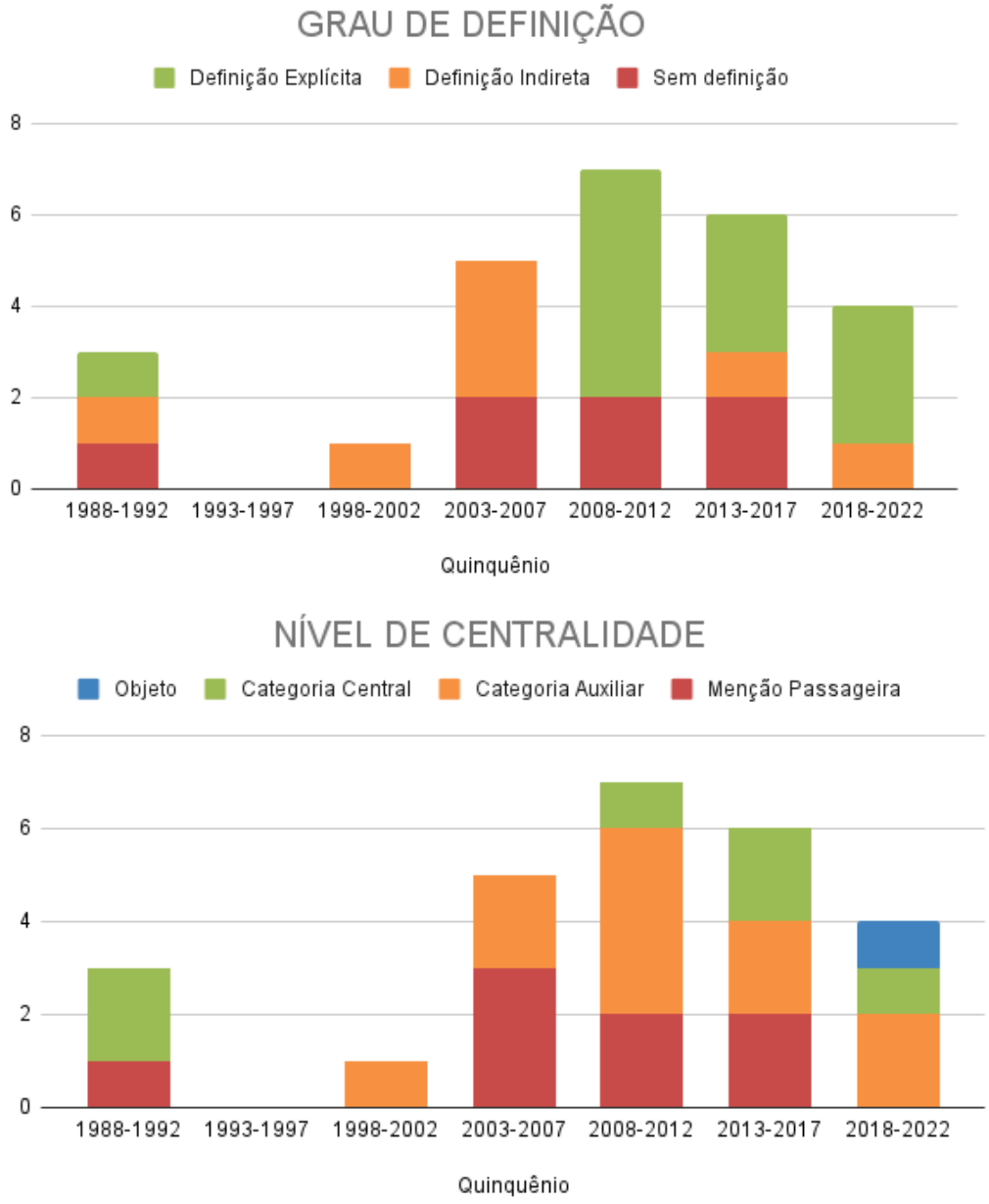
TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS POR GRAU DE DEFINIÇÃO E POR NÍVEL DE CENTRALIDADE (n = 26)

Grau de Definição	Nível de Centralidade				
	Menção Passageira	Categoria Auxiliar	Categoria Central	Objeto Principal	Total
Sem definição	7 (27%)	0	0	0	7 (27%
Definição indireta	1 (4%)	5 (19%)	1 (4%)	0	7 (27%)
Definição explícita	0	6 (23%)	5 (19%)	1 (4%)	12 (46%)
Total	8 (31%)	11 (42%)	6 (23%)	1 (4%)	26 (100%)

FONTE: O autor (2024).

Por outro lado, quando ambas as características são analisadas cronologicamente, as tendências sugeridas parecem ser positivas. Devido ao reduzido número de casos e sua concentração em poucas décadas, optamos por representar a passagem do tempo em quinquênios, contando retroativamente desde o artigo mais recente (2022). Analisando os gráficos, com o passar do tempo a proporção de trabalhos parece se deslocar em favor de definições mais explícitas, e de usos mais centrais do conceito. Significativamente, o mais recente quinquênio analisado (2018-2022) não inclui nenhum trabalho que apenas mencione o fisiologismo de forma passageira e sem indefinição.

GRÁFICOS 4 e 5– GRAU DE DEFINIÇÃO E NÍVEL DE CENTRALIDADE DO CONCEITO DE FISIOLOGISMO NOS TRABALHOS FICHADOS (n = 26)



FONTE: O autor (2024).

Para além dessas categorizações, ainda outro dado mostra como o fisiologismo costuma ser incluído de forma tangencial nas discussões acadêmicas. Três trabalhos utilizam o conceito de "partido fisiológico" como uma categoria residual, isto é, como aquela que abrange os "resíduos" que fugiram às demais classificações. São trabalhos que buscam classificar a totalidade dos partidos que compõem o sistema partidário brasileiro, mas que se deparam com casos de características indefinidas ou difíceis de identificar. Por exemplo:

> os partidos políticos foram classificados em três grandes famílias ideológicas (esquerda, centro e direita) e separados em tamanhos (pequenos e grandes), conforme suas respectivas bancadas na Câmara dos Deputados em setembro de 2014. Agregamos uma sétima categoria, "pequenos partidos fisiológicos" para aqueles partidos oportunistas e sem um perfil programático muito claro. (Codato et al., 2016, p. 10)

Vale notar que esses não são casos de centralidade mínima: dois trabalhos usam o fisiologismo como categoria auxiliar de análise, e o terceiro como categoria central no argumento do artigo. Por um lado, isso quer dizer que o fisiologismo, quando é definido explicitamente, ainda corre o risco de o ser de forma *negativa*, apenas como a ausência daquelas características que definem as outras categorias (i.e. "de esquerda", "confessional", etc.); o fisiologismo, então, parece não ser nada, exceto tudo o que o outro não é. Por outro lado, isso quer dizer que, a despeito de tudo isso, o fisiologismo ainda pode desempenhar um papel explicativo em debates atuais da ciência política.

3.4 AS CONCEPÇÕES DE FISIOLOGISMO E DE PARTIDO FISIOLÓGICO: O CONTEÚDO, OU A INTENSÃO

Seguindo para o conteúdo (ou, como vimos no capítulo anterior, intensão) que as diferentes concepções atribuem ao fisiologismo, devemos descrever em mais detalhes como elaboramos as categorias que estamos utilizando para classificá-lo, o que cada uma significa, e o que sua distribuição pode nos informar.

Em primeiro lugar, foi realizada a leitura integral dos trabalhos, a seleção dos trechos mais relevantes e a síntese de qual é a concepção de "fisiologismo" apresentada em cada um. Em seguida, as concepções do conceito foram codificadas segundo algumas categorias que procuravam respeitar as diferenças de sentido de cada concepção, ao mesmo tempo, encontrar os pontos comuns. Para isso, características ou categorias similares foram agregadas em grupos maiores, cada um deles indicando um dos elementos fundamentais que deve constar na formulação final do conceito. O primeiro grupo descreve a "Indeterminação Programática"

comum aos partidos fisiológicos; o segundo indica sua relação de "Governismo" em relação ao Governo Federal; o terceiro aponta sua relação com o eleitorado baseada em "Vínculos Materiais", dos quais o mais conhecido é o clientelismo; o quinto grupo indica os "Aspectos Negativos" que estão sempre associados ao conceito. A única exceção é o quarto grupo, de "Características Partidárias", que, ao contrário dos demais, apresentou uma variedade interna muito maior entre suas subcategorias. Ele foi agregado, então, não como indicador de algum traço consensual das características de partidos fisiológicos, mas como um sinal de quanto a literatura está preocupada em discutir essas características, mesmo que ainda esteja longe de concordar a respeito de quais são elas.

Vejamos em maior detalhe o sentido de cada grupo, bem como de suas subcategorias.

a) Grupo 1 – Indeterminação Programática

O primeiro grupo de características do fisiologismo e dos partidos fisiológicos é denominado de "Indeterminação Programática" para abrigar um duplo sentido: tanto a impossibilidade de determinar qual é a ideologia ou programa que orienta a estratégia política do partido; quanto a falta de determinação, por parte dos membros ou da direção do partido, em seguir o programa partidário, quando ele existe. Em todo caso, o resultado final é o mesmo: o comportamento do partido não responde a um programa ou a uma ideologia, mas ao pragmatismo, ao oportunismo ou mesmo aos interesses individuais de seus membros. Desta forma, este grupo sintetiza em uma única característica quatro aspectos (ou subcategorias) relatados pela literatura.

A primeira subcategoria (1.1) diz respeito justamente à "Irrelevância da ideologia/programa partidário", e pode ser percebida nos diversos autores que relatam a inconsistência ou mesmo ausência de ideologia: "Partidos 'fisiológicos' são partidos sem ideologia política definida" (Berlatto et al., 2016, p. 87); "Com essa prática [do fisiologismo], políticos esvaziam de significado o conteúdo programático e a ideologia dos partidos aos quais pertencem" (Veloso, 2017, p. 26); entre outros.

A segunda subcategoria (1.2) trata do "Pragmatismo" que esses partidos apresentam em seu comportamento, abrindo mão da firmeza ideológica para forjar alianças mais amplas ou cativar novos eleitorados: "[Partidos Fisiológicos] são pragmáticos, na falta de um termo mais preciso e que não carregue juízo de valor" (Berlatto et al., 2016, p. 87). O pragmatismo aparece como oposto à ideologia não apenas nos trabalhos fichados, mas também em algumas formulações teóricas mais robustas. Sartori (1969) define ideologias como sistemas de crenças políticas que são caracterizados pelo forte apelo emocional e por sua

rigidez/dogmatismo ante evidências e argumentos, enquanto o pragmatismo é justamente o oposto, uma postura pouco emocional e aberta ao dissenso. De forma um pouco diferente, é também a esta postura moralmente aberta que faz referência o verbete de Michaelis (1998) quando define fisiologismo: "Preocupação exclusivamente com as normas e regras de funcionamento de uma organização, instituição etc., sem juízos de valor ou julgamentos morais."

A terceira subcategoria (1.3) possui um sentido bastante similar, indicando o "Oportunismo" dos partidos fisiológicos: "No Brasil, utiliza-se o termo 'fisiológico' (como oposição a 'ideológico') para esses partidos eleitoralmente oportunistas, que podem ligar-se indiferentemente à esquerda ou à direita" (Codato et al., 2018, p. 880).

Por fim, a última subcategoria (1.4) trata do "Personalismo" característico dos partidos fisiológicos. Aqui, personalismo assume o sentido de que os políticos ganham protagonismo em detrimento do partido, seja na campanha eleitoral, seja na coordenação de votos no parlamento, seja na tomada de decisões estratégicas importantes. Isto afeta gravemente o programa partidário e, geralmente desincentiva convicções ideológicas. Dizem Codato et al. (2018, p. 880): "[Partidos Fisiológicos] não são, assim, organizações ideológicas, no sentido estrito do termo, mas existem apenas em função das conveniências pessoais e/ou políticas dos seus dirigentes".

Em suma, este grupo de características assinala o distanciamento que o fisiologismo e os partidos fisiológicos apresentam em relação àquele que é o referencial para sistemas democráticos, isto é, um partido programático e ideológico. Este distanciamento pode se manifestar pela incapacidade de analistas e eleitores atribuírem uma ideologia consistente ao partido, ou pelo caráter altamente pragmático e/ou oportunista de suas decisões estratégias, ou ainda pelo alto grau de autonomia dos políticos e dirigentes, que em termos práticos prescindem de diretrizes partidárias.

Em termos quantitativos, as características que indicam Indeterminação Programática estão presentes em 16 dos 26 trabalhos fichados (61,5%). De um total de 102 características apontadas pelos trabalhos fichados, 22 pertencem a este grupo (21,6%). Entre os dicionários, apenas 1 dos significados se enquadra neste grupo (11,1%).

b) Grupo 2 – Governismo

O segundo grupo de características reúne os traços do Governismo, por vezes também chamado de "adesismo". Trata-se da estratégia política que visa sempre se aliar ao Executivo em busca de benefícios (cargos, verbas, influência, etc.). Esta ideia tem, na

verdade, uma longa história na Ciência Política Brasileira, pois está presente no seminal *Coronelismo, Enxada e Voto* de Victor Nunes Leal (2012) e posteriormente foi retomada por diversos autores. Neste clássico, o governismo ou situacionismo aparece como um sintoma da organização institucional e política da Primeira República, na qual o município não era autossuficiente em termos financeiros e administrativos, e por isso ficava refém do Governador de seu Estado, devendo-lhe apoio quase automático independentemente de sua vertente partidária. Este governismo, que poderíamos chamar de *vertical* por se dar entre diferentes níveis da federação, é, entretanto, diferente daquele que é descrito por este grupo de características, ainda que ambos possam estar relacionados.

Pois, as categorias deste grupo se referem a diferentes aspectos de um governismo *horizontal*, que se dá em meio a um mesmo nível da federação, mas entre Poderes diferentes – no caso, o Legislativo e o Executivo. No processo de construção de uma Coalizão de Governo, liderada pelo Presidente, muitos parlamentares e particularmente partidos políticos estariam dispostos a aderir ao governo em troca de benefícios, e em aparente prejuízo para a coerência programática/ideológica de suas próprias siglas e da coalizão de governo.

Assim, a primeira subcategoria (2.1) deste grupo diz respeito justamente às "Alianças ideologicamente heterogêneas" que os partidos fisiológicos suscitariam. Voltamos a citar Codato et al., (2018, p. 880): "No Brasil, utiliza-se o termo 'fisiológico' (como oposição a 'ideológico') para esses partidos eleitoralmente oportunistas, que podem ligar-se indiferentemente à esquerda ou à direita". Ou Figueira (2009, p. 67, 68): "O fisiologismo traduz uma relação política promíscua, principalmente entre os que governam e os que legislam, na qual o parlamentar, independentemente da corrente partidária ou ideológica a que pertença, adere ao governo".

A segunda subcategoria (2.2) se refere aos meios utilizados para construir essas alianças, a alegada "Compra de Apoio no Legislativo" por parte do Executivo. Trata-se da compreensão de que os benefícios materiais obtidos pelos partidos em troca de integrar a coalizão de governo não são recompensas proporcionais aos custos dessa adesão, mas sim a única razão por trás dela, configurando uma compra. A diferença entre recompensa justa e compra imoral parece ser subjetiva, assunto que retomaremos posteriormente. Um exemplo bastante cristalino desta característica pode ser encontrado em Abranches (2001, p. 16): "Para dar direção [à coalizão, o presidente] precisa exercitar ao máximo as habilidades de coordenação, articulação e persuasão. As quais, no caso de uma maioria fisiológica, incluem, infelizmente, a distribuição de benefícios"; ou no verbete nº 8: "prática que condiciona o apoio político à obtenção de vantagens, favores, etc." (Houaiss & Villar, 2009).

Por fim, a última subcategoria deste grupo (2.3) reúne as referências ao "Governismo" propriamente dito, à tendência de os partidos fisiológicos sempre buscarem o Executivo, sua vasta estrutura administrativa e seu farto orçamento. Diz Batistella, (2016, p. 285): "[o PTB se revelou] um partido extremamente pragmático e, muitas vezes, fisiológico, pois procurou barganhar o seu apoio com todos os governadores paranaenses"; ou novamente Braga e Nicolás (2008, p. 111): maior ou menor grau de fisiologismo – ou seja, de adesismo aos sucessivos governos no plano nacional". Entre os dicionários consultados, o verbete nº 3 define como fisiológico aquele "que adere ao governo ou ao grupo vencedor" (Bueno, 2000).

Ao menos uma das três características reunidas neste grupo está presente em 13 dos trabalhos (50%), e em conjunto elas respondem por 21 do total de 102 categorizações contidas nos trabalhos (20,6%). Quanto aos dicionários, o Governismo foi o aspecto mais destacado para definir o fisiologismo, estando presente em 4 dos 9 verbetes (44,4%) e respondendo por 54,5% to total de características citadas.

c) Grupo 3 – Vínculos Eleitorais de Natureza Material

Os vínculos eleitorais fazem parte do arcabouço teórico elaborado pelo cientista político americano Herbert Kitschelt (Kitschelt, 2000; Kitschelt et al., 2009; Kitschelt & Kselman, 2010), o qual busca identificar e compreender as diferentes relações entre eleitor, político e partido que podem conferir *accountability* à democracia. Adiante falaremos em maior detalhe sobre sua teoria, mas por ora basta se referir a uma das formas que esses vínculos podem assumir: os incentivos materiais seletivos. Trata-se do caso em que o vínculo eleitor-partido-político (ou eleitor-político-partido, a depender do grau de personalismo do sistema) está baseado na oferta seletiva de benefícios materiais por parte dos governantes, em troca de votos e apoio. Ou seja, baseado no que podemos chamar de políticas distributivas ou de clientelismo *lato sensu*.

Políticas clientelistas ou distributivas são opostas às políticas programáticas/redistributivas. Enquanto as primeiras tratam de bens privados que podem ser facilmente desagregados ao nível individual, e assim beneficiar ou não uma pessoa conforme a vontade de quem a implementa (os governantes), as últimas seguem regras gerais, de ampla repercussão, e versam sobre bens comuns (Lowi, 1964). As políticas distributivas são pouco transparentes, pois facilitam negociações escusas e ocultam quem sai ganhando e quem sai perdendo com sua implementação. As políticas redistributivas são seu oposto: sua implementação segue regras claras e publicamente discutidas, deixando claro quem é beneficiado e quem é prejudicado – uma divisão que muitas vezes corre ao longo das linhas

de classe (Lowi, 1964).

Apesar da utilidade desta distinção fundamental, a categoria de "política distributiva" ainda é bastante ampla e abarca muitos fenômenos diferentes. Para detalhar melhor essas diferenças, Susan Stokes (Stokes, 2009) constrói um diagrama ramificado, no qual alguns critérios ou perguntas chave servem como filtros entre as categorias. A primeira ramificação identifica as políticas programáticas: três procedimentos devem ser obedecidos para que uma política seja considerada programática, e a falha em atender a qualquer um deles significa que a política se encaixa em uma das formas de políticas distributivas. Os três procedimentos são: a) debate público dos objetivos da política pública; b) formulação de diretrizes formais e oficiais para a implementação da política; e c) a implementação efetivamente ocorre de acordo com essas diretrizes.

Caso a política não possa ser considerada programática, por não atender a esses procedimentos, ela pode ser diferenciada pela aplicação de outro critério: a presença ou não de algum tipo de viés na sua implementação. Caso *não haja* viés, trata-se de um caso de "serviço à comunidade" ou "aos eleitores" (*constituency service*); caso *haja* viés, trata-se de uma política distributiva enviesada para privilegiar certos eleitores ou certos redutos eleitorais. Neste caso, aplica-se outro critério para diferenciar essas políticas: se a entrega deste benefício material está ou não condicionada à contrapartida na forma de voto ou apoio político. Caso não seja possível ou desejável controlar a contrapartida do eleitor, a política distributiva é caracterizada como *pork-barrel*, um benefício que apenas uma região recebe, mas que é pago por todos; algo bastante similar às emendas parlamentares existentes no Brasil, e que poderia ser denominado de "paroquialismo". Caso haja possibilidade e desejo de controlar a contrapartida do eleitor, punindo-o em caso de descumprimento, então está caracterizado o clientelismo *stricto sensu*, o que inclui diversas práticas expressamente ilegais, como compra de votos, desvios ou distorções na implementação de políticas públicas e patronagem (oferta de cargos públicos).

O terceiro grupo de características utilizadas para codificar as concepções de Fisiologismo e de Partido Fisiológico reúne as subcategorias que se referem a esses "Vínculos Eleitorais de Natureza Material", sejam eles num sentido mais amplo (políticas distributivas, paroquialismo, clientelismo *latu sensu*) ou mais restrito (paroquialismo, patronagem, e clientelismo *stricto sensu*). Nenhum verbete de dicionário mencionou características desse grupo para definir o fisiologismo.

A primeira subcategoria (3.1) codifica os trabalhos que citam "Clientelismo", embora nem sempre seja possível determinar se no sentido amplo ou no estrito. Kinstone e

Ponce (2010, p. 98), por exemplo, afirmam: "Instead, the Lula da Silva administration, like the Cardoso administration before it, has embraced […] the traditional clientelistic rules of operating within Brazil's legislature (*fisiologismo*)";[8] ou Limongi (2006, p. 36): "[Segundo Abranches,] relações fisiológicas e clientelísticas pautariam as relações entre os eleitores e seus representantes".

A segunda subcategoria (3.2) diz respeito à "Patronagem", por vezes também chamada de "empreguismo", como se pode perceber em Abranches (2001, p. 16): "Os fisiológicos seriam mais propriamente aqueles que distribuem empregos públicos para maximizar votos em seus redutos"; ou em Bolognesi et al. (2022, p. 17): "partidos preocupados com conseguir votos e patronagem, estando sempre no governo seja via eleição, seja via patronagem".

A terceira e última subcategoria (3.3) indica os casos em que o "Paroquialismo" é associado ao fisiologismo e aos partidos fisiológicos. O paroquialismo é o interesse predominante ou exclusivo pelas questões de uma pequena localidade, geralmente um importante reduto eleitoral para determinado político. Sentindo-se responsável e representante desta localidade, sua preocupação é em direcionar recursos e outros benefícios para lá – o que poderá também facilitar sua reeleição. O interesse maior pelo direcionamento de emendas parlamentares do que pela defesa de bandeiras ideológicas ou pela aprovação de leis importantes, é um dos aspectos que caracteriza o paroquialismo no Congresso brasileiro. A associação entre o paroquialismo e o fisiologismo fica muito clara no seguinte trecho de Calcagnotto (2011):

> Interesses 'fisiológicos' ou particularistas de cada partido voltados à satisfação de seu curral eleitoral – lançando mão quase exclusivamente do poder de dispor sobre o orçamento para fazer obras cuja visibilidade lhes permita (mais do que 'programas') assegurar polpudos dividendos eleitorais – constituem um dos fatores que explicam a ausência quase completa, no Brasil, de partidos programáticos (Calcagnotto, 2011, p. 172)

Este grupo de características está presente em 15 dos 26 trabalhos (57,7%), e o conjunto das três características responde por 19,61% do total de caracteres apontados pela literatura analisada. Como afirmamos acima, este grupo não se aplica a nenhum dos verbetes de dicionário consultados.

---

[8] Em tradução livre: "Em vez disso, o Governo Lula, como o Governo FHC antes dele, incorporou as tradicionais regras clientelistas de atuação junto ao Congresso brasileiro (fisiologismo)".

d) Grupo 4 – Características Partidárias

Conforme adiantamos no início desta seção, o quarto grupo de características é excepcional. É o grupo menos presente nos textos: consta em apenas 42,3% deles, e responde por 10,8% do total de características codificadas. Nos dicionários, está completamente ausente. Além de ser numericamente o menos relevante, ele também é o mais diverso. Algumas características são bastante conflitantes entre si, o que impede que sejam todas sintetizadas em algum traço fundamental que o conceito final de fisiologismo deva ter. Isto, porém, não é exatamente um problema, desde que tratemos a variedade e a incipiência das abordagens organizacionais dos partidos fisiológicos como um dado em si. Uma vez que partidos são, em essência, organizações (Panebianco, 2005; White, 2006), compreender como se organiza e quais características internas possui um Partido Fisiológico é dos mais importantes passos a serem tomados para melhor compreender esse fenômeno. Assim, que este seja o aspecto menos considerado quando comparado com o comportamento externo (grupos 1, 2 e 3) ou com os efeitos sobre o sistema (grupo 5, detalhado adiante) é um indício de uma importante fronteira a ser explorada em estudos futuros. Isto também torna os poucos apontamentos existentes nesse sentido tanto mais importantes.

A primeira subcategoria deste grupo é "4.1 Partidos Pequenos". Ela descreve aqueles trabalhos que associam o comportamento fisiológico aos partidos pequenos do sistema partidário brasileiro, os quais nem sempre são definidos claramente. Citando Miguel e Coutinho (2007, p. 103): "[...] aqueles partidos considerados nanicos e fisiológicos, como o PTB, o PL e o PP".

A segunda subcategoria, "4.2 Predomínio do Grupo Parlamentar", descreve um único trabalho (Bolognesi et al., 2022). Embora possa parecer surpreendente, esta excepcionalidade se explica e se justifica por este ser claramente o trabalho que mais se aprofunda na discussão sobre o que define um partido fisiológico, e sobre quais são suas características. Este artigo define o partido fisiológico como um no qual o grupo parlamentar (ou membros, ou *party in public office*) é absolutamente predominante, trazendo o restante do partido "a reboque" (Bolognesi et al., 2022, p. 22) para atender a seus interesses políticos e/ou pessoais. Ademais, esta é uma característica partidária que dialoga diretamente com a subcategoria "1.4 Personalismo".

A subcategoria "4.3 Partidos Tradicionais e Conservadores" foi aplicada aos trabalhos que veem o fisiologismo como comportamento típico dos partidos mais tradicionais,

herdeiros diretos ou indiretos do sistema partidário da Ditadura Militar, e que costumam se posicionar politicamente de forma mais conservadora. Moreira (2006, p. 46) expressa essa ideia com clareza: "esta dinámica se vincula a un mayor afianzamiento de los partidos modernos em relación a los partidos históricos, de base clientelística (los denominados 'fisiológicos')".

A subcategoria "4.4 Infidelidade Partidária" diz respeito ao fenômeno da migração partidária entre parlamentares, percebida como excessivamente alta no Brasil. Este movimento seria um sintoma dos interesses fisiológicos que regem alguns partidos e parlamentares. Como diz Figueira (2009, p. 67): "Se a circunstância de ter sido eleito por um partido não adesista atrapalha, [o político fisiológico] simplesmente troca de partido".

Por fim, a subcategoria "4.6 *Catch-all*" foi aplicada aos trabalhos que recorrem ao modelo partidário proposto por Otto Kirchheimer (e depois amplamente incorporado pela literatura) para descrever o comportamento de partidos fisiológicos. Embora muitas vezes seja associado a um "abrandamento" ideológico, o que justificaria a inclusão desta subcategoria no primeiro grupo, foi considerado que o rótulo de *catch-all* é, a rigor, um *modelo de partido*, e por isso implica em uma série maior de características partidárias, devendo então ser incluso no grupo 4. Braga et al. (2009, p. 200) citam a relação entre fisiologismo, clientelismo e partido *catch-all*: "A surpresa aqui […] fica por conta do PTB que, apesar da reputação de típico partido clientelista, fisiológico e *catch all*, apresenta um sítio bastante dedicado à divulgação de suas ações para a militância".

Como ficou evidente pela simples descrição das subcategorias, não há uma conexão lógica e imediata entre todas elas. Parece natural afirmar que altas taxas de migração partidária (4.4) estejam associadas a um alto grau de autonomia do grupo parlamentar (4.2) mas o mesmo não pode ser dito, por exemplo de Partidos Pequenos (4.1) e Partidos Tradicionais e Conservadores (4.3) ou Partidos *Catch-all* (4.5). Na verdade, esta última parece ser uma divergência bastante significativa no em meio à literatura: embora haja certa concordância a respeito de quais seriam os comportamentos que caracterizam um partido fisiológico, alguns trabalhos o atribuem a partidos relativamente maiores e mais longevos (PMDB, PL/PR, PFL/DEM, PP/PPB, PTB, etc.), enquanto outros o atribuem aos partidos menores que cresceram nas franjas do fragmentado sistema partidário brasileiro (PHS, PMN, PROS, etc.).

Esta divergência ganha contornos mais claros na análise quantitativa de quais partidos políticos brasileiros são considerados fisiológicos pelos trabalhos que selecionamos – ou, nas palavras da discussão conceitual que realizamos no capítulo 2, a extensão do conceito.

Dentre o total de trabalhos fichados, quinze especificam quais siglas devem ser consideradas fisiológicas (58%). Caso adotemos uma divisão entre partidos grandes e partidos pequenos, tomando o número de cadeiras na Câmara dos Deputados como critério[9], percebemos que esses quinze trabalhos se dividem em três grupos. O primeiro grupo, que compreende 20% do total, faz referência apenas ao Partido Trabalhista Brasileiro de 1945, o "velho PTB" da 2ª República. Os dois grupos seguintes tratam dos partidos políticos da 3ª República, e adotam uma divisão bem clara entre partidos grandes e partidos pequenos: 33,33% trata dos partidos pequenos, enquanto 53,33% se refere a partidos grandes. Um único artigo (Bolognesi et al., 2022) classifica como fisiológicos tanto partidos pequenos quanto partidos grandes – não por acaso, trata-se do único trabalho que parte de dados empíricos para realizar sua classificação, em vez de categorizar os partidos *a priori*.

[9] Foram analisadas as distribuições de cadeiras após as eleições gerais ocorridas entre 1982 e 2022, a partir de dados do TSE. Partidos que obtiveram 5% ou mais das cadeiras em pelo menos duas eleições foram considerados "partidos grandes", e o resto "partidos pequenos".

QUADRO 3 – PARTIDOS POLÍTICOS CLASSIFICADOS COMO FISIOLÓGICOS (Continua)

PARTIDOS CLASSIFICADOS COMO FISIOLÓGICOS	TRABALHOS	QTDE. DE TRABALHOS (%)
PARTIDOS PEQUENOS		
PTdoB/AVANTE	(Codato et al., 2016); (Berlatto et al., 2016); (Codato et al., 2018); (Bolognesi et al., 2019); (Bolognesi et al., 2022)	5 (33,3%)
PSN/PHS	(Codato et al., 2016); (Berlatto et al., 2016); (Codato et al., 2018); (Bolognesi et al., 2019); (Bolognesi et al., 2022).	5 (33,3%)
PTN/PODEMOS	(Codato et al., 2016); (Berlatto et al., 2016); (Codato et al., 2018); (Bolognesi et al., 2022).	4 (26,6%)
PMN	(Berlatto et al., 2016); (Codato et al., 2018); (Bolognesi et al., 2022).	3 (20,0%)
PROS	(Berlatto et al., 2016); (Codato et al., 2018); (Bolognesi et al., 2022).	3 (20,0%)
SDD	(Codato et al., 2018); (Bolognesi et al., 2022).	2 (13,3%)
PRP	(Codato et al., 2018); (Bolognesi et al., 2022).	2 (13,3%)
PAN	(Berlatto et al., 2016); (Codato et al., 2018).	2 (13,3%)
PRTB	(Bolognesi et al., 2022).	1 (6,7%)
PTC	(Bolognesi et al., 2022).	1 (6,7%)
DC	(Bolognesi et al., 2022).	1 (6,7%)
PSC	(Bolognesi et al., 2022).	1 (6,7%)
PSL*	(Bolognesi et al., 2022).	1 (6,7%)
PEN/PATRIOTA	(Codato et al., 2016).	1 (6,7%)
PRN	(Codato et al., 2018).	1 (6,7%)
PRONA	(Codato et al., 2018).	1 (6,7%)
PST (1996)	(Codato et al., 2018).	1 (6,7%)
PTC	(Codato et al., 2018).	1 (6,7%)
PGT	(Berlatto et al., 2016).	1 (6,7%)
PMB	(Bolognesi et al., 2022).	1 (6,7%)
TOTAL PARTIDOS PEQUENOS	(Codato et al., 2016); (Berlatto et al., 2016); (Codato et al., 2018); (Bolognesi et al., 2019); (Bolognesi et al., 2022).	5 (33,3%)

QUADRO 3 – PARTIDOS POLÍTICOS CLASSIFICADOS COMO FISIOLÓGICOS (Conclusão)

PARTIDOS CLASSIFICADOS COMO FISIOLÓGICOS	TRABALHOS	QTDE. DE TRABALHOS (%)
	"VELHO PTB"	
PTB (1945)	(Benevides, 1989); (Pandolfi 1990); (Batistella, 2016)	3 (20,0%)
TOTAL "VELHO PTB"	(Benevides, 1989); (Pandolfi, 1990); (Batistella, 2016)	3 (20,0%)
	PARTIDOS GRANDES	
(P)MDB	(Moreira, 2006); (Braga e Nicolás, 2008); (Lenardão, 2008); (Calcagnotto, 2011); (Pombo-de-Barros et al., 2013); (Bolognesi et al., 2022)	6 (40,0%)
PTB (1981)	(Miguel e Coutinho, 2007); (Braga e Nicolás, 2008), (Braga et al., 2009); (Bolognesi et al., 2022)	4 (26,6%)
PPB/PP	(Miguel e Coutinho, 2007); (Braga e Nicolás, 2008); (Lenardão, 2008); (Bolognesi et al., 2022)	4 (26,6%)
PR/PL	(Miguel e Coutinho, 2007); (Braga e Nicolás, 2008); (Bolognesi et al., 2022)	3 (20%)
PFL/DEM	(Moreira, 2006); (Lenardão, 2008)	2 (13,3%)
PSD (2011)	(Bolognesi et al., 2022)	1 (6,7%)
REPUBLICANOS	(Bolognesi et al., 2022)	1 (6,7%)
PDT	(Braga e Nicolás, 2008)	1 (6,7%)
PSB	(Braga e Nicolás, 2008)	1 (6,7%)
TOTAL PARTIDOS GRANDES	(Moreira, 2006); (Miguel & Coutinho, 2007); (Braga & Nicolás, 2008); (Lenardão, 2008); (Braga et al., 2009); (Calcagnotto, 2011); (Pombo-de-Barros et al., 2013); (Bolognesi et al., 2022).	8 (53,3%)

FONTE: O autor (2024).

Notas: a) Partidos que apenas alteraram suas denominações foram incluídos em apenas uma entrada, com uma barra separando as duas siglas utilizadas; b) Partidos que resultaram da fusão de duas outras siglas foram incluídos como entradas próprias, preservando-se também a entrada dos partidos originais; c) Como forma de diferenciação entre os partidos que possuem nomes idênticos, essas entradas são sucedidas pelo ano de sua fundação. *Embora o PSL tenha ultrapassado largamente a marca de um partido grande nas eleições de 2018, quando abrigou a candidatura presidencial vitoriosa de Jair Bolsonaro, o partido teve dimensões bastante reduzidas de 1998, quando começou a disputar as eleições, até esse momento. Tampouco chegou a disputar uma segunda eleição geral como partido grande, devido à sua fusão com o DEM para formar o partido União Brasil no início de 2022. Em razão disso, foi mantida sua classificação como partido pequeno.

Quando analisamos o número total de vezes que cada partido foi classificado como fisiológico, esta discrepância aparece novamente. O ranking é liderado pelo (P)MDB, um dos maiores e mais tradicionais partidos do país, com 6 classificações (40% do total), mas é seguido logo atrás pelos pequenos PTdoB/Avante e PSN/PHS, com 5 classificações cada (33,33% do total). Este equilíbrio relativo permanece entre PTB (1981), PPB/PP e PTN/PODEMOS, dois partidos grandes e um pequeno, com 4 classificações cada (26,67%) e assim por diante.

Tomadas em conjunto, as análises do grupo 4 assinalam um importante aspecto: a face organizacional dos partidos fisiológicos é claramente a menos compreendida e a mais controversa. Um mesmo comportamento é atribuído a partidos com características – e, principalmente, com organizações – vastamente diferentes. Embora esta discussão esteja em processo de evolução e de amadurecimento, restam muitas lacunas que, em última instância, afetam também aqueles aspectos que hoje parecem certos e cristalinos. Sem dúvida, uma compreensão mais profunda de como se organiza um partido fisiológico transformaria ou ao menos enriqueceria nosso entendimento de como ele se comporta nas arenas eleitoral e legislativa, e vice-versa. Nosso trabalho procura contribuir para que esse ciclo virtuoso entre em funcionamento, propondo uma definição mais rigorosa de partidos fisiológicos para que se saiba, antes de tudo, quais organizações precisam ser estudadas.

e) Grupo 5 – Aspectos Negativos

O quinto e último grupo reúne todas as características que carregam um juízo de valor negativo, ou uma conotação pejorativa. Algumas são apenas julgamentos morais, ou então uma leitura negativa de aspectos que estão presentes de forma mais neutra em outros grupos, como a subcategoria "5.5 Troca de Favores e Negociatas" em relação ao "1.2 Pragmatismo" ou à "2.2 Compra de apoio no Legislativo". Outras, contudo, indicam aspectos bastante concretos e dignos de atenção, como "5.4 Corrupção". Em todo caso, este grupo de características acrescenta relativamente pouco valor explicativo ao conceito, e serve mais para o indicar o predomínio de um teor normativo no uso do conceito, em prejuízo de seu potencial científico.

A primeira subcategoria (5.1) trata dos "Prejuízos para a Democracia" que a literatura amplamente indica como consequência do fisiologismo e dos partidos fisiológicos. Em alguns casos, esta opinião é mais formulada em termos gerais, como em Baquero (2007, p. 38, 39): "Quando as estruturas políticas têm sido literalmente obliteradas, [ocorre a]

(re)emergência de práticas políticas predatórias (nepotismo, clientelismo e fisiologismo)"; em outros, como em Desposato (2007b, p. 123, 124), esta opinião ganha tons mais específicos: "O fisiologismo permanece como uma forte moeda de troca entre os donos do poder, fazendo com que [Barry Ames] escrevesse que 'emendas compram deputados'".

A subcategoria seguinte (5.2) é, talvez, a mais subjetiva: "Ganhos Privados às custas do Bem Comum". Ela se aplica aos trabalhos que interpretam o fisiologismo como baseado na busca por benefícios pessoais (lícitos ou ilícitos) para os políticos e partidos, em prejuízo da sociedade como um todo. Por exemplo:

> O fisiologismo é uma relação de poder político entre pessoas, partidos ou grupos configurados mediante uma relação em que determinadas ações e decisões políticas se dão em troca de favores, cargos ou votos. […] busca de vantagens pessoais ou partidárias em detrimento do bem comum. (Barbosa, 2020, p. 73)

Entre os verbetes de dicionários, esta é uma das características mais citadas. Como diz o verbete nº 9, o fisiologismo é a "Atitude de certos representantes e servidores públicos que se preocupam com a satisfação de interesses ou vantagens pessoais ou partidários em detrimento do bem comum" (Santiago-Almeida, 2011).

A terceira subcategoria (5.3), recorrendo a uma das tradicionais categorias do pensamento social e político brasileiro, define o fisiologismo a partir do "Patrimonialismo". O patrimonialismo é comumente associado ao clientelismo, que já vimos ser um dos componentes do fisiologismo, mas parece também ter uma ligação própria com este último, como revela o seguinte trecho de Benevides (1989, p. 145): "fisiologismo – entendido como as transações políticas visando a nomeações e benesses públicos, a transformação da política em negócio (e não negociação), a confusão consciente entre público e privado".

A quarta subcategoria (5.4) do grupo indica a ligação entre fisiologismo e corrupção. Não se trata se uma ligação direta e necessária, mas uma possível ou até provável. A patronagem e o paroquialismo se voltariam não apenas para abastecer redutos eleitorais, mas uma parte seria também desviada para os próprios bolsos, ou para os cofres do partido. Figueira (2009) expõe o raciocínio com clareza:

> O fisiologismo traduz uma relação política promíscua, principalmente entre os que governam e os que legislam, na qual o parlamentar […] adere ao governo [em troca de] acesso a cargos estratégicos dentro da estrutura de ministérios e empresas estatais. […] Trata-se de prática que, quase sempre, se presta à corrupção" (Figueira, 2009, p. 67, 68)

A última subcategoria (5.5) trata das "Negociatas e Trocas de Favores" que seriam tão comuns na política brasileira e que contribuiriam para caracterizar o fisiologismo. Seriam

práticas de negociação dentro da legalidade, mas imorais por atuarem contra os princípios republicanos ou contra a representação programática. Em inglês, o termo *log-rolling* possui um sentido e uma carga moral bastante parecidos. Para exemplificar sumariamente esta categoria, podemos observar o seguinte trecho de Veloso (2017, p. 26): "[O fisiologismo é] um tipo de relação de poder político em que determinadas ações e decisões políticas são tomadas em troca de favores".

Apesar de ser o grupo de características que menos contribui para elucidar o que é e como funciona o fisiologismo, estas características "negativas" são as mais comuns nos trabalhos fichados. Elas estão presentes em 17 dos trabalhos fichados (65,4%) e respondem por 27,5% do total de características inventariadas. Embora seja inegável que o fisiologismo efetivamente seja prejudicial para uma série de valores e instituições necessários para a representação democrática, o predomínio deste grupo é um fato que deve ser analisado ao lado de outros, como a baixa centralidade e a definição imprecisa do conceito, para indicar que o esforço de dar ao conceito um sentido exato e teoricamente útil ainda é incipiente. Enquanto cresce o número de trabalhos que busca abordar o conceito de forma descritiva e científica, ainda existem muitos que o utilizam de forma pejorativa e acusatório.

f) Panorama das características do Fisiologismo e dos Partidos Fisiológicos

As 20 características descritas acima foram utilizadas para sintetizar a concepção de "fisiologismo" e/ou de "partido fisiológico" apresentada por cada um dos 26 trabalhos selecionados para análise. A matriz que representa quais características foram atribuídas a quais trabalhos e verbetes pode ser visualizada na íntegra no Apêndice C. No total, foi identificado um total de 102 registros de características, resultando em uma média de 3,9 características por trabalho, com um máximo de 9 (Figueira, 2009) e um mínimo de 1 (Baquero, 2007; Delgado, 1989; Hochstetler & Friedman, 2008). Quanto aos dicionários consultados, foram identificados 11 registros de características em 9 verbetes consultados.

A Tabela 2 apresenta as características mais frequentes nos trabalhos e nos verbetes, com prioridade para os primeiros. Entre os trabalhos acadêmicos, as 5 características mais comuns respondem por aproximadamente 50% do total de registros, e estão relativamente bem distribuídas entre os grupos 1, 2, 3 e 5. O grupo 4, como esperado, está localizado na parte de baixo da tabela, ocupando as últimas posições. Nos verbetes de dicionários, os grupos 3 e 4 estão ausentes, com a maior parte dos registros concentrados nos grupos 2 e 5.

TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS MAIS FREQUENTES NOS TRABALHOS E VERBETES

Cód.	Característica	Trabalhos (n = 26)		Verbetes (n = 9)	
		Qtde. Registros	%	Qtde. Registros	%
1.1	Irrelevância da ideologia/programa partidário	14	53,8	0	0,0
5.1	Prejuízos para a Democracia	12	46,2	0	0,0
3.1	Clientelismo	9	34,6	0	0,0
2.1	Alianças ideologicamente heterogêneas	8	30,8	0	0,0
2.3	Governismo	7	26,9	3	33,3
2.2	Compra de Apoio no Legislativo	6	23,1	3	33,3
3.3	Paroquialismo	6	23,1	0	0,0
3.2	Patronagem	5	19,2	0	0,0
5.5	Trocas de Favores e Negociatas	5	19,2	0	0,0
1.2	Pragmatismo	4	15,4	1	11,1
4.1	Partidos Pequenos	4	15,4	0	0,0
5.3	Patrimonialismo	4	15,4	0	0,0
5.4	Corrupção	4	15,4	0	0,0
5.2	Ganhos privados às custas do bem comum	3	11,5	4	44,4
1.3	Oportunismo	2	7,7	0	0,0
1.4	Personalismo	2	7,7	0	0,0
4.3	Partidos Tradicionais e Conservadores	2	7,7	0	0,0
4.4	Infidelidade Partidária	2	7,7	0	0,0
4.5	*Catch-all*	2	7,7	0	0,0
4.2	Predomínio do Grupo Parlamentar	1	3,8	0	0,0
TOTAL		102	-	11	-

FONTE: O autor (2024).

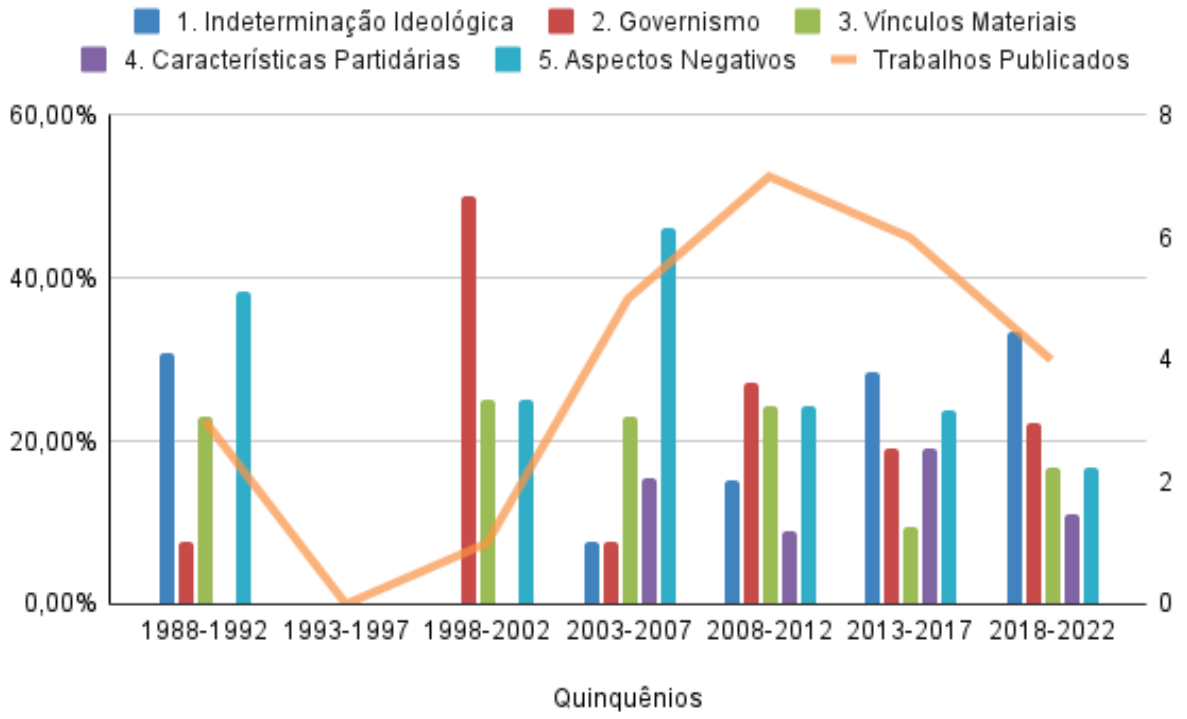
Notas: os totais de registros para artigos e para verbetes de dicionário superam 100%, pois o mesmo registro pode apresentar mais de uma das características codificadas.

Os grupos de características também podem ser analisados por sua distribuição ao longo do tempo, como é possível observar no Gráfico 6. Para isso utilizamos novamente quinquênios, contados retroativamente desde 2022, e calculamos a proporção que cada grupo de características representa em relação ao total de registros para cada quinquênio. Incluímos também uma linha indicando o número de trabalhos publicados em cada período, para contextualização. A distribuição dos grupos de características não demonstra padrões significativos estatisticamente, em parte por causa do baixo número de casos, mas alguns

padrões interessantes podem ser identificados ainda assim. Em primeiro lugar, podemos perceber a presença relativamente constante do grupo 3 ao longo do tempo. Os grupos 1 e 2 apresentam oscilações bastante grandes, mas não indicam movimento em nenhum sentido com a passagem dos anos.

Diverso e mais interessante é o caso dos grupos 4 e 5. Antitéticos em seus conteúdos – o primeiro puramente descritivo, o segundo em grande parte normativo – eles parecem também seguir caminhos opostos ao longo do tempo. As características partidárias escapavam às preocupações dos pesquisadores até o quinquênio 2003-2007, mas desde então passaram a ser um ponto recorrente de debate. Enquanto isso, os aspectos negativos do fisiologismo, após atingir um pico no mesmo quinquênio, passaram consistentemente a reduzir sua proporção no total de características.

GRÁFICO 6 – PROPORÇÃO DOS GRUPOS DE CARACTERÍSTICAS NOS TRABALHOS PUBLICADOS POR QUINQUÊNIO



FONTE: O autor (2024).

Este dado, em conjunto com as alterações na centralidade e no grau de definição do conceito, sugere um amadurecimento na abordagem do fisiologismo e dos partidos fisiológicos. É importante ressaltar isso porque significa que, embora menos numerosa nos dois últimos quinquênios, a produção acadêmica mais recente sobre esses conceitos é também a mais rigorosa. Após um pico de popularidade entre os anos de 2003 e 2017 (observado também na imprensa e no Congresso Nacional), inicia-se um esforço de maior qualidade,

ainda que menos numeroso, para a integração do conceito ao contexto científico.

3.5 ESTRUTURANDO O CONCEITO DE PARTIDO FISIOLÓGICO

A Revisão de Literatura realizada demonstrou que atualmente "fisiologismo" e, principalmente, "partidos fisiológicos" são antes *concepções* do que *conceitos* propriamente ditos. Poucos dos trabalhos selecionados integraram esses termos de forma relevante aos seus raciocínios, e também foram esparsos os esforços em defini-los e diferenciá-los de outros conceitos. Assim, no que se refere à forma como esses termos são utilizados, podemos citar algumas deficiências a serem superadas:

- **Tangencial**: o fisiologismo (ou os partidos fisiológicos) ainda são utilizados de forma marginal nos artigos e outros trabalhos acadêmicos, tangenciando a questão central do estudo. São termos que frequentemente aparecem como meros exemplos (negativos), ou como categorias auxiliares e residuais em classificações;
- **Pejorativo**: frequentemente o fisiologismo é definido como termo pejorativo pelos dicionários, o que se manifesta também nos diversos trabalhos em que ele é utilizado como forma de expressar juízos normativos, mais do que comunicar observações descritivas;
- **Isolado**: a grande maioria das concepções de fisiologismo apresentaram um notável isolamento, no sentido de que ainda é tímido o diálogo com a teoria de qualquer ramo da Ciência Política, seja para explicar as causas do fisiologismo e dos partidos fisiológicos, seja para explorar as consequências de sua existência; e
- **Indefinido e Indiferenciado**: como já aludimos, a própria definição de fisiologismo e dos partidos fisiológicos é um tópico não resolvido, o que também dificulta a sua diferenciação em relação a conceitos e fenômenos correlatos.

Apesar dessas deficiências formais, as concepções de "fisiologismo" e de "partido fisiológico" analisadas apresentaram, com um relevante grau de concordância, um conteúdo próprio. Podemos resumir esse conteúdo da seguinte forma:

- **Clientelismo**: há uma associação forte do fisiologismo com práticas clientelistas *lato sensu* ou, em outras palavras, políticas distributivas. Isto indica que o fisiologismo não recorre a programas partidários ou a apelos carismáticos para vincular-se com o eleitorado, mas prefere usar do paroquialismo ou mesmo do clientelismo *stricto sensu* para isso. Ao mesmo tempo, apesar dessa forte associação, fica claro que o

fisiologismo não é apenas outro nome para o clientelismo;

- **Governismo**: o fisiologismo também está, em especial nos verbetes de dicionário, fortemente associado ao Governismo, ou seja, à postura de sempre buscar se aliar ao Governo constituído, vencedor das mais recentes eleições presidenciais. Em alguns casos, é enfatizada a iniciativa dos parlamentares que buscam forjar essa aliança, enquanto em outros é enfatizada a iniciativa do Governo em "comprar" esses parlamentares com cargos, indicações, verba, etc. Em ambos os casos, esse Governismo parece resultar em alianças políticas que são bastante heterogêneas ideologicamente.
- **Indeterminação Programática e Prejuízo para a Representação**: a maior parte da literatura aponta que o fisiologismo, como pré-requisito ou como consequência do Clientelismo e do Governismo, não é compatível com o respeito a orientações programáticas. Por isso, um Partido Fisiológico aparenta não ter ou não seguir nenhuma programa ideológico, o que prejudica e até impossibilita a representação política do eleitorado. Além disso, esta postura pode atropelar princípios republicanos e favorecer a operação de esquemas de corrupção, prejudicando a Democracia como um todo;
- **Características Partidárias**: quanto ao perfil organizacional dos Partidos Fisiológicos, a literatura segue em debate. Está claro que não há um controle rígido sobre os membros do partido, seja por parte de seus filiados, seja por parte de uma direção central. Mas, para além disso, questões como posicionamento ideológico (se houver), extensão e tamanho da estrutura, longevidade do partido, etc. estão por ser respondidas.

Estabelecido com certo grau de clareza e de confiabilidade qual é o conteúdo ou a intensão do conceito de Partido Fisiológico, resta organizar e formalizar este conteúdo. Assim, poderemos estruturar esse conceito e, idealmente, sanar os vícios formais listados acima.

A estruturação do conceito de Partido Fisiológico se inicia por apontar as características que devem defini-lo. Desde que tomados em conjunto, a Indeterminação Programática, o Clientelismo (na Arena Eleitoral) e o Governismo (na Arena Parlamentar) parecem ser suficientes tanto para identificar a natureza do fenômeno, quanto para diferenciá-lo de ideias correlatas. A partir deste núcleo duro, podem ser deduzidos alguns dos outros aspectos do conceito, como suas consequências para a representação e para a

democracia, ou, em relação à organização, a autonomia de seus membros em relação à estrutura do partido. Outros aspectos, no entanto, somente poderão ser descobertos por mais pesquisas, em especial de cunho empírico.

Uma definição a partir de critérios claros e objetivos como esses, ainda que não necessariamente prontos para serem operacionalizados, também contribui para que o conceito seja empregado em um sentido mais descritivo do que normativo. O próximo capítulo trata desta definição em maiores detalhes, e desenvolve mais de suas características.

Uma vez que nossa definição pressupõe a decomposição do conceito em duas dimensões (uma eleitoral e outra parlamentar), é possível explorar de que outras maneiras essas dimensões podem se cruzar e, a partir desses cruzamentos, quais outros tipos partidários elas podem definir. O capítulo 5 se encarrega de apresentar uma tipologia de partidos gerada pelas intersecções dessas duas dimensões, desenvolvendo o diálogo que nossa definição de Fisiologismo pode travar com a teoria sobre partidos políticos e, assim, reduzindo seu isolamento.

Com o conceito estruturado dessa forma, são enfrentados os problemas de indefinição e indiferenciação, de usos pejorativos e de seu isolamento da teoria. A partir desses esforços, esperamos que também possa ser sanado o problema da marginalidade ocupada pelo conceito de fisiologismo, e que a ele sejam atribuídos papéis menos tangenciais em pesquisas futuras.

4 A DEFINIÇÃO DE PARTIDO FISIOLÓGICO

4.1 A DEFINIÇÃO

Após revisar a literatura em busca do conteúdo atribuído às ideias de "fisiologismo" e de "partido fisiológico", e após organizar este conteúdo em torno de alguns traços fundamentais, podemos apresentar a definição de Partido Fisiológico. Esta definição, além de preservar a maior parte das características apontadas pela literatura, busca integrá-las em uma unidade coesa. O Clientelismo (em seu significado amplo, equivalente a vínculos materiais seletivos) foi mantido ao lado das tendências Governistas (interesse invariável em aderir à coalizão de governo), não apenas como descrições igualmente válidas e compatíveis entre si, mas como características que se complementam e se elucidam mutuamente. Assim, passemos sem mais delongas à definição:

QUADRO 4 – DEFINIÇÃO DE PARTIDO FISIOLÓGICO

O Partido Fisiológico é definido por sua atuação como *atravessador* na entrega de políticas distributivas e redistributivas, seguindo uma estratégia política que é incompatível com posições ideológicas ou programáticas firmes. Ele intermedeia a entrega de políticas *distributivas* através de emendas ao Orçamento e de negociações com o Executivo ou a burocracia estatal, e então as utiliza para cultivar vínculos materiais nos redutos eleitorais do Partido, o que possibilita a eleição de certo número de representantes. Depois de eleitos ao Parlamento, estes representantes adotam uma postura governista, em que invariavelmente oferecem apoio à coalizão de governo e à sua agenda, intermediando a aprovação das *políticas redistributivas* pautadas pelo Executivo em troca de acesso aos referidos recursos materiais. A intermediação do Partido nessas duas frentes é realizada visando benefícios políticos e pessoais para seus membros.

FONTE: o Autor (2024).

Em primeiro lugar, esta definição reafirma o dado mais básico apresentado pela literatura: o Partido Fisiológico não é definido e reconhecido por suas características internas, mas por seu comportamento. Este comportamento, por sua vez, desdobra-se em duas frentes, conforme as duas principais arenas onde partidos políticos interagem entre si e com o eleitorado: a Arena Eleitoral e a Arena Legislativa.

Na Arena Eleitoral, o Partido Fisiológico cultiva Vínculos de Natureza Material e Seletiva com seus eleitores. Isto é, ele estabelece uma troca direta com o eleitorado, oferecendo privilégios, recursos materiais e produtos ao eleitor, que retribui direcionando

determinado número de votos para o partido: em alguns casos, apenas o seu; em outros, também o voto de sua família, amigos, comunidade etc. Esta intermediação de políticas distributivas pode caracterizar o Clientelismo *lato sensu* ou *stricto sensu*, a depender da capacidade do Partido de monitorar os eleitores e puni-los caso descumpram sua parte do acordo.

Com os votos obtidos desta forma na Arena Eleitoral, o Partido Fisiológico ganha acesso à Arena Legislativa. Neste ambiente, os representantes eleitos pelo partido adotam uma Postura Governista, segundo a qual invariavelmente barganham com o Executivo sua entrada na coalizão de governo, seja qual for o partido que o lidera. Nessa negociação, o Partido Fisiológico oferece governabilidade e facilidade na aprovação da agenda do governo, que geralmente inclui a implementação de políticas redistributivas; em troca, demanda acesso a cargos, verbas e privilégios para viabilizar as políticas distributivas que emprega na Arena Eleitoral, facilitando a reeleição desses representantes.

De imediato, fica claro que este comportamento é incompatível com qualquer tipo de posição ideológica ou programática firme. Os vínculos materiais cultivados com o eleitorado passam ao largo de princípios programáticos, pois os benefícios são distribuídos conforme a necessidade dos eleitores e sua capacidade de direcionar votos, não conforme regras publicamente debatidas para alcançar determinado fim programático ou ideológico. Também há uma diferença de perfil, pois o eleitorado que aceita vinculações eleitorais de natureza material é distinto daquele que demanda vinculações programáticas com seus representantes (Kitschelt & Kselman, 2010).

Ademais, percebe-se que este comportamento visa sua própria perpetuação, por um lado, e o favorecimento dos membros do partido, por outro. O clientelismo na Arena Eleitoral garante o acesso à Arena Legislativa, onde a postura governista facilita o acesso aos recursos que abastecem o clientelismo e permitem a reeleição, fechando um ciclo que se retroalimenta e confere grande resiliência a esta espécie de partido. Um dos objetivos dessa estratégia, portanto, é manter o Partido Fisiológico em sua posição de poder, da qual ele obtém uma série de benefícios.

Ao mesmo tempo, é verdade que ao longo desse ciclo o partido intermedeia e presumidamente facilita a entrega de políticas distributivas para seus redutos eleitorais, e de políticas redistributivas para a sociedade como um todo. Alguns argumentos podem ser levantados em favor dessas intermediações – sua capilaridade, dando maior atenção às demandas de pequenas e remotas localidades, ou seu papel em garantir "governabilidade" – mas elas não são realizadas (apenas) com o objetivo de facilitar a entrega dessas políticas,

mas principalmente de obter vantagens particulares no processo: aumentar a influência dos membros do partido dentro e fora das instituições, ascender politicamente e até enriquecer. Este último objetivo, aliás, pode ser obtido de forma mais rápida caso se recorra a meios ilegais. Pois, de forma geral, políticas distributivas são especialmente adequadas para a criação de esquemas de corrupção, seja por meio do superfaturamento de insumos e serviços comprados com o dinheiro público, seja pela cobrança de favores em troca do direcionamento seletivo dos benefícios.

Por todos esses motivos, a estratégia do Partido Fisiológico pode ser considerada típica de um atravessador:[10] ele intermedeia e possivelmente facilita a realização de funções sociais importantes do sistema político, mas o faz em benefício de seus membros, muitas vezes elevando o custo dessas políticas e causando outros efeitos deletérios. É possível que esta intermediação de funções que são necessárias ao sistema político explique a origem do neologismo ("fisiologismo", "fisiológico" com sentido político), em uma analogia com as funções fisiológicas necessárias a um organismo vivo.

Definir o Partido Fisiológico a partir desse adjetivo também pode ser uma chave para realizar a tradução do conceito. Como pontuamos anteriormente, o sentido político atribuído ao termo "fisiológico" é uma inovação brasileira com origens obscuras, a qual, em caso de tradução literal, causaria problemas de entendimento. A caracterização como "atravessador" indica um caminho de mais fácil tradução, e sugere *rent-seeking party* como expressão de sentido equivalente.

No campo da economia e da Ciência Política, *rent-seeking* é a competição por recursos financeiros ou outros benefícios administrados pelo Estado (Mazzuca, [s.d.]). Inicialmente criados para atingir determinados fins públicos, esses benefícios acabam por atrair a atenção de grupos de interesse que, visando serem também contemplados com os recursos, retiram investimentos de atividades produtivas e os redirecionam para campanhas publicitárias e de *lobby* ou suborno. A tradução de "atravessador" por "*rent*-seeking" não é exata, pois o segundo é mais um caso de interceptação do que de intermediação das políticas públicas, mas permanece o sentido de interferir na entrega dessas políticas para obter vantagens privativas, inclusive com eventual uso de meios ilegais.

Passemos agora a explorar em maior detalhe algumas questões e implicações desta definição de Partido Fisiológico.

---

[10] O termo pode significar apenas um revendedor, mas também pode designar o intermediário que "opera com grande margem de lucro, onerando a mercadoria e encarecendo-a para o consumidor" ("Atravessador", [s.d.]).

4.2 FISIOLOGISMO, OU A CONEXÃO ELEITORAL FISIOLÓGICA

Partidos políticos podem ser classificados a partir de muitos critérios diferentes: posição ideológica (esquerda, direita, socialista, libertário etc.), organização (estratárquico, partido de integração, máquina eleitoral etc.), origem (interna ou externa ao parlamento), por modelos partidários completos (de quadros, de massas, *catch-all*, etc.), entre outros. No caso do Partido Fisiológico, estamos caracterizando e categorizando o partido por um comportamento, o fisiologismo. Este comportamento pode ser descrito como uma forma de conexão eleitoral, ou seja, uma estratégia de reeleição dos parlamentares. Condicionada pelas características sociais e institucionais do processo eleitoral, esta estratégia se desdobra em decisões tomadas em outros âmbitos além do eleitoral, especialmente o parlamentar.

Alguns dos trabalhos fichados em nossa revisão de literatura chegaram a descrever brevemente este comportamento ou conexão eleitoral fisiológica. Trata-se de cinco trabalhos (Abranches, 2001; Batistella, 2016; Bolognesi et al., 2022; Figueira, 2009; Kingstone & Ponce, 2010) que vão além de apenas indicar a coexistência de características clientelistas e governistas nos partidos fisiológicos, mas também explicam a conexão íntima entre elas. Dentre os cinco, o texto de Kingstone e Ponce (2010, p. 120, 121) é o mais sintético e claro: "Members of Congress depend on patronage spending for their electoral success and have typically bargained with the executive over the release of specific patronage spending items inserted into the budget in exchange for legislative support.".[11] Percebe-se que não é fortuita a ocorrência conjunta do governismo e do clientelismo no fisiologismo, mas que estas são duas faces ou dois momentos de uma mesma estratégia para atingir um dos principais (se não o principal) objetivos dos parlamentares, a reeleição.

Porém, podemos ir além destas breves e gerais descrições. Duas publicações de autoria de Desposato (2002, 2007a) se aprofundam nesta questão, inclusive com dados e testes empíricos, embora tratem dela em termos diferentes dos nossos – o "fisiologismo" não é citado em momento algum. Falemos em maior detalhe do estudo que originou ambas as publicações para melhor compreender suas conclusões. Nele, o objetivo do autor é, partindo do caso brasileiro, compreender de que forma um ambiente eleitoral (Arena Eleitoral) no qual o clientelismo é possível e praticado afeta o comportamento dos parlamentares na Arena Legislativa, assim como sua forma de organização em partidos políticos.

Para que exista um ambiente eleitoral onde o clientelismo é possível, Desposato

[11] Em tradução livre: "Para obter sucesso eleitoral, parlamentares dependem de recursos para patronagem, e por isso tipicamente negociam com o Executivo a liberação das emendas parlamentares ao Orçamento, oferecendo em troca apoio legislativo".

indica serem necessárias algumas condições sociais e institucionais. Em primeiro lugar, contextos socioeconômicos de pobreza e de desigualdade afetam drasticamente o cálculo de utilidade esperada do eleitorado, que racionalmente passa a priorizar benefícios materiais imediatos em detrimento da implementação de políticas públicas de natureza universal. Em outras palavras, desigualdade e pobreza tornam o clientelismo e políticas distributivas em geral mais atrativos para o eleitorado. A desigualdade social implica na diferença de valor relativo do benefício oferecido, que "sai barato" para o patrão/político, mas ainda vale muito para o eleitor. Já a pobreza torna as necessidades do eleitorado mais urgentes, tornando a entrega certeira e imediata de um benefício material preferível à implementação demorada, incerta e complexa de uma política de escopo universal.

Quanto às condições institucionais, o autor realiza um diálogo crítico com a literatura pessimista que se formou inicialmente em torno do Presidencialismo Multipartidário na década de 1990. Desposato reconhece o sistema eleitoral proporcional de lista aberta e o federalismo forte como determinantes para o enfraquecimento dos partidos políticos no Brasil, mas acredita que essa é uma explicação insuficiente caso não leve em conta as variáveis sociais expostas acima.

Para realçar o papel das variáveis socioeconômicas sobre a atuação dos parlamentares, o autor recorre aos subsistemas partidários dos Estados brasileiros para implementar um desenho de pesquisa em que as variáveis institucionais são controladas. Desposato seleciona cinco unidades federativas brasileiras (SP, RS, BA, PI e DF) com arranjos institucionais internos bastante similares, mas com características socioeconômicas contrastantes. Conforme sua teoria, os contextos sociais diferentes devem implicar em preferências igualmente diferentes no eleitoral, as quais, por meio da conexão eleitoral, afetam o comportamento legislativo e partidário dos parlamentares.

Voltemos às premissas do estudo de Desposato. Isolada a influência do desenho institucional, as condições socioeconômicas devem afetar a preferência do eleitorado entre políticas distributivas e redistributivas, ou, nas palavras do autor, entre o acesso a bens privados e particularistas ou a bens públicos. Os parlamentares, por sua vez, devem adaptar sua estratégia às preferências do eleitorado para atingir seu objetivo de se reeleger, e assim alteram sua forma de agir no Legislativo e sua disposição a compor partidos políticos. Um eleitorado interessado em políticas redistributivas ou bens públicos está disposto a aguardar o complexo processo de formulação e implementação de uma política pública. De fato, estes eleitores devem ficar satisfeitos com atitudes que demonstrem a firmeza ideológica/programática de seus representantes, mesmo que não levem a resultados concretos.

Para atender a este tipo de eleitor, o representante deve assumir uma postura independente no Legislativo, apoiando a agenda do Executivo quando ela estiver de acordo com a plataforma que o elegeu, mas, em caso de divergência, recusando esse apoio (e os benefícios em verbas, cargos e influência que o acompanham) em favor de marcar sua posição. Em relação à organização partidária, interessa a este parlamentar ser respaldado e associado com um partido forte, que atue para manter uma identidade ideológica/programática ante o eleitorado, mesmo que isto lhe imponha alguns limites estratégicos.

O oposto deve ocorrer quando, por conta das condições socioeconômicas, o eleitorado priorizar políticas distributivas ou bens privados. Neste caso, o parlamentar deve sempre privilegiar a entrega de recursos almejados pelos eleitores, sob risco de ser substituído por outro "patrão" na eleição seguinte, o que torna imprescindível que ele se aproxime do Executivo, que controla o orçamento. Não há, portanto, margem para marcar posições ou manter uma postura independente no Legislativo; o parlamentar é forçado ao Governismo, para usar nossos termos. Quanto à organização partidária, a facilidade que o eleitorado tem em identificar o sucesso ou não na entrega das políticas distributivas, dada sua materialidade imediata, torna desnecessário o respaldo do partido para a reeleição do parlamentar. Não há ganho informacional ou de confiança em aderir a orientações programáticas rígidas, e respeitá-las eventualmente implicaria adotar uma postura independente no Legislativo, confrontando o Executivo. Assim, os vínculos eleitorais de natureza material tornam uma estrutura partidária extensa e forte, capaz de formular e garantir a fidelidade a um programa partidário, um custo supérfluo. Os parlamentares que cultivarem vínculos deste tipo devem se agregar em partidos fracos e pouco coesos.

Desposato apresenta sinteticamente duas conexões eleitorais possíveis, a depender das condições sociais presentes no eleitorado, cada uma delas trazendo implicações para a organização partidária mais adequada. Embora não seja chamada dessa forma, a segunda dessas conexões eleitorais corresponde exatamente ao fisiologismo que estamos analisando. Os detalhes revelados pela teorização do autor permitem compreender o mecanismo que conecta o clientelismo ao governismo, assim como contribuem para esclarecer a nebulosa questão organizacional de um partido que se valha dessa estratégia.

O autor testa sua teoria de duas formas diferentes: avaliando a coesão dos partidos em votações nominais e a taxa de migração partidária, tanto nas Assembleias Legislativas quanto nas bancadas estaduais eleitas para a Câmara dos Deputados. Nos Estados com condições socioeconômicas mais precárias, é esperado que os partidos cultivem vínculos ou conexões eleitorais clientelistas e sejam, portanto, mais fracos e menos coesos. Por conta

disso, nas Assembleias estaduais e na bancada federal desses Estados, o autor espera encontrar taxas mais altas de migração partidária, e espera que os partidos de oposição votem de forma significativamente menos coesa do que os partidos da coalizão de governo.[12] Por outro lado, Estados que apresentem condições socioeconômicas mais favoráveis para vínculos programáticos devem contar com partidos mais fortes e coesos, os quais votam de forma unificada sejam eles aliados do governo, sejam eles da oposição, e que veem menos de seus membros migrar de/para outras siglas.

Os testes estatísticos realizados por Desposato em grande parte apoiam sua teoria com significância e confiança. Apesar de alguns aspectos dessa operacionalização poderem ser questionados ou precisarem de maior especificação, a elaboração teórica do autor e sua posterior confirmação estatística são contribuições de grande valor para compreender o fisiologismo e, principalmente, os Partidos Fisiológicos. O estudo tem ainda o mérito de identificar a existência do fisiologismo tanto ao nível estadual quanto ao federal: a Arena Eleitoral onde se cultiva o clientelismo é a mesma, mas a Arena Legislativa onde se dá o Governismo (horizontal) pode ser uma Assembleia Legislativa ou o Congresso Nacional.

4.3 A ORGANIZAÇÃO

Conforme já dito em múltiplas oportunidades, a organização dos Partidos Fisiológicos ainda é seu aspecto mais obscuro. A literatura revisada aborda este tópico com muito menos frequência, e geralmente o faz como um aspecto dependente, a ser deduzido das duas características definidoras do fisiologismo (clientelismo e governismo). Não obstante essas dúvidas, parece seguro afirmar que os Partidos Fisiológicos não devem apresentar grande capacidade de restringir o comportamento de seus membros, nem incentivar intensa participação de seus eleitores e filiados.

O estudo de Desposato, descrito acima, apresenta um forte argumento nesse sentido, demonstrando que a conexão eleitoral fisiológica é praticamente incompatível com organizações partidárias mais fortes. Outro argumento pode ser encontrado no voto personalista que abunda no sistema eleitoral brasileiro. O voto personalista é definido como aquele que é obtido com base na reputação pessoal do candidato, desconsiderando ou até prejudicando a reputação do partido ao qual ele está filiado (Carey & Shugart, 1995).[13] A

---

[12] O argumento completo é de que o Governador garante os recursos para os partidos aliados, mantendo sua alta coesão. Mas o Executivo também oferece benefícios a parlamentares da oposição, os quais, sem motivos para obedecer a determinações partidárias (se é que elas existem), divergem do resto do partido e votam com o Governo.

[13] Embora não tenhamos encontrado na literatura apontamentos a respeito deste tópico, a natureza do voto (se

contraposição entre a reputação personalista e a reputação partidária não existe apenas por conta de serem duas formas alternativas de conquistar o voto, mas também porque podem representar interesses diferentes. O candidato individual deseja acima de tudo sua reeleição, mas o partido (através de seus dirigentes locais) deve restringir as posições de seus membros para manter uma reputação ideológica/programática e assim cumprir com sua função de atalho informacional para os eleitores. Está colocada, assim, a possibilidade de um conflito entre os interesses do partido e dos candidatos: basta que uma determinada estratégia seja favorável para a reeleição do candidato, mas prejudicial para o partido no longo prazo.

Diferentes sistemas eleitorais oferecem maior ou menor incentivo ao voto personalista (Carey & Shugart, 1995), e assim fortalecem mais ou menos os interesses do candidato ante os do partido. O sistema eleitoral aplicado a cargos legislativos no Brasil, a chamada Representação Proporcional via Lista Aberta, notoriamente figura entre os mais favoráveis ao voto personalista, embora ao longo dos anos tenha passado por algumas reformas que fortaleceram as lideranças partidárias (Desposato, 2007b). Aqui, então, encontramos um fator sistêmico para o enfraquecimento dos partidos brasileiros. Atuando em conjunto com os incentivos próprios da conexão eleitoral fisiológica, este fator sistêmico é um forte indício de que, de fato, os Partidos Fisiológicos são organizações fracas e pouco coesas, formadas por políticos para veicular suas campanhas. Partidos que, nas palavras de Bolognesi et al., operam "a reboque de seus membros" (2022, p. 22). Na verdade, considerando a reputação e os indícios coletados até agora, é plausível que *sequer haja* uma reputação partidária a ser defendida contra o oportunismo dos candidatos individuais. Nesse caso, o voto personalista pode ser inclusive de interesse do partido.

Contudo, há motivos para acreditar que, ao menos em algumas circunstâncias, estes partidos usem sua organização para exercer certa força. Pelo que concluímos até agora, o Partido Fisiológico é formado por uma elite parlamentar que tem como prioridade manter seus cargos e, idealmente, ampliar sua influência. Não há, portanto, interesse em fortalecer o partido para que este alcance fins ideológicos, mas em utilizá-lo em seu favor. Isto não exclui, contudo, a possibilidade de que, em alguns casos, fortalecer o partido seja o melhor caminho para maximizar sua utilidade. Em primeiro lugar, esta elite pode enfrentar problemas de ação coletiva, por exemplo quando uma negociação em bloco com o Executivo mostra-se mais vantajosa do que individualmente, o que demandaria algum grau de coerção para evitar que

---

personalista ou partidário) parece ser uma dimensão independente da natureza do vínculo eleitoral (se material, carismático ou programático; cf. Kitschelt, 2000). Talvez com exceção do vínculo carismático, os vínculos eleitorais podem ser mediados tanto pela reputação do candidato quanto pela do partido.

free-riders prejudiquem o acordo. Uma vez que resolver problemas de ação coletiva é uma das funções fundamentais dos partidos políticos em geral (Kitschelt, 2000; White, 2006), parece certo que mesmo Partidos Fisiológicos contem com mecanismos organizacionais para desempenhar essa função, ainda que estes mecanismos possivelmente sejam acionados com menos frequência do que em outros tipos de partidos. Detalhar em quais situações estes mecanismos são utilizados é uma tarefa a ser realizada empiricamente.

Em segundo lugar, as elites parlamentares na cúpula do partido devem ter a seu dispor recursos para garantir que os vínculos eleitorais de natureza material sejam cultivados de forma adequada, sem ineficiências e desvios. Para isto, não basta apenas obter os recursos junto ao Executivo e à burocracia estatal e/ou através de emendas, mas é necessária também a atuação de alguns intermediários (chamados de *brokers* pela literatura inglesa sobre clientelismo) situados diretamente nos redutos eleitorais. Esta intermediação, muitas vezes realizada por prefeitos de cidades interioranas, é uma forma de garantir capilaridade, contato com as demandas do eleitorado e palanques eleitorais. Ao mesmo tempo, ela representa também um risco de que parte dos recursos seja desviada por esses intermediários para fins próprios, ou de que ao nível local sejam tomadas decisões políticas (por exemplo, o lançamento de uma candidatura) contrárias ao interesse do grupo parlamentar. Por esses motivos, é esperado que partidos de vínculos materiais – como os Partidos Fisiológicos – apresentem grande centralização organizacional, concentrando poder na mão dessas elites para que elas sejam capazes de coibir e punir esses desvios (Kitschelt & Kselman, 2010; Novaes, 2018).

Esta força, inesperadamente encontrada em partidos considerados fracos e pouco coesos, já havia sido apontada pelo conhecido estudo de Fernando Guarnieri (2011). Neste artigo, o autor descreve como as Comissões Executivas Nacionais dos partidos, comandadas por grupos parlamentares, podem realizar manobras regimentais para garantir que as Comissões Executivas estaduais e municipais continuem a se organizar provisoriamente e não se tornem permanentes. Caso se tornassem Comissões permanentes, elas passariam a ser compostas por membros eleitos em Convenção e ganhariam certo grau de autonomia, mas, enquanto permanecerem como Comissões Provisórias, elas ainda são compostas por indicações de Comissões hierarquicamente superiores. Esta é uma forma direta de interferência da cúpula sobre a base do partido, e permite que o grupo parlamentar implemente as estratégias que considera mais vantajosas, inclusive contrariando interesses de intermediários locais. É digno de nota que o estudo do autor aponte o PP e o PTB, segundo e terceiro partidos mais apontados como fisiológicos pela literatura (ver capítulo 3, item 3.4 d),

como aqueles que mais utilizaram esses recursos centralizadores, enquanto o (P)MDB, líder em classificações, consta entre os que menos fazem uso dessa prática.

Podemos utilizar o arcabouço teórico desenvolvido por Richard Katz e Peter Mair (1993) para reafirmar este último ponto em termos mais gerais. Procurando aprofundar a análise dos partidos políticos enquanto organizações, estes autores propõem que a organização partidária não seja analisada como dimensão ou fenômeno único, mas como unidade que pode ser decomposta em três faces: a Base do partido, o Partido em Cargos Públicos e a Direção Central.[14] A Base do partido compreenderia os ativistas, dispostos a realizar trabalho voluntário em campanhas e na arrecadação de fundos, e também funcionários da burocracia e de cargos eletivos ao nível local. O Partido em Cargos Públicos se refere aos ocupantes de cargos eletivos ou de indicação, em especial parlamentares e governantes no Executivo. Por fim, a Direção Central trata de órgãos centrais destinados a coordenar esforços das duas outras faces do Partido, e, em alguns casos, também supervisioná-los em termos ideológicos/programáticos e estratégicos.

A forma de organização descrita por Guarnieri (2011) e teorizada por Kitschelt e Kselman (2010), cuja compatibilidade com os Partidos Fisiológicos parece provável, pode ser traduzida nestes termos da seguinte forma: a distribuição de poder nesses partidos está concentrada no grupo parlamentar do partido, aquela face que ocupa cargos eletivos e desfruta de maior visibilidade. Esta face, fazendo uso de subsídios públicos, de normas regimentais e de campanhas profissionalizadas que a colocam em contato direto com o eleitorado, exerce controle preponderante sobre a enxuta direção central existente, e, também, sobre a base do partido, onde se movimentam os poucos ativistas voluntários e os ocupantes de cargos eletivos de menor expressão (particularmente pequenas prefeituras e vereanças). Sob esta configuração, é possível garantir o fluxo de benefícios materiais para conquistar votos junto ao eleitorado, evitando desvios e estratégias pouco promissoras, ao mesmo tempo em que uma tímida direção central atua para resolver problemas de ação coletiva do grupo parlamentar, mas não tem poder para obrigá-lo a assumir posição independente nas votações no Congresso ou para que se atenha a certos temas de campanha.

Tal configuração de poder apenas é possível caso a organização do partido se assemelhe a um sistema de interesses puro ou quase puro. Aqui novamente recorremos à teoria, no caso, o clássico trabalho de Panebianco, *Modelos de Partido* (2005). Este autor teoriza que os jogos de poder internos a um partido baseiam-se na distribuição de dois tipos

---

[14] Nos termos originais: *party on the ground*, *party in public office* e *party central office*, respectivamente.

de benefícios: incentivos coletivos, como o sentimento de pertencimento, de apoiar uma causa importante etc., os quais comovem especialmente os chamados crentes, pessoas cuja fidelidade ao partido é mantida em função de seu fim ideológico declarado; e incentivos seletivos, como status, poder e riqueza, que atraem carreiristas que se ligam ao partido como forma de avançar suas carreiras. De acordo com a teoria de Panebianco, todo partido deve distribuir alguma combinação dos dois tipos de benefícios, pois necessita tanto do trabalho voluntário de crentes quanto da atuação burocrática ou profissional de carreiristas. Em outras palavras, todo partido apresenta duas tendências opostas, a de se tornar um sistema de lealdades (incentivos coletivos) e a de se tornar um sistema de interesses (incentivos seletivos), mas, como é improvável que uma organização possa se sustentar apenas com incentivos coletivos ou apenas com incentivos seletivos, nenhuma dessas tendências suplanta a outra por completo.

Ainda assim, o próprio autor cita o exemplo de um notório partido clientelista, o Partido Liberal Democrático (LDP) do Japão, como um caso que consegue se aproximar do segundo extremo (Panebianco, 2005, p. 269, nota 80). Considerando o exposto até aqui a respeito da organização de Partidos Fisiológicos, parece provável que eles sejam casos que chegam ainda mais perto de serem sistemas de interesse puros. Ativistas, crentes e militantes que fossem signatários de alguma ideologia, e que enxergassem na atuação do partido um meio de realizá-la, dificilmente aceitariam a estratégia pragmática ou as manobras regimentais realizadas pelas lideranças de Partidos Fisiológicos. Por outro lado, carreiristas e burocratas, devidamente remunerados, seriam mais tolerantes. Esta forma de organização provavelmente incentiva um enxugamento da estrutura organizativa, posto que todos os cargos e funções devem ser recompensados materialmente, mas confere o mais alto grau de autonomia aos líderes do partido.

4.4 PARTIDOS VAZIOS DE REPRESENTAÇÃO?

A ausência ou irrelevância da ideologia para os Partidos Fisiológicos é um aspecto que não apenas foi extensivamente citado pela literatura revisada, mas que também aparece de diferentes formas na definição apresentada até agora. Os vínculos eleitorais passam ao largo de programas partidários e de posturas ideológicas, pois têm base em incentivos materiais que vão desde o paroquialismo até o clientelismo em sentido mais estreito, com patronagem, compra de votos e desvio na implementação de políticas públicas. Na Arena Legislativa a ideologia também não desempenha papel relevante, pois o que orienta o posicionamento dos

parlamentares é a estratégia para obter os recursos e benefícios que atraem os votos do eleitorado. Por fim, a organização do partido também dispensa paixões ideológicas como forma de mobilizar o trabalho voluntário de ativistas e crentes, pois recorre principalmente a funcionários e carreiristas motivados por incentivos seletivos (materiais).

Assim, nos três critérios que indicam um partido programático – programaticidade presente na Arena Eleitoral, na Arena Legislativa e na própria organização partidária (Cheeseman, 2014) – o Partido Fisiológico deixa a desejar. Se esta indeterminação programática é uma causa ou uma consequência da estratégia de atravessamento adotada pelos partidos fisiológicos, é uma questão que não podemos responder no momento. Em todo caso, esta quase completa ausência de posicionamento ideológico coloca o Partido Fisiológico em singular posição entre os tipos de partido, como veremos em maior detalhe no capítulo 5.

As consequências da existência de tal tipo de partido dificilmente podem ser consideradas positivas ou mesmo neutras. Ainda que Kitschelt, em sua teoria sobre os vínculos eleitorais, considere que todos são capazes de produzir alguma forma de *accountability* democrática (Kitschelt, 2000; Kitschelt et al., 2009; Kitschelt & Kselman, 2010), outros autores apresentam argumentos bastante convincentes de que vínculos materiais com o eleitorado e o clientelismo em geral têm implicações negativas para a representação democrática. Em duas oportunidades distintas, Susan Stokes pontua os efeitos deletérios do clientelismo (Stokes, 2009, 2011), seja contribuindo para a manutenção de desigualdades socioeconômicas, seja reduzindo a transparência na formulação e na implementação de políticas públicas, além de outros questionamentos éticos. Ademais, as consequências negativas vão além do eleitorado desses partidos. Boa parte das teorias sobre a representação democrática entendem que ela é um produto agregado do sistema partidário (Cheeseman, 2014; Cotta, 1998; Kitschelt et al., 2010). Ou seja, para que o eleitorado exerça influência concreta sobre as políticas públicas formuladas e implementadas, não é suficiente que existam alguns partidos políticos fiéis a seus programas, mas é necessário que a competição eleitoral se dê sobre bases programáticas e/ou ideológicas. Caso alguns partidos que operam sobre outras bases, tais como os Partidos Fisiológicos, ganhem relevância no sistema partidário, este pressuposto fica comprometido, e junto com ele a representação democrática produzida pelo sistema. Diante de uma presença significativa de Partidos Fisiológicos no sistema partidário, os Partidos Programáticos podem modular suas estratégias e abandonar parte da programaticidade para competir com eles, ou podem deixar de sofrer escrutínio público sobre suas propostas políticas, entre outras possibilidades.

Entretanto, podemos cogitar ao menos uma circunstância em que os Partidos

Fisiológicos podem ser levados a se posicionar diante de uma ideologia ou programa partidário. Trata-se da questão de manter o *status quo* social e institucional que permite sua existência e funcionamento. Políticas que ameacem a base de funcionamento desses partidos, seja nos seus vínculos eleitorais, na sua forma de atuação no Parlamento ou na sua forma de organização, são políticas que dificilmente seriam defendidas em campanha, mesmo que de forma passageira e pragmática para conquistar votos, e que provavelmente não receberiam apoio no Parlamento, mesmo que o Executivo mobilizasse todos os seus recursos de negociação. Nesta postura, que busca manter parte das atuais condições sociais e institucionais, pode residir o Conservadorismo que parte da literatura associou aos Partidos Fisiológicos.

4.5 O PARTIDO FISIOLÓGICO É REALMENTE UMA "JABUTICABA"?

Como dissemos nos capítulos anteriores, a inovação terminológica que levou à ideia de Fisiologismo e de Partido Fisiológico é particularmente brasileira. Na expressão popular, uma jabuticaba, um fruto que existe apenas no Brasil. Porém, podemos nos perguntar se essa particularidade não se limita apenas aos termos, enquanto na verdade os fenômenos designados por essas palavras foram observados em outros países e contextos, mas chamados por outros nomes. No item 4.3, ao falar dos partidos organizados como sistemas de interesses, sinalizamos ao menos um caso de similaridade.

Conforme teorizado por Panebianco, o dilema organizativo entre um sistema de interesses e um sistema de lealdades está presente em todo partido político, pois está em sua essência ser um misto de burocracia com associação voluntária (Panebianco, 2005, p. 11). Embora na grande maioria dos casos o resultado seja o equilíbrio entre as duas tendências opostas, com alguma proporção de ambas, ainda assim, a depender das condições internas e externas ao partido, existe sempre o potencial para que uma delas prevaleça quase totalmente sobre a outra. Argumentamos que este parece ser o caso dos Partidos Fisiológicos, e citamos o exemplo do LDP japonês, que, segundo Panebianco, opera sobre bases clientelistas e inclusive se aproxima de ser um sistema de interesses puro. Comparações mais aprofundadas, que avaliem a adequação de descrever o LDP como Governista na Arena Parlamentar, poderiam confirmar até que ponto vão as similaridades com os Partidos Fisiológicos brasileiros.

Um paralelo ainda mais próximo pode ser encontrado no conceito de *Transformismo*, oriundo do contexto político italiano. Este termo remonta ao século XIX, e originalmente

designava a intenção do político Agostino Depretis de realizar uma "fecunda transformação" na política italiana, assim que a esquerda conquistasse sua aguardada liderança no parlamento italiano (Mastropaolo, 1998). Porém, a realidade do governo de Depretis acabou por ressignificar o termo, associando-o pejorativamente a uma forma pragmática de negociação que

> consistia numa contínua mercadagem de votos entre a maioria e a oposição, na corrupção elevada à condição de recurso político fundamental, na freqüente passagem de homens políticos de um setor parlamentar para outro ou de um partido para outro. […] No futuro, com a ampliação do sufrágio e a afirmação dos grandes partidos de massa, o mesmo termo será adotado para indicar os complexos jogos de equilíbrio, as mudanças menos previsíveis de opinião e as coalizões aparentemente menos coerentes. (Mastropaolo, 1998, p. 1260)

Muitas similaridades com o conceito de Fisiologismo ficam aparentes: a indeterminação ideológica e/ou programática; as negociações pragmáticas que podem desarticular a oposição e formar coalizões de governo incoerentes; a infidelidade partidária; e até o favorecimento da corrupção.

O conceito de Transformismo também aparece de forma passageira no clássico artigo de Kirchheimer onde ele apresenta o modelo de partido *catch-all*, mas sem muitas informações úteis para a comparação com o Fisiologismo (Kirchheimer, 2012, p. 357). Panebianco, por outro lado, menciona o conceito e entra em maiores detalhes. O autor define o Transformismo como o "deslocamento frequente de uma linha política a outra" (Panebianco, 2005, p. 82), uma estratégia que só pode ser adotada pelas lideranças partidárias caso elas não dependam da distribuição de incentivos coletivos para manter sua legitimidade dentro da organização; em outras palavras, caso o Partido se aproxime de um sistema de interesses, que mobiliza burocratas e carreiristas com incentivos seletivos (dinheiro, status, poder). Esta estratégia facilita a sobrevivência das lideranças, que mantêm sua posição mesmo diante de crises e mudanças na linha política do partido, e é viabilizada pela proximidade ao Governo e aos recursos do Estado. O próprio partido ganha maior resiliência com essa estratégia, sempre optando pelas ações mais vantajosas sem se limitar por considerações ideológicas. Nas palavras de Panebianco (2005, p. 83): "a 'coerência política' é uma virtude mais pagante quando a moeda de troca disponível é constituída mais de 'símbolos' do que de 'dinheiro'".

Novamente ficam aparentes as similaridades com o conceito de Partido Fisiológico desenvolvido ao longo deste capítulo. Infelizmente, não foi possível estender a Revisão de Literatura para incluir o Transformismo, e assim determinar com maior precisão quais são as semelhanças e eventuais diferenças para o Fisiologismo. Aprofundar essa comparação se

apresenta, então, como uma linha de continuidade futura para a pesquisa, a qual tem grande potencial para isolar causas e consequências (variáveis independentes e dependentes) relacionadas a este fenômeno.

4.6 AVALIAÇÃO DO CONCEITO

Após desenvolver alguns dos aspectos da definição de Partido Fisiológico, é possível fazer uma avaliação geral de nossa formulação conceitual. De início, cabe apontar duas limitações evidentes em nossas ponderações. Em primeiro lugar, não foi possível explorar as possíveis causas ou fatores que favorecem o surgimento de Partidos Fisiológicos, fossem eles sociais ou institucionais. Na revisão da literatura foram encontradas poucas considerações mais detalhadas que pudessem contribuir para esclarecer essa questão, o que significa que abordar este tema seria um esforço à parte, e de caráter bastante especulativo. Trata-se, portanto, de uma pesquisa própria, que se beneficiaria de maior amadurecimento do tema e, principalmente, de dados empíricos.

A questão empírica é justamente a segunda limitação óbvia no desenvolvimento do conceito até aqui. Apesar de estar apresentada em termos relativamente concretos e imediatos, a definição de Partido Fisiológico não está pronta para ser operacionalizada. Uma pesquisa que desejasse verificar ou mensurar empiricamente algumas das afirmações desta dissertação poderia se beneficiar da ampla literatura sobre clientelismo, que inclui diversas propostas de operacionalização (Borges, 2010; Lopez & Almeida, 2017), e dos estudos de Desposato (2002; 2007a) que mediram o Governismo tanto de forma agregada, para os subsistemas partidários estaduais, quanto de forma individualizada, para cada partido na Câmara dos Deputados. Contudo, neste aspecto também são necessárias mais discussões. Por exemplo, a análise de votações nominais, utilizada na pesquisa de Desposato, traz algumas limitações e não necessariamente é representativa do funcionamento cotidiano do Parlamento. Além disso, o desenho de pesquisa teria de ser elaborado com cuidado para evitar que outros comportamentos fossem confundidos com o fisiologismo, como a participação de Partidos de Centro em diferentes e sucessivas coalizões de Governo, ou o interesse que outros tipos de partidos também demonstrassem pelos benefícios da Coalizão de Governo (cargos, verba, influência) sem, contudo, caracterizar o papel de meros atravessadores.

Feitas as ressalvas, podemos retomar as reflexões do Capítulo 2 para revisar a estrutura conceitual de nossa definição de Partido Fisiológico, e avaliá-la conforme os critérios de Gerring (1999). Trata-se de um conceito construído aos moldes do Modelo

Clássico de Conceitos, com duas características necessárias (Clientelismo na Arena Eleitoral, Governismo na Arena Parlamentar), as quais, em conjunto, tornam-se suficientes para definir o fenômeno.

Naturalmente, isto não significa que essas sejam as únicas características do conceito, ou mesmo as mais evidentes. Por exemplo, a Indeterminação Programática foi a característica mais apontada pela literatura para esses partidos. No entanto, ela não é *suficiente* para caracterizar o Partido fisiológico, e, mesmo enquanto elemento *necessário*, podemos considerar que ela está "embutida" nas duas primeiras características, pois parece ser uma consequência ou prerrequisito direto delas. Dessa forma, este e outros traços que são tão importantes para a comunicação do conceito e para compreender as consequências do fenômeno para o sistema político podem, contudo, ser omitidos de uma definição mínima que se destine a observar ou medir o fenômeno, tal como apresentamos na tipologia do capítulo seguinte.

Quanto à sua estrutura, o conceito demonstra adequação à proposta de Goertz (2006), partindo de um nível básico e mais abstrato (o Partido Fisiológico e o Fisiologismo) para decompô-lo em duas dimensões constitutivas (Clientelismo e Governismo). Reconhecemos que a tarefa de desdobrar essas dimensões ao nível empírico ainda não foi realizada, mas o conceito apresenta perfeita compatibilidade para que este desenvolvimento seja realizado no futuro.

Resta, por fim, avaliar o conceito conforme os oito critérios elencados por John Gerring (1999). Em relação ao primeiro critério, nosso conceito preza pela *familiaridade* no que diz respeito tanto ao termo quanto à intensão ou ao conteúdo. É verdade que "fisiologismo" é uma inovação terminológica, mas esta inovação ocorreu há diversas décadas e já foi plenamente absorvida no meio político brasileiro. A intensão que atribuímos ao conceito também foi coletada a partir dos próprios usos na literatura, e deve ser facilmente reconhecida por outros autores, mesmo que tenha sido organizada de uma forma específica.

O conceito também encontra *ressonância* – sonoridade, analogia e outros efeitos que ajudem na fixação do termo – ao manter o sufixo *-lógico*, que enfatiza a comparação e o contraste com seu contrário: fisiológico e ideológico são em muitos casos opostos, como a própria literatura indicou. Ademais, por conta da origem do termo nas ciências sociais ("fisiologia"), o conceito indica que o Partido Fisiológico atua junto a algumas funções vitais do sistema político brasileiro, como a entrega de políticas distributivas e redistributivas, ainda que o faça como atravessador. Tanto o termo ("Partido Fisiológico") quanto a intensão (apresentada no Quadro 4) do conceito são razoavelmente *parcimoniosos*, sem demandar

muitas explicações adicionais. A primeira frase da definição é suficiente para identificar um Partido Fisiológico, enquanto o restante do parágrafo se preocupa em esclarecer possíveis dúvidas sobre seu significado e em derivar algumas características adicionais, o que lhe confere maior *profundidade*.

A *coerência* do conceito é encontrada na descrição da conexão eleitoral fisiológica, que une estreitamente o Clientelismo ao Governismo, e no papel do Partido Fisiológico como atravessador em ambos os fenômenos. Estas duas características também são capazes de *diferenciar* o Partido Fisiológico de outros partidos. Como adiantado no capítulo anterior, a decomposição do conceito em duas dimensões distintas que se cruzam (arenas Eleitoral e Parlamentar) coloca a possibilidade de se construir uma tipologia a partir das diferentes formas de intersecção entre elas, conforme varia o valor ou categoria de cada uma delas. Dentro desta tipologia, que remete à *utilidade teórica* do conceito, a ocorrência simultânea do Governismo e do Clientelismo serve para distinguir o Partido Fisiológico tanto de tipos claramente diferentes, como o Partido Ideológico/Programático, quanto de tipos mais semelhantes, como o Partido Tradicional.

O capítulo a seguir se dedica a apresentar esta tipologia e as ideias subjacentes que lhe servem de base. São descritas em maior detalhe as dimensões que formam a tipologia, bem como cada tipo de partido. O desenvolvimento da tipologia propicia um breve debate com a literatura sobre partidos políticos em geral, e assim busca situar a *utilidade* que o conceito de Partido Fisiológico pode ter para *o campo do conhecimento* em geral.

5 UMA NOVA CLASSIFICAÇÃO PARA O ESTUDO DE PARTIDOS POLÍTICOS

O Capítulo anterior apresentou nossa definição para o conceito de Partido Fisiológico. Das três principais características que consideramos definidoras desta espécie de partido – indeterminação programática, governismo e vínculos materiais com o eleitor – as duas últimas chamam atenção pela forma como interagem entre si. Em primeiro lugar, porque refletem o comportamento que os partidos políticos assumem nas principais arenas onde competem publicamente entre si: a Arena Eleitoral, onde disputam votos, e a Arena Legislativa, onde disputam políticas públicas e recursos. Em segundo lugar, porque ambas são arenas nas quais é possível classificar exaustivamente todos os comportamentos possíveis. Como veremos adiante neste capítulo, os três tipos de vínculos eleitorais (material, carismático e programático) exaurem as possíveis relações entre partido e eleitor, enquanto as duas posturas parlamentares (autônoma e governista) parecem também cobrir as possíveis estratégias no Parlamento.

Com estas características, as duas dimensões (Comportamento na Arena Eleitoral e Comportamento na Arena Legislativa) se mostraram propícias à construção de uma Tipologia. Variando de forma independente os valores das duas dimensões, percebe-se que há uma diversidade de combinações possíveis, cada uma descrevendo uma forma de interação do partido com o eleitor, representando-o, e do partido com seus competidores. Portanto, cada combinação de comportamentos descreve uma Estratégia de Representação, e a combinação de governismo e vínculos materiais, apresentada no capítulo anterior, caracteriza a Estratégia Fisiológica de Representação.

Tipologias são importantes ferramentas na formação e na reformação de conceitos. Elas permitem construir novos conceitos, elaborar uma estrutura comum para compreender e comparar conceitos já existentes, e desdobrar uma ideia em suas dimensões componentes. Por isso, à medida que as reflexões do capítulo anterior levaram à oportunidade de construir uma tipologia, este é claramente o próximo passo a ser tomado. Ele tem ainda o papel de inserir nosso conceito de Partido Fisiológico em um quadro teórico mais amplo, o que o torna mais robusto, e facilita a sua comparação com outros conceitos correlatos – no caso desta tipologia, a comparação com outras Estratégias de Representação.

Uma tipologia é definida como um sistema organizado de tipos (Collier et al., 2012). Isto quer dizer que um gênero ou conceito mais amplo é especificado em uma série de tipos, ocorrências específicas deste fenômeno mais geral. Aqui se aplica a ideia da Escada de Abstração, apresentada no Capítulo 2: conforme se desce a Escada na direção dos casos mais

e mais específicos, cresce a intensão do conceito, a sua riqueza de características, ao passo que diminui a sua extensão, os casos que apresentam todas o conjunto de características. Assim, uma tipologia reúne os diferentes degraus específicos (tipos) que estão abaixo de um degrau mais amplo e geral (gênero).

Não se trata, contudo, de qualquer conjunto de tipos, mas de um sistema organizado deles. Estes tipos são definidos pelas mesmas variáveis ou dimensões, alterando-se apenas o valor ou a categoria dessas dimensões. Por exemplo, no caso da tipologia que desenvolveremos neste capítulo, todos os tipos apresentam um dos dois valores possíveis para a dimensão "Postura no Parlamento": ou o partido adota uma postura Governista ou adota uma postura Autônoma, que determina sua posição diante de cada Governo (situação ou oposição) conforme os interesses ou ideologia que representa. O mesmo se dá com a outra dimensão de nossa tipologia, os "Vínculos Eleitorais" e seus três valores possíveis. Estas dimensões comuns a todos os tipos, variando apenas o valor ou categoria que assumem em cada caso, estabelecem uma base intrínseca para a comparação entre eles e permite a dedução de tipos ainda não observados diretamente. Assim, o caráter organizado e inter-relacionado das categorias de uma tipologia é um dos principais motivos de sua utilidade teórica.

A relação entre as dimensões de uma tipologia e os tipos que elas constroem pode ser de duas naturezas distintas: explicativa ou descritiva (Collier et al., 2012). Caso as dimensões sejam variáveis independentes, que causam ou explicam a ocorrência dos casos, então trata-se de uma tipologia explicativa: quando duas variáveis independentes ocorrem simultaneamente, *causando* um fenômeno específico. A outra opção é de que as dimensões apenas descrevam cada um dos casos contidos na tipologia; estando presentes duas variáveis, elas *caracterizam* um certo fenômeno. É esta função descritiva que nossa tipologia realiza, pois, o Clientelismo e o Governismo não causam o Fisiologismo ou o Partido Fisiológico, antes o definem e descrevem.

As tipologias são recursos poderosos, mas, como qualquer ferramenta conceitual, devem ser utilizadas com a devida atenção a seus pressupostos e aos seus riscos, para que fique preservado o rigor e a correspondência entre os fenômenos e suas representações mentais (conceitos). No caso das tipologias, Collier e colaboradores (2012) alertam para a necessidade de que os tipos construídos esgotem todas as variações possíveis para o conceito geral em questão, e sejam claramente distintos entre si. Em outras palavras, os tipos devem ser mutuamente excludentes, e exaurir os casos possíveis. Para isso, os valores possíveis para cada dimensão devem ser as características definidoras dos tipos descritos, ou seja, as características necessárias e suficientes para defini-los. Também é importante que todas as

possíveis formas de intersecção das dimensões sejam exploradas, e que as lacunas ou ausências de tipos sejam justificadas por questões teóricas ou práticas.

Estas orientações guiaram a construção de uma tipologia a partir das duas dimensões do Partido Fisiológico: seu comportamento na Arena Eleitoral, por um lado, e na Arena Legislativa, por outro. A interação entre esses dois comportamentos caracteriza as diferentes Estratégias de Representação que um partido político pode adotar. Porém, antes de passarmos à apresentação e desenvolvimento de nossa tipologia, devemos pontuar o histórico que este e outros recursos teóricos similares têm na literatura sobre Partidos Políticos.

5.1 TIPOLOGIAS E MODELOS NA LITERATURA DE PARTIDOS POLÍTICOS

A ideia de utilizar modelos, tipos ideais ou tipologias para estudar partidos políticos não é nova. Na verdade, remonta aos primeiros estudos clássicos sobre o assunto, como as reflexões de Max Weber, onde já aparecem as noções de Partidos compostos por notáveis e de partidos burocratizados voltados para as massas (Weber, 1991, p. 144). Esta distinção é uma forma de sintetizar um fenômeno comum a diversas democracias europeias nas décadas finais do século XIX e nas iniciais do XX, que presenciavam o surgimento e a ascensão de partidos com um perfil até então inédito. No início dessas democracias, predominavam partidos fraca e esparsamente organizados, os quais entravam em atividade apenas para veicular as campanhas eleitorais dos nobres e magnatas (notáveis) que eram seus membros, e que, uma vez eleitos para o Parlamento, agiam conforme sua consciência e tinham autonomia para determinar eventuais programas para o partido (Oppo, 1998).

A novidade é introduzida quando, à medida que as disputas pelo sufrágio masculino ganhavam corpo e se tornavam bem-sucedidas, e à medida que as classes operárias se organizavam politicamente, surgem partidos políticos voltados para as classes subalternas. Estes partidos se sustentam sobre vastas bases sociais e sobre organizações permanentes e altamente burocratizadas, capazes de captar, formar e integrar socialmente seus filiados, e também aptas a controlar a atuação parlamentar dos representantes que elegeu. Estes são os chamados Partidos de Massas.

Esta distinção, uma das mais consolidadas de toda a literatura, está baseada em dois tipos idealizados de partidos. O Partido de Notáveis ou de Quadros, tantas vezes descrito, é um conceito geral que abstrai particularidades e realça as características centrais que explicam e diferenciam essas tradicionais organizações partidárias, embora nenhuma delas corresponda exatamente a este tipo ideal. O mesmo se passa com o Partido de Massas, ainda que o Partido

Social-Democrata da Alemanha (SPD) daquela época seja sempre tomado como seu exemplo por excelência.

Dois autores se destacaram pela forma como construíram esta dicotomia de partidos: na década de 1950, tanto Maurice Duverger [1951](1970) quanto Sigmund Neumann (1956) elaboraram teorias gerais dos partidos políticos nas quais este contraste ocupa um lugar privilegiado. Embora o livro de Duverger trate também de partidos aos moldes nazifascista e comunista, seu maior aporte para a literatura foram as diferenciações organizativas entre os Partidos de Quadros e os Partidos de Massas (Wolinetz, 2002). Neumann, por outro lado, se refere essencialmente às mesmas organizações como Partidos de Representação Individual e Partidos de Integração Democrática (Wolinetz, 2002). Em conjunto, as elaborações teóricas desses autores estabeleceram uma importante base para compreender os partidos políticos na Europa e em outros lugares do mundo.

Não obstante sua grande utilidade, a abordagem desses autores tinha uma limitação: a comparação entre os partidos carece de sistematização. Referir-se a um partido como típica organização de Massas significa aplicar a ela uma longa lista de descrições, que vão desde seu processo de surgimento, até seu recrutamento, hierarquias internas e forma de relação com os filiados. Trata-se de um *modelo*, que agrega diversas características coerentes entre si, que frequentemente aparecem em conjunto, mas nem sempre nem necessariamente. Não estamos, portanto, diante de uma tipologia, com tipos claramente delimitados por certas características e imediatamente comparáveis entre si.

A ausência de um critério sistemático de comparação não é um problema tão grande enquanto permanecem dois principais modelos de partidos, diametralmente opostos. Um partido real poderia ser situado em um *continuum* cujas extremidades fossem os dois modelos hipotéticos ou ideais. Contudo, ao longo da segunda metade do século XX, importantes transformações sociais e econômicas afetaram o modo de funcionamento dos partidos políticos, e os estudiosos tiveram de formular novos modelos para explicar estes novos comportamentos. A erosão das identidades coletivas que antes estruturavam a disputa política, principalmente em torno dos recortes de classe, a elevação da renda média da população, e a profissionalização das atividades de campanha, são alguns dos fatores ambientais que pressionam os partidos de massas a se transformarem. Pesam também as pressões derivadas de ocupar o Governo e precisar construir alianças, fazer concessões e enfrentar maior escrutínio público. Nestas condições, diversos países da Europa começam a presenciar aquilo que Otto Kirchheimer batizou de partido *catch-all* (Kirchheimer, 1966), ou partido "pega-tudo" em tradução literal.

Trata-se de um modelo de partido que ainda busca representar as massas – na verdade, seus apelos se direcionam a um número ainda maior de pessoas – mas que se relaciona com elas de forma diferente. Devido ao surgimento de outras formas de integração social, com a ampliação do mercado consumidor e com o enraizamento do Estado de Bem-Estar Social no pós-guerra (Kirchheimer, 1966; Panebianco, 2005), o partido não busca mais propiciar um ambiente completo de acolhimento para seus filiados, recrutados uma classe social específica. Sua postura, visando tornar-se mais competitivo eleitoralmente e alcançar importantes posições de poder, é de direcionar suas campanhas a um grupo significativamente mais amplo de eleitores, diminuindo – mas não eliminando completamente – a importância de sua base social original (Wolinetz, 2002). Naturalmente, esse processo resulta em certo esvaziamento do conteúdo ideológico apresentado no programa do partido, e leva a uma relação muito mais volátil com os eleitores (Kirchheimer, 1966). Outra consequência se encontra na organização do partido, que já não conta com uma burocracia tão comprometida com o partido e suas bandeiras. A profissionalização das campanhas eleitorais através de agências e especialistas externos ao partido, e a massificação dos meios de comunicação passam a realizar as funções antes exercidas por crentes e entusiastas de dentro da organização.

O partido *catch-all* se mostrou capaz de captar importantes transformações que ocorriam nos sistemas partidários europeus nas décadas de 1960 e 1970 e, a despeito de algumas lacunas em sua descrição e de certos questionamentos sobre como operacionalizá-lo, logo foi absorvido pela literatura de modelos partidários, ao lado dos dois modelos já consensuais. Juntamente com o Partido de Massas, o partido *catch-all* foi posteriormente reformulado no influente trabalho de Panebianco (2005), que o nomeou de partido Profissional-Eleitoral e explorou mais de suas características, enquanto mantinha as linhas gerais traçadas por Kirchheimer.

Outra adição ao repertório de Modelos Partidários foi realizada por Richard Katz e Peter Mair, com sua ideia de Partido Cartel (Katz & Mair, 1995). Visando explicar transformações ainda mais recentes nos sistemas partidários europeus, estes autores entendem que os partidos políticos passaram por um processo de afastamento das bases sociais, e de simultâneo absorvimento pela estrutura do Estado. Este processo seria perceptível, primeiro, por uma redução ainda maior no número de filiados e por nova ampliação do eleitorado cortejado, e, segundo, pelo uso ainda mais intenso dos meios de comunicação e de agências profissionais durante as campanhas eleitorais. O elevado custo dessas campanhas, agravado pela diminuição da arrecadação com filiados, seria mitigado por um aumento significativo nos

subsídios públicos às atividades partidárias. Assim, em termos financeiros, o imbricamento no Estado compensaria o afastamento da Sociedade. Os partidos estabelecidos acabariam por convergir na mesma estratégia e formariam um cartel de siglas ideologicamente próximas e propensas a construir coalizões amplas, para assim repartir os benefícios do Governo de forma relativamente igualitária (Katz & Mair, 1996). Este cartel, portanto, visaria usar o Estado para compensar o afastamento da sociedade, para proteger os partidos estabelecidos contra derrotas eleitorais muito prejudiciais, e para barrar ou ao menos enquadrar novos partidos em ascensão.

A recepção do modelo de partido cartel foi mais controversa do que a dos modelos anteriores (Bolognesi, 2021). Os autores originais se envolveram em um debate com Ruud Koole (Katz & Mair, 1996; Koole, 1996), que acabou por esclarecer questões importantes sobre este modelo, mas, ainda assim, de modo geral a adesão ao mais recente modelo partidário foi tímida se comparada ao sucesso dos anteriores. Mais do que problemas teóricos ou práticos na sua formulação, o modelo de Partido Cartel se deparou com dificuldades inerentes à própria literatura de modelos partidários – ainda que ele, de fato, tenha acentuado algumas delas.

Em primeiro lugar, a ausência de critérios sistematizados para comparação entre os modelos, que não era um problema maior no início dessa literatura, agora se tornava um entrave. Ainda que os modelos possuam descrições teóricas claramente distintas, o esgarçamento conceitual e a inúmeras combinações de características que podem ser encontradas nos partidos reais acabam por dificultar o enquadramento em apenas um ou outro dos modelos (Mayer, 2016; Wolinetz, 2002). Dificuldades e dúvidas na operacionalização podem agravar ainda mais este quadro.

Em segundo lugar, a literatura de modelos partidários privilegia o impacto de fenômenos de ampla escala sobre os partidos políticos, menosprezando transformações de curto e médio prazo e ignorando a multiplicidade de estratégias que podem ser adotadas diante de um mesmo desafio apresentado pelo ambiente de competição partidária. Seja no caso das mobilizações operárias que originaram o Partido de Massas, seja no caso da erosão de identidades coletivas que tornaram viável a estratégia *Catch-All*, seja o entranhamento dos partidos no Estado para formar um Cartel, os modelos de partido tratam de fenômenos sociológicos de ampla escala, e de como eles afetam os partidos em geral (Wolinetz, 1991). Transformações que tenham ocorrido durante a vigência desses marcos sociológicos (ou seja, antes da transição entre um e outro), adaptações em menor escala ou de forma gradual, são aspectos que estes modelos não detectam. Tampouco são exploradas outras formas de

adaptação que os partidos tenham encontrado para lidar com as novas circunstâncias, que não sejam a transição para o "modelo seguinte" (Bolognesi, 2021). A *linearidade* e a *amplitude* das explicações apresentadas por esta literatura são, portanto, entraves significativos para explicar a variedade de partidos que podem coexistir em um mesmo sistema partidário.

Esta dificuldade é ainda maior quando se trata de explicar o sistema partidário de um país que não se conforme ao molde parlamentarista europeu. Pois, a linearidade evolutiva dos modelos reflete a trajetória histórica das sociedades e instituições europeias. Países alheios a este arranjo institucional, como os Estados Unidos, já eram vistos como exceções a serem explicadas em função de seu particularismo. Porém, com a Terceira Onda de Democratizações, a inadequação desta sequência evolutiva de partidos se tornou ainda mais evidente: principalmente na América Latina e na África surgiram democracias novas, com características institucionais e sociológicas vastamente diferentes das europeias, e cujos partidos e sistemas partidários precisavam ser explicados (Bolognesi, 2021). Ao aplicar modelos partidários formulados a partir da experiência europeia, cientistas políticos frequentemente chegaram a diagnósticos generalizantes e pessimistas para estas novas democracias (Mayer, 2016).

Estas limitações não passaram despercebidas pelos pesquisadores, e esforços foram realizados para construir ferramentas teóricas que se adaptassem ao contexto das novas democracias, e que não contassem com explicações tão lineares e de tamanha amplitude (Bolognesi, 2021). Gunther e Diamond (2003), por exemplo, empreenderam uma reorganização dos modelos partidários clássicos e de algumas outras "espécies" de partidos, ampliando seu escopo para além da realidade europeia e estabelecendo uma base comum de critérios e dimensões para defini-los. O resultado é uma tipologia de 15 espécies de partido, hierarquizadas a partir de três dimensões/critérios para formar cinco gêneros partidários. Outro esforço nesse sentido é encontrado em Coppedge (1997), que classifica os partidos latino-americanos conforme sua posição ideológica, sua afiliação religiosa (secular/cristão) e algumas outras categorias residuais.

Contudo, a mais bem sucedida entre essas ferramentas teóricas parece ser o quadro construído por Wolinetz (Wolinetz, 2002) a partir de Strom e Mueller (Müller & Strøm, 1999). Esta classificação trabalha com os três objetivos fundamentais que os partidos levam em consideração quando tomam decisões difíceis – a conquista de votos, o acesso a cargos públicos e a aprovação de políticas públicas – para identificar quais são as prioridades de um partido em dado momento e, a partir disso, deduzir outros aspectos de seu funcionamento. Esta abordagem lida com os partidos em termos suficientemente amplos para ser aplicada a

praticamente qualquer democracia competitiva, em diferentes lugares e contextos, e também é capaz de explicar as transformações graduais pelas quais os partidos políticos individualmente passam (Wolinetz, 2002). Dessa forma, é possível fazer uma nova leitura dos modelos partidários clássicos, sem, contudo, atribuir-lhes tendências lineares de evolução, mas reconhecendo as diferentes estratégias que podem coexistir diante das mesmas condições ambientais do sistema partidário.

A tipologia que apresentamos a seguir se insere entre esses esforços de construir novas classificações mais adaptadas às democracias mais recentes. Procuramos dialogar com a literatura clássica de modelos partidários e também com as alternativas citadas acima, ao mesmo tempo em que prezamos pelos benefícios de uma tipologia clássica, que cobre todas as possibilidades e estabelece critérios claros para a comparação entre elas.

5.2 UMA TIPOLOGIA DAS ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Conforme apresentado no capítulo anterior, a característica definidora do Partido Fisiológico é seu comportamento não ideológico, o qual se manifesta, por um lado, nos vínculos materiais na Arena Eleitoral, e, por outro, na postura governista na Arena Legislativa. Porém, estes não são os únicos comportamentos possíveis nessas duas arenas: existem outras formas de vinculação eleitoral, e é viável adotar outra postura no Parlamento que não seja o governismo. Portanto, o comportamento que define o Partido Fisiológico é apenas uma das combinações possíveis. Variando de forma independente o comportamento em cada arena, obtém-se uma descrição das outras formas possíveis para um partido político interagir com seus eleitores e com os demais partidos. Em outras palavras, chega-se a uma tipologia das Estratégias de Representação partidária, onde cada tipo corresponde a uma Estratégia e é descrito por um comportamento na Arena Eleitoral e outro na Arena Legislativa.

Esta tipologia visa contribuir para a compreensão dos partidos políticos, lançando um olhar mais detalhado sobre seu comportamento. É notável, contudo, a ausência de um dos mais importantes tópicos no estudo de partidos políticos: a organização, com suas estruturas de poder, seus processos internos e seus funcionários. Esta ausência fica ainda mais evidente quando se percebe que a Estratégia de Representação é suficiente para definir o Partido Fisiológico, mas não o é para outras espécies de partido, que demandam a inclusão de outras informações – inclusive organizacionais – para serem caracterizadas. Apesar disso, essa

ausência se justifica por dois motivos. Em primeiro lugar, pela dificuldade de resumir os aspectos organizacionais dos partidos em uma única dimensão, com categorias exaustivas e mutuamente exclusivas, como seria necessário para sua inclusão na tipologia. Em segundo lugar, porque, enquanto tipologia das Estratégias de Representação, ela privilegia os aspectos externos do partido, que produzem a representação do eleitorado através da competição eleitoral e parlamentar. É inegável que uma organização partidária é necessária para sustentar estas funções, mas não há uma correspondência direta entre a forma de organização e o tipo de representação.

A organização partidária não compõe uma das dimensões da tipologia, mas isto de forma alguma significa que ela seja ignorada. Pelo contrário, a organização é um elemento necessário para compreender os diferentes tipos de Estratégia de Representação que são apresentados abaixo, pois passa por ela a articulação entre a Arena Eleitoral e a Legislativa, e apenas aspectos organizacionais são capazes de indicar a diferença entre algumas das espécies de partido que adotam a mesma Estratégia de Representação. A questão, portanto, é que, apesar de esta tipologia não observar diretamente este aspecto dos partidos políticos, ela deduz indiretamente suas possíveis características a partir do comportamento observado na Arena Eleitoral e Legislativa.

5.2.1 As dimensões da Tipologia

a) O Comportamento na Arena Eleitoral, ou a Natureza dos Vínculos Eleitorais

Para compreender esta tipologia, devemos em primeiro lugar apresentar as duas dimensões que a compõem, indicando os valores/categorias possíveis para cada dimensão, e, em seguida, detalhar cada um dos tipos que ela delimita (Collier et al., 2012). Começando pelo **Comportamento na Arena Eleitoral**, esta dimensão tem como fundamento a teoria dos Vínculos Eleitorais (*electoral linkages*) que Herbert Kitschelt desenvolveu ao longo de diversos trabalhos. Mais especificamente, nossa tipologia se baseia na esquematização tripartite que consta na proposta original da teoria (Kitschelt, 2000), a qual complementamos com os aperfeiçoamentos e esclarecimentos (mas não as novas esquematizações) dos trabalhos subsequentes (Kitschelt et al., 2009; Kitschelt et al., 2010; Kitschelt & Kselman, 2010; Kitschelt & Wilkinson, 2007; Singer & Kitschelt, 2011).

Conforme declara neste primeiro artigo sobre o tema, o objetivo do autor é construir uma abordagem teórica que reconheça a variedade de vínculos que podem existir entre

eleitores e políticos em uma democracia. Por questões normativas, a maior parte dos cientistas políticos teriam dedicado formulações teóricas apenas aos vínculos programáticos, enquanto relegavam ao âmbito do excepcional e do patológico os fenômenos paralelos – em especial o clientelismo, mas em alguns casos também os vínculos carismáticos (Kitschelt, 2000). A postura de Kitschelt não é a de criticar a preferência normativa pelos vínculos programáticos, mas a de não permitir que esta preferência se torne um entrave à compreensão científica de fenômenos que a contrariem. Assim, o autor entende que, dentro dos princípios gerais das democracias representativas (eleições regulares, Estado de Direito em vigor e liberdades civis), há três formas de construir vínculos entre eleitores e políticos: incentivos materiais; estímulos carismáticos; e apelos programáticos (Kitschelt, 2000; Kitschelt et al., 2009). As três formas de vinculação são igualmente funcionais porque são capazes de produzir *responsividade* e *accountability* na relação entre governantes e governados.

Um vínculo eleitoral apresenta *responsividade* quando os políticos entregam aos eleitores benefícios que eles desejam, e garante *accountability* quando existem mecanismos para substituir os políticos que falharem em serem responsivos ou em entregar os benefícios prometidos (Kitschelt et al., 2009). À sua própria maneira, as três formas de vinculação podem ser meios eficazes para atender a esses critérios, e cabe aos políticos, reunidos em partidos conforme seus objetivos e oportunidades, implementar a estratégia de vinculação que mais lhes favoreça. Esta estratégia pode recorrer a mais de um tipo de vínculo com seus eleitores, pois, até certo ponto, eles são complementares entre si e podem ser empregados em conjunto. Porém, em algum momento – salvo algumas exceções (M. Singer & Kitschelt, 2011) – a relação deixa de ser complementar e passa a ser uma relação de *trade-off*, ou de soma-zero (Kitschelt, 2000). Após este ponto, direcionar mais recursos (tempo, dinheiro, pessoal, estrutura, etc.) para a especialização em um dos vínculos prejudica a capacidade de cultivar os demais. Há também uma incompatibilidade entre eleitorados: conforme cresce a vinculação com um eleitorado de preferências programáticas, cresce também a reprovação moral em relação à manutenção de redes clientelistas (Kitschelt & Kselman, 2010).

Estas três formas de vínculo eleitoral – material, carismático e programático – são os valores/categorias possíveis para a primeira dimensão de nossa tipologia (Comportamento na Arena Eleitoral). Trata-se de valores polares, isto é, de extremos idealizados dos quais os partidos reais podem se aproximar, mas que permitem posições intermediárias entre eles; naturalmente, isto implica que as categorias identificadas pela tipologia serão da mesma natureza. Vejamos em maior detalhe o que cada uma dessas formas de vinculação eleitoral significa.

Os vínculos de natureza carismática remetem à clássica formulação de Weber a respeito da dominação carismática. Este tipo de vínculo eleitoral se caracteriza pelo poder que uma liderança política exerce com base em sua autoridade pessoal e em sua capacidade única de mobilizar seguidores, geralmente de forma passional (Kitschelt, 2000). As ponderações instrumentais que caracterizam os outros vínculos eleitorais são preteridas por uma relação muito mais simbólica, em que ser reconhecido pelo líder e pertencer a seu "movimento" são os motivadores do engajamento de eleitores e de membros do partido (Kitschelt et al., 2009). Os partidos políticos que se especializam em cultivar este tipo de vínculo, que poderíamos chamar de Partidos Carismáticos, costumam dispensar investimentos em infraestrutura organizacional porque, devido à submissão quase completa da organização à vontade do líder, não há necessidade de resolver problemas de ação coletiva entre facções internas, ou de solucionar disputas programáticas (Kitschelt, 2000). Existem muitos exemplos de partidos carismáticos, em diferentes períodos e lugares (Panebianco, 2005), mas, apesar disso, eles são um fenômeno relativamente incomum. Pois, eles dependem do surgimento de lideranças extraordinárias, as quais, por sua vez, precisam das circunstâncias certas para conseguir formar ou capturar um partido. Assim, ainda que vínculos carismáticos façam parte da estratégia de muitos partidos, apenas ocasionalmente eles se tornam a principal forma de vinculação com os eleitores.

Além desta forma de vinculação mais simbólica e afetiva, Kitschelt apresenta duas formas instrumentais de vinculação: o vínculo material e o programático. Ambos são considerados instrumentais porque estão implicitamente baseados nas decisões racionais de eleitores que desejam obter benefícios para transformar sua realidade, e que avaliam as opções disponíveis para tal. A diferença entre estes dois tipos de vinculação não estaria propriamente na natureza dos benefícios entregues, uma vez que, com algumas exceções (patronagem e outros benefícios individualizados), recursos bastante similares podem ser obtidos tanto por vias programáticas quanto por incentivos seletivos (Kitschelt & Wilkinson, 2007, p. 11). Antes, o que diferencia estes tipos de vinculação é o processo de obtenção dos recursos, pois cada processo tem implicações distintas para os eleitores e para os políticos envolvidos.

Conforme foram definidos no artigo original sobre os Vínculos Eleitorais (Kitschelt, 2000), os "incentivos materiais seletivos" são benefícios entregues direta e pessoalmente a comunidades pobres (porém populosas), tendo o voto como contrapartida. Os partidos que mediam esses vínculos eleitorais precisam investir em uma infraestrutura que seja capilarizada o suficiente para realizar essas trocas, e que seja capaz de resolver problemas de

ação coletiva e de apaziguar conflitos internos entre lideranças, mas dispensam os mecanismos para a formulação e a aplicação de um programa partidário. Esta é uma definição ampla, e que corresponde aproximadamente a conceitos correlatos de outros autores. Lowi (1964) define políticas distributivas em função do nível de discricionariedade que é possível na distribuição de um benefício, ou seja, se é ou não possível desagregá-lo e entregá-lo ao nível individual. Stokes (2009) também entende que qualquer política que deixe de cumprir requisitos de transparência e universalidade não pode ser considerada programática, e passa a configurar algum dos tipos de política distributiva. O que estas abordagens têm em comum é considerar a política programática como ponto de partida: o que está aquém desse parâmetro, automaticamente se insere na ampla categoria das políticas distributivas ou incentivos materiais seletivos.

Estas abordagens contrastam com aquela que Kitschelt adotou posteriormente, quando fez revisões em sua teoria dos Vínculos Eleitorais. Nestes trabalhos subsequentes, o autor abandonou a noção mais geral de "incentivos materiais seletivos" e passou a tomar como ponto de partida o clientelismo propriamente dito (Kitschelt et al., 2009; Kitschelt & Kselman, 2010; Kitschelt & Wilkinson, 2007). O clientelismo *stricto sensu* é definido pelo contingenciamento do benefício material em caso de descumprimento do acordo por parte do eleitor (não votar, ou votar em outro candidato) – o que exige, por sua vez, o monitoramento coletivo ou individual dos votos efetuados pelos eleitores (Kitschelt & Wilkinson, 2007). Este critério é conceitualmente referendado por estudiosos do clientelismo (Stokes, 2009, 2011), mas traz implicações próprias para a teoria dos Vínculos Eleitorais, como a necessidade de identificar as técnicas utilizadas para o monitoramento de eleitores. Na prática, esta revisão realizada pelo autor acaba por limitar consideravelmente o escopo de um dos vínculos de sua teoria. Políticas que estejam aquém do programático, mas que, pela falta de monitoramento e de contingenciamento, também não caracterizem o clientelismo *stricto sensu*, ficam em um espaço ambíguo.

Para evitar esta ambiguidade e para recuperar a flexibilidade de sua formulação original, em nossa tipologia nos referimos a Vínculos de Natureza Material. Dessa forma, fica incluso o clientelismo em seu sentido estrito, com o monitoramento de eleitores e o possível contingenciamento de benefícios, mas a classificação não se limita a ele. Políticas distributivas formuladas e/ou implementadas de forma pouco transparente, direcionadas a comunidades específicas (em especial as mais pobres), correspondem a uma noção de clientelismo *lato sensu* que é bastante comum na literatura não especializada, e bastam para considerar o Vínculo Eleitoral como sendo de Natureza Material.

Por fim, a última forma de vinculação entre eleitores e políticos são os vínculos programáticos. Estes vínculos estão baseados na formulação de um programa partidário que simplifique as complexas escolhas políticas enfrentadas tanto por políticos quanto por eleitores (Kitschelt, 2000). Estes programas agrupam pautas políticas e as apresentam como um pacote único e coerente, que pode ser contextualizado em relação aos principais eixos da disputa política e que pode ser facilmente comparado a outros pacotes (programas). Caso o programa partidário seja um preditor confiável, ainda que indireto, do comportamento que o partido terá depois de conquistar cargos eletivos, ele passa a ser um importante atalho informacional para que os eleitores tomem decisões estratégicas (Kitschelt, 2000). Um partido que cultive vínculos dessa natureza precisa investir em uma infraestrutura que resolva as disputas internas por poder e influência, e que também seja capaz de agregar o interesse de seus membros na forma de um programa partidário (Kitschelt, 2000).

Esta forma de vinculação eleitoral não é novidade para a Ciência Política. Pelo contrário, este é o vínculo prescritivo aceito e desejado por pesquisadores desde o surgimento dos Partidos (de Integração) de Massas, que foram os primeiros a se relacionar com seus filiados e eleitores dessa forma. As concepções e operacionalizações apresentam algumas variações de autor para autor, mas convergem em considerar que programas partidários são a melhor forma de garantir um impacto concreto das preferências do eleitorado sobre as políticas que efetivamente são implementadas (Cheeseman, 2014). Os programas atuariam como a correia de transmissão entre as duas pontas desse "arco": as preferências mais ou menos conscientes dos eleitores se cristalizam em torno das opções programáticas apresentadas ao longo da corrida eleitoral, resultando em um voto informado e estratégico; esses votos se refletem na distribuição de cargos eletivos; a distribuição dos cargos engendra um novo governo, que busca implementar os programas partidários que venceram nas urnas (Kitschelt et al., 2010; Kitschelt & Kselman, 2010; Kitschelt & Wilkinson, 2007; Stokes, 2009). Caso o governo constituído se distancie demais das preferências expressas pelo voto, sem boas justificativas a apresentar, espera-se que ele seja punido na eleição seguinte (Cheeseman, 2014; Kitschelt & Wilkinson, 2007).

Como podemos perceber, os benefícios do vínculo programático não se encerram na relação entre um único partido e seus eleitores. Quando a própria competição entre os partidos passa a acontecer sobre bases programáticas – isto é, quando a maioria dos partidos se vinculam dessa forma com seus eleitores – os benefícios agregados superam os individuais (Cheeseman, 2014; Cotta, 1998; Kitschelt et al., 2010). A generalização dos vínculos programáticos permite que a competição eleitoral se consolide em torno de clivagens

duradouras, o que pode incentivar o contínuo aprimoramento dos programas e tornar o voto ainda mais racional e estratégico. A Democracia como um todo também pode se beneficiar com mais longevidade e maior desenvolvimento socioeconômico (Cheeseman, 2014). Por esses motivos, a competição eleitoral com bases programáticas é tomada como sinônimo ou ao menos como prerrequisito do modelo de *Responsible Party Government*, ou Governo Partidário Responsável, o padrão ouro das democracias que surgiu na Europa durante o pós-guerra (Cheeseman, 2014; Kitschelt et al., 2010).

Porém, a abordagem de Kitschelt a respeito dos vínculos programáticos não inclui apenas a competição programática posicional, que se baseia na posição ideológica do programa, e que geralmente gira em torno de disputas de redistribuição da riqueza na sociedade. Para o autor, a vinculação programática deve também abranger a disputa baseada em competência, isto é, na capacidade do partido de prometer e entregar benefícios universalmente desejados por todos os grupos sociais: crescimento econômico, gestão eficiente, honestidade etc. (Kitschelt et al., 2009; Kitschelt et al., 2010). Ao reunir ambas as formas de competição (posicional e por competência) sob a categoria de vinculação programática, o autor diverge da literatura sobre modelos partidários, que diagnosticava o declínio do Partido de Massas justamente a partir do esvaziamento ideológico que é causado por campanhas eleitorais baseadas na competência de lideranças políticas, em vez de programas partidários.

Esta decisão, porém, está alinhada com o objetivo do autor ao construir sua abordagem baseada nos vínculos eleitorais: explicar a diversidade de vinculações que podem existir em diferentes democracias, especialmente nas mais recentes. Assim, é natural que maior destaque seja dado para a diferença entre clientelismo e programaticidade, enquanto as diferenças internas desta última – tão impactantes para a Europa Ocidental – sejam tratadas de forma mais superficial. Nossa tipologia compartilha do objetivo de Kistchelt e se baseia em seu arcabouço teórico, de forma que esta decisão também se reflete nos resultados que apresentaremos adiante.

b) O Comportamento na Arena Legislativa, ou a Postura Parlamentar

Podemos enfim tratar da segunda dimensão de nossa tipologia, que reflete o **Comportamento na Arena Legislativa** ou **Parlamentar**. Nesta dimensão, que reflete a Postura do partido diante do Governo constituído, dois comportamentos – e, portanto, valores ou categorias da tipologia – são possíveis: uma Postura Autônoma, em que o partido

determina a sua posição diante do Governo (situação, oposição ou independente) com base na posição ideológica ou programática assumida por ele; e uma Postura Governista, em que o partido invariavelmente se aproxima do Governo e de sua agenda.

Em um ambiente multipartidário com relativa fragmentação, assume-se que, após a eleição e a distribuição das cadeiras para os representantes e partidos políticos, terão início as negociações para a formação ou renovação do Governo (De Winter & Dumont, 2006). A depender do sistema de governo, a iniciativa dessa formação caberá ao Presidente (Presidencialismo) ou ao líder de um dos partidos, geralmente o mais bem votado (Parlamentarismo). Nesse momento, os partidos tomam a decisão, nem sempre definitiva, de como atuarão frente ao Executivo: se estão dispostos a integrar a coalizão de governo, assumirão cargos de primeiro e de segundo escalão, em troca de apoiar a agenda do Executivo nas votações e alinhar sua atuação parlamentar em geral (discursos, projetos de lei etc.) com os interesses do governo. Caso optem por compor a oposição, ficarão excluídos de indicações e do repasse de verbas, mas poderão usar votações importantes e discursos para marcar sua posição. Alguns partidos, ainda, podem optar por assumir uma posição de independência, negociando verbas e votações separadamente, conforme sua posição diante de cada pauta.

Participar do governo significa receber maior atenção pública e compartilhar tanto dos sucessos quanto dos fracassos obtidos durante o mandato, além de garantir melhor acesso a recursos e à formulação de políticas públicas. Fazer oposição ao governo, por outro lado, significa não se beneficiar de bons resultados na economia e na política, mas também representa a oportunidade de liderar as críticas caso estes resultados sejam negativos, fortalecendo-se para a eleição seguinte. Ambas as posições proporcionam certas vantagens e desvantagens para os partidos, enquanto a posição independente apresenta um misto destas características.

Adotar a Postura Autônoma no Parlamento significa que o partido utiliza a posição ideológica ou programática do Governo para optar entre essas vantagens e desvantagens, e então determinar sua atuação no Parlamento. Em outras palavras, apoiará a agenda do Executivo caso, em conjunto com os demais benefícios, ela seja favorável a seus interesses ou ao seu próprio posicionamento ideológico/programático, e será de oposição caso esta agenda se mostre irreconciliável com seus interesses e/ou posicionamento, a despeito dos benefícios de unir-se ao governo. Uma relação intermediária ou ambígua em relação à agenda do Executivo, naturalmente, deve levar a uma posição independente. Quando um novo Governo for constituído, acompanhado de nova agenda, o partido terá de realizar um novo cálculo estratégico para determinar sua atuação no Legislativo. Assim, embora seja teoricamente

possível que uma Postura Autônoma resulte na adesão de um partido a sucessivos governos, isto só ocorreria caso reiteradamente a agenda de cada Executivo fosse próxima das preferências do partido – uma situação que, havendo alternância no poder, se torna cada vez mais improvável com o passar do tempo.

A Postura Autônoma, tal como descrita acima, corresponde ao comportamento esperado dos partidos políticos na maior parte dos modelos utilizados pela literatura sobre a formação de coalizões (De Winter & Dumont, 2006), e está implícita em muitos estudos sobre partidos políticos em geral (Cheeseman, 2014; Kitschelt et al., 2010). A Postura Governista, por outro lado, parece ainda não ter recebido um tratamento formal e teórico na literatura, embora seja apresentada como possibilidade em alguns trabalhos (Wolinetz, 2002, p. 153–155), e como realidade concreta ao menos no caso da política italiana (partidos transformistas) e da política brasileira (partidos fisiológicos).[15] O partido assume esta postura quando se coloca invariavelmente à disposição para integrar a coalizão dos sucessivos Governos, geralmente buscando de forma ativa esta aproximação. Partidos políticos podem se comportar de forma governista quando os benefícios (visibilidade, verbas e influência) de compor o governo superam de forma incontestável os custos (escrutínio público, associação com insucessos do governo como um todo), e/ou quando não há benefícios em juntar-se aos críticos do governo visando substituí-lo na eleição seguinte.

Estas condições podem estar presentes em dois casos. Em primeiro lugar, quando a forma de vinculação do partido com seus eleitores é material ou carismática, os benefícios de marcar oposição ideológica ao governo são reduzidos, enquanto os prejuízos de não ser contemplado com verbas e cargos são amplificados. Assim, um partido baseado em vínculos materiais tem dois fortes incentivos para se comportar de forma governista – ainda que, como veremos adiante, isto não necessariamente se concretize em todos os casos. Outra possibilidade é de que o partido se vincule programaticamente com seus eleitores, mas de formas que não demandem uma posição em relação a pautas controversas ou aos principais eixos de disputa ideológica. Um primeiro exemplo seria o de partidos cujos vínculos programáticos visam a competição por competência (capacidade de gestão, de angariar recursos para os redutos, etc.) e não por posição. Outros dois casos seriam o de partidos que defendem programas situados ao centro do espectro ideológico, ou programas localizados em um eixo próprio, sem correspondência direta com a dimensão esquerda-direita que estrutura a competição entre os demais partidos; esta situação permitiria ao partido aderir a governos de

[15] Cf. Capítulo 4 desta dissertação, em especial o item 4.5

diferentes orientações ideológicas sem contrariar o próprio programa, enquanto mantém a influência sobre a implementação de políticas públicas e sobre a alocação de verbas e cargos.

5.2.2 Os Tipos de Estratégias de Representação dos Partidos Políticos

Descritas em detalhe as dimensões que constituem a tipologia, podemos nos ocupar de como elas interagem entre si. Em conjunto, o comportamento na Arena Eleitoral e o comportamento na Arena Legislativa caracterizam qual é a **Estratégia de Representação** utilizada por um partido político, isto é, a forma como sua relação com o eleitorado se desenrola após o acesso a cargos eletivos. Algumas Estratégias de Representação são vistas como mais coerentes e comuns, e estão implícitas em muitos estudos sobre partidos políticos, mas nós propomos que o comportamento dos partidos nas duas arenas pode variar de forma independente, e assim gerar uma diversidade de Estratégias maior do que a literatura costuma reconhecer. Nos termos de Bardi e Mair (2010), uma divisão funcional no sistema partidário pode fazer com que a relação entre o comportamento nas duas arenas seja menos direta e previsível do que se esperaria. O Quadro 5 abaixo apresenta as possibilidades de interação entre essas duas dimensões, e, a partir das diferentes combinações de comportamentos, define quais são os tipos possíveis de Estratégias de Representação.

QUADRO 5 – ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

<table>
<tr><th colspan="2" rowspan="2">Comportamento na Arena Legislativa
(Postura Parlamentar)</th><th colspan="3">Comportamento na Arena Eleitoral
(Vínculos Eleitorais)</th></tr>
<tr><th>Materiais</th><th>Carismáticos</th><th>Programáticos</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Governista
Autônoma</td><td>Fisiológica</td><td rowspan="2">Carismática</td><td>Adesista</td></tr>
<tr><td>Tradicional</td><td>Ideológica</td></tr>
</table>

Fonte: O Autor (2024).

Estas Estratégias de Representação são apenas uma das formas de classificar um dos aspectos dos partidos políticos. Existem outras propostas para classificar o comportamento dos partidos, com destaque para a abordagem de Wolinetz (2002), e existem outros aspectos que não são abordados diretamente por esta tipologia, como a organização e a estrutura dos partidos. Assim, embora algumas Estratégias de Representação sejam específicas o suficiente para identificar uma única espécie de partido (como o Partido Fisiológico, único a adotar a estratégia fisiológica), outras são mais abrangentes e correspondem ao comportamento de muitas espécies diferentes de partido, sendo necessário o uso de outros critérios,

complementares aos da tipologia, para obter uma diferenciação maior entre elas. Os partidos que cultivam vínculos programáticos são especialmente afetados por este agrupamento de espécies diferentes, mas esta é uma consequência esperada das escolhas metodológicas realizadas. Assim como a teoria dos Vínculos Eleitorais de Kitschelt que lhe serve de base, esta tipologia privilegia a compreensão de democracias mais recentes e menos estruturadas, que em grande parte ainda estão longe de um ideal de competição programática entre os partidos. Por isso, as Estratégias de Representação de orientação programática são classificadas de forma mais geral, enquanto as demais recebem um enfoque e uma diferenciação mais precisos.

A seguir, trataremos em maior detalhe de cada uma dessas Estratégias de Representação, utilizando princípios teóricos para refletir sobre como ocorrem as interações entre vínculo eleitoral e postura parlamentar, e levantando hipóteses a respeito dos partidos políticos que as empregam. Como esta tipologia ainda não foi operacionalizada e testada empiricamente, estas ponderações possuem um caráter especulativo, e não têm como objetivo fazer afirmações factuais, mas apenas ilustrar a argumentação e propor hipóteses a serem verificadas futuramente.

a) Estratégia de Representação Fisiológica

A Estratégia Fisiológica de Representação é definida pela combinação da postura governista na Arena Legislativa com o cultivo de vínculos materiais na Arena Eleitoral. Em conjunto, estes dois comportamentos visam garantir, por um lado, um fluxo contínuo de recursos para cultivar vínculos materiais na Arena Eleitoral, e, por outro, as cadeiras necessárias para barganhar a entrada na coalizão de Governo. Ao empregar esta estratégia, o partido age como intermediário tanto na entrega de políticas distributivas/clientelistas, que são direcionadas a seus redutos eleitorais, quanto na implementação de políticas programáticas, que fazem parte da agenda do Governo que o partido passa a integrar. Porém, trata-se de uma estratégia que visa em última instância beneficiar os membros do alto escalão do partido. A elite parlamentar do partido usa seu duplo papel de intermediadora como ponto chave para barganhar por mais poder, prestígio e até riqueza material, comportando-se como atravessadora, ou como *rent-seeking*. Esta é uma Estratégia de Representação que dispensa e ao mesmo tempo repele qualquer orientação programática e/ou ideológica, pois, ser fiel a qualquer princípio dessa natureza necessariamente implicaria em abrir mão das oportunidades de intermediação sobre as quais ela se sustenta.

Um partido que empregue primariamente a Estratégia Fisiológica de Representação (um Partido Fisiológico, portanto) deve ocupar um papel coadjuvante no sistema partidário, pois, sem qualquer tipo de programa consistente, dificilmente alcançaria a proporção de cadeiras ou o protagonismo necessários para liderar a formação de um governo. Quanto à organização e à estrutura, deve ser um partido relativamente extenso, com capilaridade suficiente para captar e sanar demandas materiais, mas também pouco denso, dispensando mecanismos para formular programas e mobilizar a base do partido. O poder organizativo desses partidos, concentrado no grupo parlamentar que o dirige, é utilizado para apenas garantir o cumprimento de acordos estratégicos para estes dirigentes, e para evitar que os intermediários que atuam na ponta final das políticas distributivas (estes *brokers* muitas vezes são prefeitos e vereadores) desviem recursos em proveito próprio (Novaes, 2018).

Um partido que parece se encaixar neste perfil é o PTB (1981), uma sigla de tamanho médio que orbita a coalizão de governo de forma quase ininterrupta desde o início da década de 1990, não obstante as diferenças entre os governos que se constituíram ao longo desse período. Na Arena Eleitoral, seu comportamento parece compatível com o cultivo de vínculos materiais seletivos, quando não com o clientelismo propriamente dito. No que se refere à organização, ela privilegia figuras proeminentes de seu grupo parlamentar, e tem escassa participação de filiados.

b) Estratégia de Representação Tradicional

A Estratégia de Representação tradicional também opera sobre bases eleitorais de natureza material, mas assume o comportamento oposto na Arena Legislativa: apesar de necessitar de um fluxo constante de recursos materiais para sustentar seus vínculos com os eleitores, ela pressupõe uma postura autônoma na Arena Legislativa. Para um partido que utiliza predominantemente essa estratégia, isto significa que, embora sua preferência seja por integrar o Governo e se beneficiar com cargos e verbas, algumas agendas programáticas do Executivo apresentam um potencial redistributivo que causaria desvantagens superiores a estes benefícios, e simplesmente não poderiam ser referendadas ou apoiadas.

Sob quais condições o apoio à agenda redistributiva do governo traria mais prejuízos do que benefícios ao partido? Isto aconteceria nos casos em que as consequências da implementação desta agenda minassem as bases de funcionamento do partido ou afetassem a dominação pessoal exercida por seus membros. Isto causaria o declínio do partido, a despeito do maior fluxo de verbas e cargos que advém da adesão ao governo. Assim, caso o partido seja composto por autoridades e notáveis locais que mobilizam seu prestígio, autoridade e

poder tradicionais para garantir sua eleição, políticas que tragam desenvolvimento e autonomia para as massas sob sua influência representam um risco existencial ainda maior do que a escassez de recursos decorrente de estar na oposição. Dessa forma, a necessidade de se manter na oposição contra a agenda de alguns Governos se justifica como critério para diferenciar a Estratégia Tradicional da Estratégia Fisiológica, e tem implicações profundas sobre os partidos que empregam cada uma dessas estratégias.

Enquanto a Estratégia Fisiológica indica uma maior resiliência da organização partidária, que adapta seus interesses à agenda do Governo em vigor, a Estratégia Tradicional está enraizada na estrutura socioeconômica que possibilita sua dominação tradicional, e não consegue se desvencilhar dela com facilidade. Se as elites fisiológicas obtêm benefícios majoritariamente em função dos cargos eletivos que ocupam, a elite tradicional, por outro lado, possui previamente grande poder e riqueza pessoais, o qual ela apenas complementa e mantém por meio do cargo eletivo. Sacrificar o prestígio pessoal para manter o cargo eletivo seria, nesse caso, um prejuízo. Assim, quando se instala um Governo cuja agenda pode ameaçar a base desse prestígio, as elites tradicionais, representando o próprio interesse, preferem deixar o partido sofrer os revezes da oposição a ingressar na coalizão de Governo.

Um exemplo da história recente do Brasil demonstra de forma clara a Estratégia de Representação Tradicional em funcionamento, e indica quão contundentes podem ser suas consequências. Trata-se do caso do antigo Partido da Frente Liberal (PFL), um partido conservador que surgiu em meio à abertura política no final da Ditadura Militar, e que era conhecido por manter vínculos de natureza clientelista nos "grotões" do Nordeste brasileiro, em especial a Bahia (Ribeiro, 2014; Singer, 2012). Os principais redutos eleitorais deste partido eram pequenas cidades do interior, com baixo desenvolvimento socioeconômico e com forte dependência do setor público e de verbas governamentais para movimentar sua economia (Ribeiro, 2014). Como se vê, estes "grotões" eram ambientes favoráveis ao cultivo de vinculações materiais com o eleitorado, o que representa um forte incentivo à aproximação do governo executivo estadual e, principalmente, federal – em outras palavras, lugares que incentivavam o "governismo vertical". De fato, apesar de não ter ocupado a Presidência da República, desde sua fundação o PFL manteve-se próximo do Governo Federal, visando (também) abastecer suas políticas distributivas. Contudo, em 2002, com a chegada de Lula à presidência, pela primeira vez o partido se vê obrigado a migrar para a oposição e a lidar não apenas com a míngua dos recursos federais, mas também com a competição de outras elites que passaram, elas próprias, a ser destinatárias desses recursos. Este quadro foi catastrófico para a Estratégia de Representação do PFL, como se percebe pela sua trajetória declinante nas

eleições seguintes, passando pela sua "refundação" como DEM em 2007 (Ribeiro, 2014) e chegando, enfim, à sua fusão com o PSL para formar o União Brasil, em 2022.

Considerando a dependência que os vínculos eleitorais do PFL/DEM tinham em relação a recursos federais – um fato de conhecimento de seus membros e dirigentes (Ribeiro, 2014) – e seu declínio da segunda para a nona maior bancada na Câmara dos Deputados em um período de 16 anos[16], o que poderia levar o partido a se manter, pela primeira vez, na oposição? A resposta, como já adiantado, está no conflito irreconciliável entre a agenda redistributiva dos governos petistas e as bases tradicionais que sustentavam a influência dos membros do partido em seus redutos. Isto é corroborado pelo fato de que os antigos "grotões" nordestinos deixaram de ser redutos do PFL/DEM para se tornar, pelo contrário, importantes bases petistas. Pois, como afirma Singer (2012), esta transformação não ocorreu apenas por conta de uma troca de comando nas elites locais, mas pela penetração de políticas redistributivas nessas regiões, e pela subsequente transformação em suas condições socioeconômicas.

Estes dados indicam que os dirigentes do PFL/DEM fizeram uma avaliação correta a respeito de quais consequências a agenda petista teria sobre suas bases eleitorais se fosse implementada. Seu infortúnio foi, por um lado, a longevidade das administrações petistas e a eficácia de suas políticas redistributivas, e, por outro, a migração de membros do partido para outras siglas, tanto na base (prefeitos e vereadores) quanto no grupo parlamentar (deputados estaduais e federais), o que contribuiu para o esvaziamento do partido (Ribeiro, 2014). É possível que estes membros tenham abandonado o partido porque não detinham mais tanta autoridade pessoal, e, portanto, passaram a discordar da decisão dos dirigentes sobre se manter por tanto tempo na oposição, sem acesso a recursos federais. Para estes políticos, migrar para um partido com perfil mais fisiológico parece uma alternativa natural. Teriam permanecido aqueles que mantinham suas posições privilegiadas, mesmo com as transformações socioeconômicas e sem repasse de recursos, e também aqueles dirigentes que almejaram transicionar para novas Estratégias de Representação, com vínculos eleitorais mais programáticos (Ribeiro, 2014).

---

[16] Nas eleições gerais a partir de 2002, o PFL/DEM conquistou o seguinte número de cadeiras: 84 em 2002; 65 em 2006; 43 em 2010; 21 em 2014; e 29 em 2018. Dados do TSE: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home>, acesso em 12/01/2024.

c) Estratégia de Representação Adesista

À primeira vista, a Estratégia de Representação Adesista provavelmente é a categoria mais enigmática da tipologia. Esta estratégia implica em se vincular com o eleitorado de forma programática, mas também em adotar uma postura governista no Parlamento. Como pode um partido formular e apresentar de forma um crível um programa partidário, seguidamente convencendo o eleitorado, se seu comportamento após acessar os cargos eletivos é de sempre aderir ao Governo vigente? Esta estratégia é viável apenas caso o programa apresentado pelo partido não entre em conflito com a agenda do Executivo, seja ela qual for. Isto é possível em três hipóteses.

Em primeiro lugar, isto é possível caso o programa que o partido usa para se vincular com o eleitorado não tenha uma correspondência direta e inequívoca com as clivagens ou dimensões que estruturam a disputa política no sistema partidário. A grande maioria dos sistemas partidários continua a ser organizado em torno do espectro esquerda-direita, mas existem questões políticas que não se projetam de forma direta e única sobre esse eixo. Por exemplo, partidos que se organizam em torno de pautas únicas podem estar dispostos a formar alianças com quase todo o espectro ideológico, sem precisar, para isso, sacrificar princípios ou questões importantes de seu programa. Seria este o caso do Partido Verde (PV), por exemplo. Outro caso seria o de alguns partidos religiosos, que ocupam uma posição ideológica clara em alguns assuntos, mas deixam outras questões em aberto (Gunther & Diamond, 2003, p. 182); no Brasil, por exemplo, é possível que alguns partidos próximos a igrejas evangélicas se posicionem enfaticamente à direita no que se refere às pautas de costumes, mas tenham uma relação mais ambígua em relação à intervenção do Estado na economia. A adesão do partido Republicanos a algumas das coalizões petistas pode ser explicada dessa forma.

Outra possibilidade que viabilizaria esta Estratégia é o caso de grandes partidos situados ao centro do espectro ideológico. Beneficiados pelo fato de serem o legislador mediano (De Winter & Dumont, 2006), estes partidos teriam enorme poder de barganha para garantir sua entrada na coalizão de governo, ainda que, especialmente sob o presidencialismo, talvez tenham maior dificuldade em conquistar a chefia do Executivo. Como partidos de centro, eles podem aderir a sucessivos Governos, gozando de todos os benefícios decorrentes, sem distanciar-se tanto dos princípios de seu programa partidário, e ainda podem se apresentar como os moderadores da disputa política, sendo responsáveis por evitar excessos de ambos os lados. Em termos teóricos, esta descrição se aproxima tanto do modelo de partido *catch-all* (Gunther & Diamond, 2003, p. 186) quanto da ideia de um partido

maximizador de votos (*vote-seeking*) (Wolinetz, 2002); em termos concretos, descreve o comportamento do (P)MDB no sistema partidário brasileiro.

Por fim, esta estratégia é possibilitada por vínculos programáticos que foquem apenas na competência dos candidatos, abdicando da competição posicional (Kitschelt et al., 2010). Caso o partido se comprometa em realizar uma gestão eficiente e honesta, em garantir o crescimento econômico, ou em intensificar o direcionamento de verbas para seus redutos eleitorais, é possível que repetidamente aderir ao Governo seja não apenas compatível com seu programa, mas inclusive uma necessidade. Pouco importaria a coloração do Executivo ou sua agenda, mas sim a contribuição que o partido e seus representantes poderiam realizar através de sua competência e dedicação. No contexto brasileiro, é possível que o PSD de Gilberto Kassab se aproxime dessa descrição teórica.

Esses casos – alguns deles de teor mais teórico e especulativo – compreendem a Estratégia Adesista. Eles têm em comum o fato de que cultivam vínculos programáticos com seus eleitores, mas o fazem de uma forma tal que, por diferentes motivos, não os associa a uma posição clara ou forte nos principais eixos ou dimensões da disputa política. Assim, é possível aos partidos adesistas se comportar de forma governista sem que isto contrarie seus princípios, e sem que seja necessário amargar períodos na oposição para demonstrar seu comprometimento. É o (bom) uso dos recursos e da influência sobre as políticas públicas, ambos proporcionados pela participação na coalizão de governo, que demonstrarão o comprometimento com os princípios do programa do partido.

d) Estratégia de Representação Ideológica

A Estratégia Ideológica de Representação é o desdobramento natural que a literatura costuma esperar de vínculos eleitorais programáticos: após conquistar o voto racional e estratégico dos eleitores, com base nas diretrizes programáticas que apresentou durante a campanha eleitoral, o partido assume uma Postura Autônoma no Parlamento, aproximando-se da coalizão do Governo apenas caso seja ideologicamente próximo de sua agenda e/ou caso haja uma expectativa concreta de influenciar as políticas públicas que serão implementadas durante o mandato. Isto é, aproximar-se-á do Governo apenas nas situações em que isso não coloque em risco a integridade e a credibilidade de seu programa partidário. Do contrário, um partido que adota esta Estratégia teria mais a ganhar sustentando-se na oposição e criticando o Governo até as eleições seguintes, quando poderá disputá-las como uma alternativa crível e coerente à situação.

Essa Estratégia de Representação está associada a vinculações eleitorais do tipo programático posicional, que convence os eleitores a partir da posição que assumem nas principais dimensões ou eixos da competição ideológica – em geral, o espectro esquerda-direita. Para esses partidos, aproximar-se de um governo que se posiciona no lado oposto dessa disputa significa trair a credibilidade de seu programa, algo que será punido por eleitores racionais na eleição seguinte. Assim, para este tipo de Estratégia, a confiança de que o voto terá impacto concreto e previsível sobre as políticas públicas implementadas, mesmo que este momento demore a chegar, tem mais valor do que garantir no curto prazo o acesso a verbas, cargos e influência legislativa, mas às custas dos princípios programáticos referendados na eleição. Este comportamento que permanece ideológico tanto na Arena Eleitoral quanto na Legislativa, e tanto na vitória quanto na derrota eleitoral, parece descrever de forma adequada a Estratégia adotada pelo PT e pelo PSDB ao longo dos anos em que a polarização entre os dois estruturou a disputa presidencial no Brasil.

Este tipo de Estratégia inclui alguns dos ideais mais estudados e "desejados" na Ciência Política, como os Partidos de Massas que foram pioneiros em utilizá-la, e o modelo de Governo Partidário Responsável, que seria o produto de uma generalização desta Estratégia para todo o sistema partidário. Mas ela também descreve espécies de partido mais simples, como o Partido Eleitoralista Programático descrito por Gunther e Diamond (2003), que, de acordo com os critérios da tipologia, apresenta um comportamento similar nas Arenas Eleitoral e Legislativa, mas se organiza de forma completamente distinta do Partido de Massas. Reiteramos, assim, que a prioridade da tipologia não é se aprofundar nas diferentes formas de representação ideológica, mas sim enfatizar e explicar a diversidade de Estratégias que existem para além delas.

e) Estratégia de Representação Carismática

Por fim, tratemos brevemente da Estratégia Carismática de Representação. Ela é uma exceção em nossa tipologia, pois é definida apenas a partir da primeira dimensão, do seu comportamento na Arena Eleitoral. Isto se deve à natureza própria da vinculação carismática, que gira em torno das ações e atributos de uma liderança que exerce a influência carismática sobre seus seguidores. Caso seu movimento consiga formar uma bancada no Parlamento, esta liderança pode orientar tanto uma postura governista quanto uma postura autônoma, a depender de seu nível de pragmatismo e de seu envolvimento com os eixos consolidados da disputa política e ideológica. A questão é que essa decisão está sujeita unicamente à liderança carismática de cada movimento, sem que isso afete a natureza do vínculo com seus eleitores e

seguidores. Da mesma forma, uma simples determinação da liderança basta para que o partido troque de uma postura governista para uma autônoma, e vice-versa. Por estes motivos, os vínculos eleitorais carismáticos são suficientes para caracterizar a Estratégia de Representação Carismática, independentemente do comportamento apresentado na Arena Legislativa. O partido francês União pela Nova República (UNR), fundado em 1958, é um exemplo clássico de partido que fundamentava inteiramente sua organização e sua estratégia nos movimentos de sua liderança carismática, no caso, Charles de Gaulle (Panebianco, 2005).

5.3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS SOBRE A TIPOLOGIA

Após apresentar a tipologia e detalhar o sentido de suas dimensões e tipos, finalizamos o capítulo com algumas considerações pontuais que visam enfatizar suas propriedades e usos potenciais, indicar limitações e esclarecer questões que podem ter ficado em aberto.

5.3.1 Propriedades, esclarecimentos e limitações

Em primeiro lugar, a tipologia apresenta algumas vantagens conceituais e teóricas por ser justamente isso, uma tipologia ou sistema organizado de tipos. A diferenciação e a comparação entre tipos é facilitada, tanto individualmente quanto entre grupos, pois as características necessárias e suficientes para caracterizar cada Estratégia de Representação podem ser visualizadas diretamente na matriz apresentada no Quadro 5. A Estratégia Fisiológica se diferencia da Tradicional por sua postura parlamentar Governista, e se diferencia da Estratégia Adesista pela natureza material de seus vínculos eleitorais. Já a Estratégia Ideológica é distinta da Fisiológica em ambos os aspectos, sendo seu completo oposto – o que ecoa um dos argumentos mais recorrentes na literatura revisada no Capítulo 3.

A disposição espacial dos tipos na matriz da tipologia também ajuda a esclarecer outros pontos de debate. Conforme abordamos no item 3.4, dois grupos bastante distintos de partidos brasileiros são classificados como fisiológicos pela literatura: um grupo de partidos grandes e tradicionais e outro de partidos menores e menos conhecidos. Isto indica alguma dificuldade ou confusão na classificação, certamente causada pela indefinição presente nas concepções atuais de partido fisiológico. A partir dos critérios de diferenciação propostos por esta tipologia, é possível apontar possíveis causas para esses erros de classificação, e indicar caminhos para solucioná-los.

Tomemos como exemplo três dos partidos que foram classificados como fisiológicos pela literatura: o (P)MDB, o PFL/DEM e o PTB. Caso as especulações acima sobre o (P)MDB e sobre o PFL/DEM seja razoáveis, e caso o PTB cumpra de fato os requisitos para ser considerado um partido fisiológico (vínculos materiais na Arena Eleitoral, governismo na Legislativa), então estamos diante de três partidos que adotam três Estratégias de Representação diferentes – adesista, tradicional e fisiológica, respectivamente – mas, ainda assim, todos são vistos como fisiológicos por ao menos parte da literatura.

O que poderia explicar isso? Além das generalizações que costumam afetar qualquer avaliação sobre os comportamentos que não sejam considerados ideológicos, também podemos atribuir este erro à incerteza sobre quais características definiam o fisiologismo, o que levaria pesquisadores a tomar o todo pela parte. Assim, onde havia apenas o Governismo (o PMDB e sua estratégia adesista), ou onde havia apenas os Vínculos Materiais (o PFL e seus "grotões" clientelistas), pensava-se estar diante do fisiologismo; sendo que este, na realidade, é definido apenas pela presença conjunta de ambos (o PTB governista e clientelista). A disposição dos tipos na matriz da tipologia permite não apenas visualizar as características definidoras da Estratégia Fisiológica, mas também quais outras Estratégias podem ser confundidas com ela por pertencerem à mesma coluna (cultivarem vínculos materiais) ou à mesma linha (adotarem postura governista).

No mesmo sentido, a tipologia também indica que "partido clientelista" pode ser uma classificação insuficiente, apesar de tão comum na Ciência Política (Kitschelt & Kselman, 2010; Kitschelt & Wilkinson, 2007; Stokes, 2009). Constatar a natureza dos vínculos eleitorais do partido é o bastante para deduzir uma série de aspectos organizacionais (Kitschelt & Kselman, 2010), mas, conforme argumentamos acima, verificar a postura adotada na Arena Legislativa (se governista ou autônoma) pode ser um importante complemento para compreender esses partidos. Mais do que isso, pode ser um critério conveniente para diferenciar formas tradicionais e modernas de clientelismo, para além das referências temporais da Europa Ocidental, que geralmente não se aplicam a outros lugares.

Assim, um dos principais avanços da tipologia é justamente introduzir a Postura Parlamentar como critério a ser avaliado, em especial para compreender sistemas multipartidários de Democracias mais recentes. Como dissemos acima, alguns comentários esparsos na literatura já indicavam a possibilidade de que partidos adotassem uma postura Governista no Parlamento, e no Brasil este comportamento é intimamente associado ao fisiologismo (cf. o Capítulo 3 desta dissertação). Entretanto, este fenômeno ainda carecia quase completamente de uma abordagem mais formal e teórica. Nossa tipologia representa

um primeiro passo na tentativa de incorporar a diferença entre as duas posturas parlamentares nas análises teóricas.

Porém, tanto quanto é uma inovação e um provável ponto forte desta tipologia, a inclusão da Postura Parlamentar também limita o escopo de fenômenos que ela pode ajudar a compreender. Pois, é uma dimensão formulada principalmente em diálogo com a literatura brasileira, e visando em primeiro lugar a compreensão do presidencialismo multipartidário brasileiro. De imediato percebe-se que ela tem menos capacidade para explicar sistemas bipartidários ou mesmo sistemas multipartidários com índices baixos de fragmentação, nos quais uma postura governista parece ser impossível ou pouco viável. Por outro lado, em sistemas multipartidários de fragmentação mais elevada como os que se desenvolveram em muitas das Democracias da Terceira Onda, esta questão pode ser de maior relevância para compreender a competição partidária.

Mas, mesmo entre os sistemas multipartidários de fragmentação mais elevada, são os presidencialismos que nossa tipologia privilegia. Devido à desassociação entre as eleições para o Executivo e ao Legislativo, os Presidencialismos Multipartidários podem levar a cenários onde o partido do Presidente alcança apenas uma fração das cadeiras no Parlamento e sequer detém a maior bancada. Nestes cenários, as negociações para formar a coalizão de governo são mais intensas, e ganha mais importância a Postura Parlamentar adotada por cada partido, se governista ou autônoma.

Ademais, ao longo da apresentação das suas dimensões e tipos, tratou-se do significado que a Postura Parlamentar teria para a decisão de integrar ou não a coalizão de governo, mas não de como esta Postura afetaria o comportamento do partido caso coubesse a ele liderar a formação da coalizão, isto é, caso fosse ele o vencedor das eleições presidenciais. Isto reflete o fato de que, no cenário brasileiro, apenas partidos que seguem a Estratégia Ideológica costumam ser capazes de vencer as eleições para Presidente, cabendo aos partidos que seguem as demais Estratégias negociar (ou não) com este vencedor.[17] Em todo caso, este não necessariamente é o caso em outros países, e ajustes na tipologia podem ser necessários antes de aplicá-la em pesquisas comparativas.

Cabe reforçar que a tipologia se refere a tipos polares de Estratégias de Representação, e que, na realidade, o comportamento efetivamente adotado por um partido pode misturar aspectos de mais de uma estratégia, ou oscilar entre duas estratégias diferentes.

---

[17] Este argumento, aliás, remete a um ponto central do clássico trabalho de Campello de Souza (1976) sobre o sistema partidário da 2ª República. A autora sustenta que, na 2ª República, o Presidente havia herdado do Estado Novo poderes para monopolizar as políticas redistributivas, relegando ao Legislativo apenas funções distributivas, motivo pelo qual os partidos daquele sistema partidário demoraram a se institucionalizar.

Algumas estratégias também podem envolver um alto grau de personalização, como a autoridade pessoal dos notáveis na Estratégia Tradicional, ou a competência pessoal dos candidatos na Estratégia Adesista, mas isto não deve ser confundido com a influência messiânica de uma liderança Carismática.

A tipologia trata do comportamento de partidos políticos, pois é ao nível da organização que ocorre a solução de problemas de ação coletiva, a formulação de programas e as negociações com o governo. Porém, nada impede que ela seja aplicada também a facções internas que comecem a se articular em favor de uma Estratégia de Representação diferente da atualmente seguida pela direção do partido. Tal situação parece ter ocorrido dentro do PFL/DEM quando começaram a se acumular os custos de manter a Estratégia Tradicional na oposição.

5.3.2 Diálogo com modelos partidários e outras tipologias

Por fim, vejamos como esta tipologia dialoga com outras formas conhecidas de classificar partidos políticos ou seus comportamentos. Começando pela literatura de modelos partidários, verificamos que o Partido de Notáveis tem comportamento bastante similar à Estratégia de Representação Tradicional. Suas campanhas eleitorais se baseavam na influência pessoal dos notáveis locais que se candidatavam, mobilizando seu prestígio e poder econômico. Após a eleição para o Legislativo, estas elites locais assumiam uma postura autônoma para representar os próprios interesses, deixando de apoiar agendas que lhes prejudicassem.

Quanto ao Partido de Massas, seu comportamento não apenas corresponde à Estratégia Ideológica como permanece sendo seu exemplo por excelência. Mobilizando e integrando socialmente as classes subalternas da Europa, estes partidos apenas podiam se vincular programaticamente com seus eleitores, e, após a eleição de representantes, uma direção central forte garantia que a postura parlamentar fosse autônoma e respeitasse as determinações da Convenção ou Congresso do Partido.

Em relação ao Partido *Catch-all*, encontramos certa ambiguidade neste diálogo com os modelos de partidos. Este modelo de partido se caracteriza pela forma como amplia seus apelos a um eleitorado mais amplo e reduz a carga ideológica de seu programa, o que deixa claro que sua vinculação eleitoral permanece sendo programática. A questão é que sua postura parlamentar fica em aberto, podendo ser autônoma ou governista a depender da estratégia adotada por cada partido. Portanto, conforme o nível de personalização da campanha eleitoral,

o grau de esvaziamento ou abrandamento da ideologia no programa, etc., um Partido *Catch-all* pode adotar uma Estratégia Ideológica ou Adesista.

O Partido Cartel, por fim, parece apresentar uma vocação Governista nata. Ele sustenta sua organização e sua posição no poder através de recursos e subsídios oriundos do Estado, e a forma mais segura de garantir o acesso a esses benefícios é assumir uma postura governista para sempre participar da coalizão de Governo. Os vínculos com o eleitorado perdem ainda mais suas colorações ideológicas, e cada vez mais se restringem à competência dos candidatos, mas permanecem sendo vinculações de natureza programática. Este modelo de partido, portanto, deve seguir uma Estratégia Adesista.

Podemos perceber que nossa tipologia reflete em grande parte as distinções entre os modelos partidários clássicos, ainda que analise estes partidos por outro enfoque. A exceção é o Partido *Catch-all*, ora agrupado com o Partido Cartel, ora com o Partido de Massas, devido, por um lado, à variedade de estratégias que este modelo comporta, e, por outro, ao destaque que a tipologia intencionalmente dá às diferenças entre estratégias não programáticas.

Este diálogo pode ser ampliado e incluir também algumas das espécies de partido categorizadas por Gunther e Diamond (2003). Parte dessas espécies são análogos diretos dos modelos partidários que já abordamos, mas também são elencadas algumas variações de partido que ocupariam um lugar próprio em nossa tipologia. Por exemplo, o comportamento do chamado Partido Personalista corresponde com exatidão à Estratégia Carismática que descrevemos acima, na qual o partido está inteiramente sujeito à aura e às motivações de uma liderança carismática. Já o Partido Clientelista descrito pelos autores parece adotar uma Estratégia Fisiológica, por conta de seus vínculos clientelistas e da completa ausência de princípios programáticos, mas, uma vez que a postura parlamentar não é especificada, não podemos ter certeza. Quanto ao restante das espécies de partido categorizadas por Gunther e Diamond, a grande maioria se distribui entre as Estratégias Adesista e Ideológica. Isto inclui os Partidos Eleitoralistas Programáticos e os Partidos Confessionais de Massas, mas tem como exceção os partidos de bases étnicas, que podem se vincular com suas respectivas populações de forma clientelista. O Quadro 6 abaixo demonstra como os modelos e espécies de partidos discutidos acima se distribuem em nossa tipologia de Estratégias de Representação.

QUADRO 6 – ESPÉCIES E MODELOS DE PARTIDO CONFORME A ESTRATÉGIA DE REPRESENTAÇÃO QUE UTILIZAM

<table>
<tr><th rowspan="2">Postura Parlamentar</th><th colspan="3">Vínculos Eleitorais</th></tr>
<tr><th>Materiais</th><th>Carismáticos</th><th>Programáticos</th></tr>
<tr><td>Governista</td><td>Partido Clientelista?</td><td rowspan="2">Partido Carismático/ Personalista</td><td>Partido Catch-all
Partido Cartel</td></tr>
<tr><td>Autônoma</td><td>Partido de Notáveis</td><td>Partido Catch-all
Partido de Massas
Partido Programático</td></tr>
</table>

Fonte: Adaptado de (Gunther & Diamond, 2003; Katz & Mair, 1995; Kirchheimer, 1966; Wolinetz, 2002).

Este diálogo com a literatura procura, em primeiro lugar, referendar a validade das categorias propostas pela literatura, tendo em vista seu caráter teórico e até, em alguns casos, especulativo. Que as Estratégias de Representação propostas correspondam ao comportamento de partidos reconhecidos pela literatura é um sinal positivo nesse sentido. Também é digno de nota que diferenciação entre as espécies e modelos de partidos seja coerente, mesmo que tenha sido construída a partir de outros critérios. Ao mesmo tempo, percebe-se o agrupamento de muitas espécies e modelos partidários na coluna de vínculos programáticos, sendo inclusive necessário omitir muitas das categorias elencadas por Gunther e Diamond (2003). Como já afirmamos em algumas oportunidades, esta é uma consequência das escolhas teóricas que fundamentaram a tipologia, e indica que seu contexto preferencial de aplicação não são as Democracias consolidadas da Europa Ocidental, mas sim as Democracias mais recentes da América Latina, da África e da Ásia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta dissertação foi propor uma definição para o conceito de Partido Político Fisiológico. Pois, apesar de sua crescente presença em trabalhos acadêmicos ao longo das últimas décadas, esta ideia até agora carece de uma definição formal e coerente, que lhe permita ser identificada e comparada com facilidade. Mais do que um conceito, com características e limites claros, trata-se ainda de uma concepção. Assim, as contribuições que esta categoria poderia trazer para a compreensão dos partidos e da democracia brasileira atualmente é prejudicada pela imprecisão de seu sentido. Com o objetivo de sanar essas deficiências e tornar o conceito mais apropriado para análises científicas, foi proposta uma nova definição de Partido Fisiológico. Primeiro, uma revisão da literatura foi realizada com o objetivo de inventariar as concepções de "fisiologismo" e de "partido fisiológico" presentes em artigos e em trabalhos acadêmicos de naturezas variadas (monografias, dissertações, teses). Em seguida, tomando os conteúdos dessas concepções como matéria-prima, procedeu-se à estruturação deles em uma unidade coerente e bem delimitada, capaz de contribuir para os debates sobre os partidos políticos brasileiros.

A ideia de Partido Fisiológico deriva de uma inovação terminológica brasileira, que acrescentou um sentido político à palavra "fisiológico" e criou o neologismo "fisiologismo". O **Capítulo 3** traçou brevemente o histórico dessas inovações linguísticas, e revisou uma seleção de trabalhos que as utilizaram no contexto acadêmico. Buscas exploratórias realizadas em registros da imprensa (*Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo*) e do Congresso Nacional indicaram que esta inovação ocorreu na década de 60, quando estes termos começaram a ser utilizados por jornalistas e políticos para descrever situações do cenário político nacional, geralmente em tom negativo ou até pejorativo. A popularidade desses termos cresceu nas décadas de 1980 e 1990 e chegou a seu máximo nas décadas de 2000 e 2010.

Sua introdução nas pesquisas acadêmicas ocorreu no final da década de 1980, quando, após ter se disseminado no meio político, as ideias de fisiologismo e de partidos fisiológicos foram utilizadas por algumas pesquisadoras para compreender o "velho PTB", um dos mais importantes partidos da Segunda República (Benevides, 1989; Delgado, 1989; Pandolfi, 1990). Depois, na década de 2000 estas ideias voltaram a atrair o olhar de pesquisadores, inclusive da Ciência Política, para explicar ou descrever circunstâncias que vinham surgindo na nova experiência democrática brasileira. Momentos de crise política, como o Mensalão em 2005, parecem ter intensificado a procura por novos conceitos e novas

explicações para a política brasileira (Miguel & Coutinho, 2007). Assim, crescia o esforço de se apropriar dessas expressões coloquiais e dotá-las de valor científico.

Mas, apesar dessas iniciativas, a ideia de Partido Fisiológico continua a apresentar problemas tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. Isto ficou evidenciado pela revisão de literatura, que inventariou as diferentes concepções de "fisiologismo" e de "partido fisiológico" em uso corrente, e que, após filtrar as referências menos relevantes e de baixa qualidade, totalizou 26 artigos e trabalhos acadêmicos, além de 9 verbetes de dicionários. A análise dos dados coletados nesta revisão indicaram que, mesmo depois de selecionadas por qualidade e relevância, ainda existem importantes deficiências a serem superadas nas atuais concepções desses termos.

Em primeiro lugar, seu uso é frequentemente **tangencial**, pois as categorias de "fisiologismo" e de "partido fisiológico" costumam ser utilizadas de forma auxiliar ou meramente ilustrativa, em vez de serem integradas ao cerne da análise do trabalho ou artigo em questão. Em segundo lugar, estas categorias muitas vezes são reduzidas a um papel **pejorativo**, que reúne adjetivos negativos e diversos juízos de valor, mas que pouco tentam explicar. Em terceiro lugar, estas ideias costumam aparecer de forma **isolada**, sem muita interação com outros conceitos e sem fundamentação teórica. Por fim, percebe-se que são categorias **indefinidas e indiferenciadas**, porque não há consenso a respeito das características que as definem, nem sobre as características que as diferenciam de outros fenômenos.

Estas limitações nas atuais concepções de "fisiologismo" e de "partido fisiológico" referendaram a necessidade de que fosse realizado um trabalho rigoroso para reorganizá-las em um conceito propriamente dito. O material necessário para esta reformulação conceitual foi fornecido pelo mesmo *corpus* de referências oriundo da revisão de literatura. Cada artigo, trabalho acadêmico ou verbete de dicionário foi lido em sua integralidade, e sua concepção de "fisiologismo" ou de "partido fisiológico" foi resumida em poucas palavras. Em seguida, estas concepções foram codificadas conforme as características que atribuem aos Partidos Fisiológicos, utilizando 20 categorias reunidas em 5 grandes grupos. No total, 102 codificações foram aplicadas aos 26 artigos e trabalhos acadêmicos; entre os 9 verbetes de dicionário, foram 11 as codificações.

O grupo de características mais frequentes se refere aos **Aspectos Negativos** do fisiologismo e dos Partidos Fisiológicos. Apesar de trazer alguns apontamentos relevantes, como a possível relação do fisiologismo com a corrupção, este grupo é também o que menos contribuiu para a construção do conceito, pois acabou reforçando o tom pejorativo com que

essas expressões são utilizadas. Em seguida, o segundo grupo mais presente apontou a **Indeterminação Ideológica e/ou Programática** dos Partidos Fisiológicos, a qual se denota pelo preterimento do programa ou ideologia do partido em favor de manobras pragmáticas ou oportunistas. O terceiro grupo descreveu a **Natureza Material dos Vínculos Eleitorais** cultivados pelos Partidos Fisiológicos, isto é, a prática de obter votos através da oferta seletiva de bens materiais para o eleitorado, realizando uma troca direta que costuma ser entendida como Clientelismo. O quarto grupo de características descreve o comportamento dos Partidos Fisiológicos na sua atuação parlamentar, onde fica evidente o seu **Governismo**. Adotar uma postura governista significa sempre se colocar à disposição para compor a coalizão ou a base parlamentar do governo, visando obter os benefícios decorrentes, independentemente das posições programáticas ou ideológicas do Executivo.

Por fim, as categorias menos frequentes são aquelas que se referem às **Características Partidárias** das organizações fisiológicas. Além das menos frequentes, elas são também as mais diversas: algumas referências associam o comportamento fisiológico a partidos pequenos, enquanto outras o consideram típico de partidos tradicionais e conservadores. Que as características partidárias sejam as categorias menos comuns, e que haja maior discordância entre elas, são dois fatos que indicam ser esta a principal fronteira a ser explorada para avançar no entendimento deste fenômeno. Ou seja, há certo grau de concordância a respeito do que caracteriza o comportamento fisiológico, mas muitas dúvidas a respeito de quais são os partidos que fazem dele sua principal estratégia política.

Reorganizar estas características em uma definição coesa de Partido Fisiológico é o primeiro passo para explorar essa fronteira. Esta reformulação conceitual, por sua vez, demandou uma compreensão mais profunda sobre o que são conceitos, quais são suas estruturas e funções, e como eles são formados. Neste sentido, o **Capítulo 2** trata da tradição de livros e artigos que abordam essas questões no contexto das ciências sociais e humanas. Mais especificamente, na Ciência Política se notabilizam os esforços de Giovanni Sartori em prol do uso rigoroso de conceitos, inclusive como etapa antecedente à pesquisa empírica e/ou comparativa.

Em síntese, os conceitos são representações mentais de aspectos da realidade, criadas para facilitar a compreensão e a comunicação dessa mesma realidade. Para que desempenhem essas funções, os conceitos sempre implicam em algum grau de abstração ou generalização, pois apenas este processo pode reduzir o nível de informação e de complexidade, ao mesmo tempo em que retém e organiza os aspectos mais relevantes. Os conceitos são necessários tanto para a linguagem comum quanto para a comunicação mais complexa e rigorosa que

alguns contextos exigem, como é o caso de trabalhos acadêmicos. Quando suas fronteiras ainda estão indefinidas e há maior variação no seu sentido, podem ser considerados *concepções*; quando um esforço foi realizado para definir seus limites e principais características, são *conceitos* no sentido próprio da palavra.

Três componentes formam um conceito: seu termo, ou a palavra que carrega seu significado; sua intensão, ou as características que ele atribui ao fenômeno descrito; e sua extensão, ou o conjunto de fenômenos designado pelo termo e descrito pela intensão. No caso do conceito em questão, o termo equivale a "Partido Fisiológico", e a intensão corresponde às características identificadas através da revisão de literatura, além de outras que foram deduzidas posteriormente. Já a extensão do conceito de Partido Fisiológico permanece seu ponto mais controverso e incerto.

Quanto à estrutura dos conceitos, sempre que possível é desejável defini-los conforme o Modelo Clássico de Conceitos, dada sua simplicidade e consistência. Este modelo busca um conjunto de características que sejam ao mesmo tempo necessárias e suficientes para diferenciar o conceito, de forma que, na presença desse conjunto, não restem quaisquer dúvidas a respeito de qual fenômeno se trata. Esta estrutura também permite utilizar de forma plena o recurso da "escada de abstração" para relacionar os conceitos entre si ou criar variações deles. Em alguns casos, encontrar este conjunto de características pode ser uma tarefa difícil e até mesmo incompatível com objeto sendo descrito, de forma que modelos alternativos de conceito foram propostos pela literatura, além de ferramentas para manejar e avaliar essas diferentes estruturas conceituais.

Felizmente, bastou o Modelo Clássico de Conceitos para definir o Partido Fisiológico. O **Capítulo 4** apresenta uma definição que reúne as três características necessárias e suficientes para identificar o Partido Fisiológico: esta espécie de partido é definida por adotar um comportamento programaticamente indeterminado, que se manifesta através do clientelismo (*lato* ou *stricto sensu*) na Arena Eleitoral, e do governismo na Arena Legislativa. O Partido cultiva uma relação de troca direta com o eleitorado, oferecendo seletivamente benefícios materiais em troca de votos, e assim consegue a eleição de representantes e o acesso à Arena Legislativa. Lá, os representantes eleitos aproximam-se da coalizão de governo, seja qual for o partido liderando o Executivo, e barganham o apoio à sua agenda em troca dos benefícios materiais que serão utilizados nas trocas com os eleitores, e também em proveito próprio. Nessa estratégia o clientelismo e o governismo se retroalimentam, garantindo ao Partido uma posição forte e resiliente na competição com os demais. A síntese dessa definição pode ser encontrada no Quadro 4.

Esta estratégia intermedeia a entrega tanto de políticas distributivas, quando o Partido cultiva seus vínculos materiais com o eleitorado, quanto também a entrega de políticas redistributivas, quando apoia a agenda do Executivo, que geralmente está calcada em pautas que afetam a sociedade como um todo. Porém, trata-se de uma intermediação que visa benefícios aos membros do partido e que acaba por elevar os custos dessas políticas, motivo pelo qual foi caracterizada como "atravessadora" ou, em inglês, *rent-seeking*.

Assim como seu comportamento nas Arenas Eleitoral e Legislativa, a organização do Partido Fisiológico também dispensa princípios ideológicos ou programáticos. Ela deve ser relativamente extensa, para garantir capilaridade, mas é enxuta e se caracteriza como um sistema de interesses, que mantém suas lealdades e funcionários por meio de recompensas materiais, não através de solidariedade ou identidades coletivas. O poder desta organização fica concentrado em seu grupo parlamentar, mas, dada sua natureza, é utilizado apenas em algumas circunstâncias, como garantir o cumprimento dos acordos firmados pelo Partido, ou evitar que os *brokers* na ponta da estrutura clientelista desviem os recursos em benefício próprio.

Esta discussão identificou as três principais características que definem o Partido Fisiológico (indeterminação programática, governismo e clientelismo), e também explorou outras características que a literatura não aponta de forma consensual e definitiva, como a organização partidária. Porém, ela também apresenta a oportunidade para discutir outras espécies de partido. Pois, uma vez que o Partido Fisiológico é definido pela combinação de seu comportamento nas Arenas Eleitoral e Legislativa, e considerando que o clientelismo e o governismo não são os únicos comportamentos possíveis nessas Arenas, abre-se a oportunidade de explorar outras combinações possíveis. Cada combinação entre comportamento eleitoral e legislativo expressa uma forma de interação do partido com seus eleitores e com os demais partidos; cada combinação representa, então, uma Estratégia de Representação diferente.

O **Capítulo 5** explorou essa oportunidade de ampliar a análise e de inserir o Partido Fisiológico (e sua Estratégia de Representação) em um contexto teórico mais amplo. Tomando o comportamento nas Arenas Eleitoral e Legislativa como duas dimensões independentes e que interagem entre si, com valores bem delimitados e exaustivos, foi possível construir uma tipologia de Estratégias de Representação. As categorias previstas em cada dimensão são: vínculos materiais, carismáticos e programáticos na Arena Eleitoral; postura governista e postura autônoma na Arena Legislativa. Através das interações possíveis para esses valores, foram construídos 5 tipos de Estratégias de Representação:

- **Estratégia Fisiológica**: combinação de vínculos eleitorais clientelistas com a postura governista no Parlamento;
- **Estratégia Tradicional**: combinação do clientelismo com a postura autônoma no Parlamento;
- **Estratégia Adesista**: combinação de vínculos eleitorais programáticos com a postura governista no Parlamento;
- **Estratégia Ideológica**: combinação de vínculos eleitorais programáticos com a postura autônoma no Parlamento;
- **Estratégia Carismática**: vínculos eleitorais carismáticos, independentemente da postura no Parlamento.

Cada tipo de Estratégia foi descrito em detalhes, e utilizado para levantar diversas hipóteses a respeito dos partidos que as adotam, das condições que as tornam viáveis, e de algumas de suas consequências. Ademais, procurou-se estabelecer os pontos de diálogo desta tipologia com outras espécies e modelos de partido propostos pela literatura de partidos políticos.

Com isso, esta pesquisa chega a seu termo. Ela inclui um breve panorama de como os termos "Partido Fisiológico" e "fisiologismo" surgiram, e de como são utilizados hoje no ambiente acadêmico (Capítulo 3). A partir desses usos, construiu-se não apenas uma definição conceitual para a categoria de Partido Fisiológico (Capítulo 4), mas também uma definição teórica (Capítulo 5), que insere o comportamento deste partido em um contexto mais amplo e propício a comparações. Trata-se de um trabalho eminentemente teórico e, em alguns momentos, especulativo, de forma que os próximos passos em uma agenda de pesquisa são a validação das ideias aqui apresentadas, seja pelo aprofundamento nos exemplos brasileiros e estrangeiros citados, seja pela pesquisa empírica e comparativa.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abranches, S. (2001). A democracia brasileira vai bem, mas requer cuidados: Proposições sobre democracia brasileira e o presidencialismo de coalizão. *Estudos e pesquisas*, *5*.

Adcock, R. (2005). *What is a concept?* Working Paper. Political Concepts. Committee on Concepts, and Methods – Working Papers Series. Disponível em: <https://www.concepts-methods.org/Files/WorkingPaper/PC%201%20Adcock.pdf>. Acesso em: 15.out.2021.

Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: Towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, *8*(1), 19–32.

Atravessador. ([s.d.]). Em *Dicionário Online—Dicionário Caldas Aulete*. Recuperado 19 de fevereiro de 2024, de <https://www.aulete.com.br/atravessador>.

Aulete, C. (2008). Fisiologismo. Em *Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa: Edição de bolso*. L&PM.

Baquero, M. (2007). Subsídios para a compreensão da cultura político-eleitoral da democracia brasileira. *Política & sociedade. Florianópolis, SC.*, *Vol. 6*(n. 10), 25–51.

Barbosa, C. C. da S. (2020). *O clientelismo e a história dos conceitos: Representações no Fisiologismo da nova república* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista (UNESP)].

Bardi, L., & Mair, P. (2010). Os parâmetros dos sistemas partidários. *Revista Brasileira de Ciência Política*, *4*, 227–253.

Barros, J. D. (2016). *Os conceitos: Seus usos nas ciências humanas*. Vozes.

Batistella, A. (2014). *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)* [Tese de Doutorado, UFRGS].

Batistella, A. (2016). O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). *Topoi (Rio de Janeiro)*, *17*, 257–286.

Benevides, M. V. (1989). O velho PTB paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo-1945/1964). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 133–161.

Berlatto, F., Codato, A., & Bolognesi, B. (2016). Da polícia à política: Explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 77–120.

Bolognesi, B. (2021). Organização partidária: Modelos de análise e novas agendas. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, *95*.

Bolognesi, B., Babireski, F. R., & Maciel, A. P. (2019). Conhecendo o vazio: Congruência ideológica e partidos políticos no Brasil. *Política & Sociedade*, *18*(42), 86–116.

Bolognesi, B., Ribeiro, E., & Codato, A. (2022). Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, *66*.

Borges, A. (2010). Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: Competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, *18*, 167–188.

Braga, S. S., França, A. S. T., & Nicolás, M. A. (2009). Os partidos políticos brasileiros e a internet: Uma avaliação dos websites dos partidos políticos do Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, *17*, 183–208.

Braga, S. S., & Nicolás, M. A. (2008). Prosopografia a partir da web: Avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Revista de Sociologia e Política*, *16*, 107–130.

Bueno, S. (2000). Fisiológico. Em *Silveira Bueno: Minidicionário da língua portuguesa.* FTD.

Calcagnotto, G. (2011). Dilma eo problema de seguir mudando o imutável. Novas perspectivas para a reforma política no Brasil? *Iberoamericana (2001-)*, *11*(41), 169–174.

Campello de Souza, M. do C. (1976). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*.

Carey, J. M., & Shugart, M. S. (1995). Incentives to cultivate a personal vote: A rank ordering of electoral formulas. *Electoral Studies*, *14*(4), 417–439.

Carvalho, J. M. de. (1997). Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. *Dados*, *40*, 229–250.

Cheeseman, N. (Org.). (2014). *Politics meets policies: The emergence of programmatic political parties*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance.

Codato, A., Berlatto, F., & Bolognesi, B. (2018). Tipologia dos políticos de direita no Brasil. *Análise Social*, *53*(229 (4), 870–897.

Codato, A., Lobato, T., & Castro, A. O. (2016). "VAMOS LUTAR, PARENTES!" As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *32*.

Collier, D., LaPorte, J., & Seawright, J. (2012). Putting Typologies to Work: Concept Formation, Measurement, and Analytic Rigor. *Political Research Quarterly*, *65*(1), 217–232.

Collier, D., & Levitsky, S. (1997). Democracy with adjectives: Conceptual innovation in comparative research. *World politics*, *49*(3), 430–451.

Collier, D., & Mahon, J. E. (1993). Conceptual "stretching" revisited: Adapting categories in comparative analysis. *American Political Science Review*, *87*(4), 845–855.

Coppedge, M. (1997). *A classification of Latin American political parties.* (Working Paper No. 244). Working Paper. eua, The Helen Kellogg Institute for International Studies.

Cotta, M. (1998). Representação Política. Em N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política* (Vol. 2). Editora UNB.

Dahl, R. A. (2008). *Polyarchy: Participation and opposition*. Yale university press.

De Winter, L., & Dumont, P. (2006). Parties into government: Still many puzzles. *Handbook of party politics*, 175–188.

Delgado, L. de A. N. (1989). PTB e PCB: REFORMISMO E/OU FISIOLOGISMO NO MOVIMENTO SINDICAL (1945-1964). *Revista do Departamento de História*, *8–11*, 86.

Desposato, S. W. (2002). *How Vote Buying Shapes the Political Arena*. The Comparative Politics of Vote Buying Conference, Cambridge, Massachusetts, EUA.

Desposato, S. W. (2007a). How Does Vote Buying Shape the Legislative Arena? Em F. C. Schaffer, *Elections for Sale: The Causes and Consequences of Vote Buying* (p. 101–122). Lynne Rienner Publishers.

Desposato, S. W. (2007b). Reforma política brasileira: O que precisa ser consertado, o que não precisa e o que fazer. Em J. Nicolau & T. J. Power (Orgs.), *Instituições representativas no Brasil: Balanço e reforma.* Editora UFMG.

Downs, A. (1957). *An economic theory of democracy*. Harper and Row.

Duverger, M. (1970). *Os partidos políticos*. Zahar.

Figueira, J. P. H. de A. (2009). *A falta de ética e de espírito público na política brasileira* [Master's Thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

Fisiologia. (1998). Em *MICHAELIS: moderno dicionário de língua portuguesa*. Companhia Melhoramentos.

Fisiologismo. (1998). Em *MICHAELIS: moderno dicionário de língua portuguesa*. Companhia Melhoramentos.

Gerring, J. (1997). Ideology: A Definitional Analysis. *Political Research Quarterly*, *50*(4), 957–994.

Gerring, J. (1999). What Makes a Concept Good? A Criterial Framework for Understanding Concept Formation in the Social Sciences. *Polity*, *31*(3), 357–393.

Goertz, G. (2006). *Social science concepts: A user's guide*. Princeton University Press.

Guarnieri, F. (2011). A força dos partidos "fracos". *Dados*, *54*, 235–258.

Gunther, R., & Diamond, L. (2003). Species of Political Parties: A New Typology. *Party Politics*, *9*(2), 167–199.

Hochstetler, K., & Friedman, E. J. (2008). Representação, partidos e sociedade civil na Argentina e no Brasil. *Caderno CRH*, *21*, 47–66.

Houaiss, A., & Villar, M. de S. (2001). Fisiologismo. Em *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Objetiva.

Houaiss, A., & Villar, M. de S. (2009). Fisiologismo. Em *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Objetiva.

Katz, R. S., & Mair, P. (1993). The evolution of party organizations in Europe: The three faces of party organization. *American review of politics*, *14*, 593–617.

Katz, R. S., & Mair, P. (1995). Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, *1*(1), 5–28.

Katz, R. S., & Mair, P. (1996). Cadre, Catch-All or Cartel?: A Rejoinder. *Party Politics*, *2*(4), 525–534.

Kingstone, P. R., & Ponce, A. F. (2010). From Cardoso to Lula: The triumph of pragmatism in Brazil. Em K. Weyland, R. L. Madrid, & W. Hunter (Orgs.), *Leftist Governments in Latin America: Successes and Shortcomings* (p. 98–123). Cambridge University Press.

Kirchheimer, O. (1966). The Transformation of the Western European Party Systems. Em J. La Palombara & M. Weiner, *Political Parties and Political Development. (SPD-6)* (p. 177–200). Princeton University Press.

Kirchheimer, O. (2012). A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 349–385.

Kitschelt, H. (2000). Linkages between Citizens and Politicians in Democratic Polities. *Comparative Political Studies*, *33*(6–7), 845–879.

Kitschelt, H., Freeze, K., Kolev, K., & Wang, Y.-T. (2009). Measuring democratic accountability: An initial report on an emerging data set. *Revista de Ciencia Política*, *29*(3), 741–773.

Kitschelt, H., Hawkins, K. A., Rosas, G., & Zechmeister, E. J. (2010). Introduction. Party Competition in Latin America. Em *Latin American party systems* (p. 1–13). Cambridge University Press.

Kitschelt, H., & Kselman, D. M. (2010). The organizational foundations of democratic accountability: Organizational form and the choice of electoral linkage strategy. *APSA 2010 Meeting Paper*. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1671548

Kitschelt, H., & Wilkinson, S. I. (2007). Citizen-politician linkages: An introduction. Em *Patrons, clients, and policies: Patterns of democratic accountability and political competition* (Vol. 2007, p. 1–49). Cambridge University Press Cambridge.

Koch, S. (2021). Engineering what? On concepts in conceptual engineering. *Synthese*, *199*(1–2), 1955–1975.

Koole, R. (1996). Cadre, Catch-all or Cartel?: A Comment on the Notion of the Cartel Party. *Party Politics*, *2*(4), 507–523.

Leal, V. N. (2012). *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras.

Lenardão, E. (2006). *O CLIENTELISMO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ALGUMAS RAZÕES DE SUA SOBREVIVÊNCIA* [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Lenardão, E. (2008). A relação entre "modernização" neoliberal e práticas políticas "atrasadas" no Brasil dos anos 1990. *Revista de Sociologia e Política*, *16*, 197–214.

Limongi, F. (2006). A democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos estudos CEBRAP*, 17–41.

Limongi, F., & Figueiredo, A. C. (2017). A crise atual e o debate institucional. *Novos estudos CEBRAP*, *36*, 79–97.

Lopez, F., & Almeida, A. (2017). Legisladores, captadores e assistencialistas: A representação política no nível local. *Revista de Sociologia e Política*, *25*, 157–181.

Lowi, T. J. (1964). American Business, Public Policy, Case-Studies, and Political Theory. *World Politics*, *16*(4), 677–715.

Mastropaolo, A. (1998). Transformismo. Em N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política*. Editora UNB.

Mayer, R. (2016). Tipologias partidárias: Considerações sobre sua aplicação na América Latina. *Paraná Eleitoral*, *5*(2), 239–258.

Mazzuca, S. ([s.d.]). *Rent seeking | Definition & Facts Definition | Britannica Money*. Recuperado 31 de janeiro de 2024, de https://www.britannica.com/money/rent-seeking

Miguel, L. F., & Coutinho, A. de A. (2007). A crise e suas fronteiras: Oito meses de" mensalão" nos editoriais dos jornais. *Opinião pública*, *13*, 97–123.

Moreira, C. (2006). Sistemas de partidos, alternancia política e ideología en el Cono Sur (Argentina, Brasil, Chile Y Uruguay). *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, *15*(1), 31–56.

Müller, W. C., & Strøm, K. (1999). *Policy, office, or votes?: How political parties in Western Europe make hard decisions*. Cambridge University Press.

Neumann, S. (1956). *Modern Political Parties: Approaches to Comparative Politics.* University of Chicago Press.

Novaes, L. M. (2018). Disloyal Brokers and Weak Parties. *American Journal of Political Science*, *62*(1), 84–98.

Oppo, A. (1998). Partidos Políticos. Em N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política* (11ª). Editora UNB.

Pandolfi, D. C. (1990). O velho PTB: Novas abordagens. *Revista Estudos Históricos*, *3*(6), 274–284.

Panebianco, A. (2005). *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. Martins Fontes.

Pombo-de-Barros, C. F., Baptista, T. W. de F., & Arruda, Â. M. S. (2013). Há vida na política social: Representação social de cidadania entre senadores brasileiros. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, *23*(1), 143–166.

Ribeiro, R. L. M. (2014). Decadência longe do poder: Refundação e crise do PFL. *Revista de Sociologia e Política*, *22*, 5–37.

Santiago-Almeida, M. M. (2011). Fisiologismo. Em *Minidicionário livre da língua portuguesa*. Hedra.

Sartori, G. (1969). Politics, Ideology, and Belief Systems. *American Political Science Review*, *63*(2), 398–411.

_____. (1970). Concept misformation in comparative politics. *American political science review*, *64*(4), 1033–1053.

_____. (1991). Comparing and Miscomparing. *Journal of Theoretical Politics*, *3*(3), 243–257.

Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. Editora Companhia das Letras.

Singer, M., & Kitschelt, H. (2011). 'Do Everything'(DoE) Parties: When Can Politicians Combine Clientelistic and Programmatic Appeals? *Workshop on Democratic Accountability Strategies*, 1–31.

Stokes, S. C. (2009). Pork, by any other name... Building a conceptual scheme of distributive politics. *Building a Conceptual Scheme of Distributive Politics*. https://papers.ssrn.com/Sol3/papers.cfm?abstract_id=1449057

_____. (2011). Political Clientelism. Em R. Goodin (Org.), *The Oxford Handbook of Political Science* (p. 0). Oxford University Press.

Stoppino, M. (2003). Ideologia. Em N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política*. Editora UNB.

Veemente Libelo contra a Infiltração Comunista no atual Governo. (1963, agosto 24). *O Globo*, 15.

Veloso, A. L. de M. A. (2017). *Fidelidade partidária: A perda do mandato eletivo por ato de infidelidade como instrumento de combate ao "fisiologismo"* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília].

Weber, M. (1991). *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva* (Vol. 1). UnB Brasília.

White, J. K. (2006). What is a political party. Em R. S. Katz & W. Crotty (Orgs.), *Handbook of party politics* (p. 5–15). SAGE Publications Ltd.

Wolinetz, S. B. (1991). Party system change: The catch‐all thesis revisited. *West European Politics*, *14*(1), 113–128.

_____. (2002). Beyond the Catch‐All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. Em R. Gunther, J. R. Montero, & J. J. Linz (Orgs.), *Political Parties: Old Concepts and New Challenges* (p. 0). Oxford University Press.

8 APÊNDICES

APÊNDICE A – FICHAMENTOS PADRONIZADOS

Abaixo estão fichadas, em ordem cronológica, as referências utilizadas na revisão de literatura das concepções de "Fisiologismo" e de "Partido Fisiológico". Há dois casos (fichamentos nº 12 e 18), em que o artigo selecionado era o recorte de uma pesquisa maior, uma tese de doutorado (Batistella, 2014; Lenardão, 2006). Uma busca sumária foi realizada junto a estes trabalhos originais, em busca de apontamentos que aprofundassem o entendimento da concepção em análise. Assim, os trechos obtidos nestas referências adicionais foram incluídos sob o título de Referência 12-B e 18-B, respectivamente.

1	**Ano:**	**Referência:**	
	1989	Benevides, Maria Victoria. O velho PTB paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo-1945/1964). **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, 133–161.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	PTB (1945) Paulista	Definição explícita	Categoria Central
	Trecho Relevante:		
	"A fragilidade ideológica do velho PTB e sua irresistível adesão a práticas fisiológicas – autojustificadas como 'formas legítimas de ação política!' […]" (p. 134) "Além da fragmentação e das lutas internas, o PTB paulista destacou-se pelo mais explícito fisiologismo – entendido como as transações políticas visando a nomeações e benesses públicos, a transformação da política em negócio (e não negociação), a confusão consciente entre público e privado. O exemplo mais eloqüente desse fisiologismo é dado pela atuação, sempre eficiente, de Ivete Vargas - 'dona' da máquina, pelo menos a partir de 1955, e dos contatos dos bastidores com políticos, empresários e governantes." (p. 145)		
	Concepção:		
	O fisiologismo é definido como a preferência por negociações políticas sem escrúpulos ideológicos ou republicanos, visando benefícios imorais, se não ilegais. Este comportamento leva o partido a forjar alianças contraditórias, a frequentemente promover expurgos de suas lideranças e a se envolver em escândalos de corrupção (p. 145, 146).		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário;		
	2.1 Alianças ideologicamente heterogêneas;		
	3.2 Patronagem;		
	5.1 Prejuízos para a democracia; 5.3 Patrimonialismo; 5.4 Corrupção; 5.5 Trocas de Favores e Negociatas.		

2	**Ano:**	**Referência:**	
	1989	DELGADO, L. A. N. PTB e PCB- reformismo e ou fisiologismo no movimento sindical. **Revista do Departamento de História**. 5, n. 08, january 1989	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	-	Sem definição	Menção passageira
	Trecho Relevante:		
	"Naquela conjuntura, por um lado, haveria uma inegável ampliação das lutas sindicais e partidárias. Embates estes que poderiam levar a uma ruptura com o pacto populista então predominante. Por outro fado, ao privilegiarem a arena estatal como um de seus palcos de atuação acabariam por se tornarem práticas marcadas por um viés clientelista e fisiológico. O que, indubitavelmente, dificultaria o caminhar em direção ao reformismo preconizado como meta a ser atingida." (p. 87)		
	Concepção:		
	O fisiologismo, juntamente com o clientelismo, é uma das consequências da proximidade que partidos e sindicatos tinham em relação ao Estado na 2ª República, o que prejudicava suas pautas reformistas. A relação entre fisiologismo e clientelismo não fica clara, mas são citados como fenômenos distintos.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário;		

3	**Ano:**	**Referência:**	
	1990	PANDOLFI, Dulce Chaves. O Velho PTB: Novas abordagens. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. vol. 3, n. 6,p. 274-284.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	Alas internas do PTB (1945)	Definição indireta	Categoria Central
	Trecho Relevante:		
	"A tese central defendida por Lucília Delgado é que de um projeto nitidamente getulista, personalista e clientelista, o PTB teria evoluído para um projeto primordialmente reformista, mais ideológico e, conseqüentemente, menos fisiológico e personalista." (p. 275)		
	Concepção:		
	O fisiologismo é, fundamentalmente, uma prática oposta ao comportamento programático; no caso abordado pelo artigo, oposta ao reformismo de setores do PTB. Uma prática, portanto, pragmática e direcionada para as forma de cooptação política herdadas do Estado Novo, desde o apelo carismático à figura de Vargas ("Personalismo" nesse sentido), até o clientelismo e o empreguismo.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário; 1.2 Pragmatismo;		
	3.1 Clientelismo; 3.2 Patronagem		
	5.1 Prejuízos para a democracia.		

4	**Ano:**	**Referência:**		
	2001	Abranches, S. A democracia brasileira vai bem, mas requer cuidados. **Estudos e pesquisas** n. 5		
	Partidos descritos como fisiológicos:		**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	-		Definição Indireta	Categoria Auxiliar
	Trecho Relevante:			
	"Para dar [à coalizão] direção, [o presidente] precisa exercitar ao máximo as habilidades de coordenação, articulação e persuasão. As quais, no caso de uma maioria fisiológica, incluem, infelizmente, a distribuição de benefícios. […] Os fisiológicos seriam mais propriamente aqueles que distribuem empregos públicos para maximizar votos em seus redutos." (p. 16)			
	Concepção:			
	O fisiologismo se caracteriza pela negociação de benefícios ("toma-lá-dá-cá", "varejão", etc.) como estratégia para formar a Coalizão de governo, consistindo na oferta de benefícios privados e eleitorais em troca de apoio em votações de interesse do Executivo. Enquanto o Governo aprova sua agenda, parlamentares eleitoreiros obtêm cargos para ocupação própria ou para indicação (patronagem), e também benefícios eleitorais junto a seus redutos.			
	Conteúdo do conceito:			
	2.1 Alianças ideologicamente heterogêneas; 2.2 Compra de apoio no Legislativo.			
	3.2 Patronagem;			
	5.1 Prejuízos para a democracia.			

5	**Ano:**	**Referência:**		
	2006	Limongi, Fernando. Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos CEBRAP**, 76.		
	Partidos descritos como fisiológicos:		**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	-		Sem definição	Menção passageira
	Trecho Relevante:			
	"[Segundo Abranches,] relações fisiológicas e clientelísticas pautariam as relações entre os eleitores e seus representantes e, como conseqüência, as relações entre o Executivo e o Legislativo." (p. 36)			
	Concepção:			
	O fisiologismo é mencionado brevemente como uma parte indefinida e pejorativa das leituras pessimistas que muitos analistas têm do desenho institucional brasileiro – com as quais o autor, em geral, não concorda.			
	Conteúdo do conceito:			
	3.1 Clientelismo;			
	5.1 Prejuízos para a democracia.			

6	**Ano:**	**Referência:**	
	2006	Moreira, C. Sistemas de partidos, alternancia política e ideología en el Cono Sur (Argentina, Brasil, Chile Y Uruguay). **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, 15(1), 31-56.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	(P)MDB; PFL/DEM	Definição indireta	Menção passageira
	Trecho Relevante:		
	"Entre 1990 y 1994 ya se configuraba un sistema de cuatro partidos relevantes, con más de 10% dos votos: el PDT, el PT, el PMDB y el PFL, bien alineados en el espectro ideológico (los dos primeros a la izquierda, los dos segundos a la derecha). […] el PT y el PSDB, compitiendo con los partidos llamados 'fisiológicos', el PMDB y el PFL, principalmente." (p. 44) "Al mismo tiempo, esta dinámica se vincula a un mayor afianzamiento de los partidos 'modernos' (PT y PSDB) en relación a los partiddos históricos, de base clientelística (los denominados 'fisiológicos')." (p. 46) "la necesidad de conformar partidos modernos distanciados de las prácticas patrimonialista y clientelares que caracterizaron a los partidos conservadores brasileños […]" (p. 55)		
	Concepção:		
	O rótulo de partidos fisiológicos é aplicado ao PMDB e ao PFL, que são também descritos como partidos históricos. São partidos conservadores, situados à direita no espectro político, e que recorrem a formas tradicionais de manutenção do poder, como o patrimonialismo e o clientelismo.		
	Conteúdo do conceito:		
	3.1 Clientelismo;		
	4.3 Partidos Tradicionais e Conservadores		
	5.3 Patrimonialismo		

7	**Ano:**	**Referência:**		
	2007	Baquero, M. Subsídios para a compreensão da cultura político-eleitoral da democracia brasileira. **Política & sociedade**. Florianópolis, SC. Vol. 6, n. 10 (abr. 2007), p. 25-51.		
	Partidos descritos como fisiológicos:		**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	-		Sem definição	Menção Passageira
	Trecho Relevante:			
	"Quando as estruturas políticas têm sido literalmente obliteradas, tanto pela indiferença dos cidadãos como pelo papel dos próprios gestores públicos, […] cria-se uma situação na qual os poderes não políticos ocupam o lugar reservado ao poder político. […] Tal situação conduz à (re)emergência de práticas políticas predatórias (nepotismo, clientelismo e fisiologismo)" (p. 38, 39)			
	Concepção:			
	O fisiologismo é um produto predatório das disfunções do sistema político brasileiro, em especial dos contínuos fracassos em elevar o desenvolvimento socioeconômico da maior parte da população.			
	Conteúdo do conceito:			
	5.1 Prejuízos para a democracia.			

8	**Ano:**	**Referência:**	
	2007	Desposato, S. W. Reforma política brasileira: O que precisa ser consertado, o que não precisa e o que fazer. Em J. Nicolau & T. J. Power (Orgs.), **Instituições representativas no Brasil**: Balanço e reforma. Editora UFMG.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	-	Definição indireta	Categoria auxiliar
	Trecho Relevante:		
	"O fisiologismo permanece como uma forte moeda de troca entre os donos do poder, fazendo com que [Barry Ames] escrevesse que 'emendas compram deputados'" (p. 123,124) "A possibilidade [de o vote-pooling] apresentar problemas nos sistemas voltados ao fisiologismo (pork-oriented systems) depende da distribuição geográfica dos candidatos, dos votos e dos vencedores da eleição. […] O vote-pooling pode proporcionar ou não uma representação eficaz tanto nos sistemas ideológicos como nos paroquiais (pork-oriented systems), dependendo do contexto" (p. 132)		
	Concepção:		
	O fisiologismo se refere tanto ao Legislativo, com a "compra de parlamentares" através do pagamento de emendas parlamentares pelo Executivo; quanto à arena eleitoral, com vínculos eleitorais baseados no paroquialismo e em políticas distributivas (pork). A diferença entre o comportamento fisiológico e o ideológico é destacada muitas vezes.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário;		
	2.2 Compra de apoio no Legislativo.		
	3.3 Paroquialismo		
	5.1 Prejuízos para a democracia		

9	**Ano:**	**Referência:**	
	2007	Miguel, L. F., & Coutinho, A. de A. A crise e suas fronteiras: Oito meses de" mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opinião pública**, 13, 97–123.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	PTB (1981), PP e PL	Definição indireta	Categoria Auxiliar
	Trecho Relevante:		
	"os ilícitos são considerados comuns ao PT e a seus parceiros no governo federal, em especial aqueles partidos considerados nanicos e fisiológicos, como o PTB, o PL e o PP. […] O fisiologismo se evidencia por uma volição, um desejo de poder, vantagens e ganhos, sem o necessário desrespeito a regras. […] quando o editorial afirma que o motivo da crise se deu por fisiologismo, há implicitamente uma condenação moral" (p. 103, 104).		
	Concepção:		
	O fisiologismo diz respeito, em primeiro lugar, a uma imoral (mas não ilegal) forma de conduzir a administração pública. Imoral por ser antiquada e visar apenas vantagens e ganhos próprios, não o bem comum, mas que não chega a ser ilegal e por isso não se confunde com a corrupção. O Executivo, ao adotar essa prática, atrai os partidos que vivem prioritariamente dela e da corrupção, os partidos fisiológicos. À medida que é capaz de sustentar a governabilidade, o fisiologismo também é sugerido como "projeto de poder". (p. 104)		
	Conteúdo do conceito:		
	4.1 Partidos Pequenos		
	5.1 Prejuízos para a democracia; 5.2 Ganhos privados às custas do bem comum.		

<table>
<tr><td rowspan="8">10</td><td>Ano:</td><td colspan="3">Referência:</td></tr>
<tr><td>2008</td><td colspan="3">Braga, S. S.; Nicolás, M. A. Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. Revista de Sociologia e Política, 16, 107-130.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Partidos descritos como fisiológicos:</td><td>Nível de elaboração:</td><td>Centralidade:</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fisiológico de Centro: MDB, PL
Fisiológico de Esquerda: PDT e PSB
Fisiológico de Direita: PTB (1981), PP</td><td>Definição explícita</td><td>Categoria auxiliar</td></tr>
<tr><td colspan="4">Trecho Relevante:</td></tr>
<tr><td colspan="4">“Tal tipologia visa a inserir uma dimensão adicional nas análises tradicionais por espectro ideológico, na medida em que procura apreender também a natureza mais ou menos ‘fisiológica’ do sistema partidário brasileiro, ou seja, o grau de coerência do comportamento dos partidos em relação a sucessivos governos na cena política nacional. […] maior ou menor grau de fisiologismo – ou seja, de adesismo aos sucessivos governos no plano nacional” (p. 111)</td></tr>
<tr><td colspan="4">Concepção:</td></tr>
<tr><td colspan="4">O fisiologismo é um comportamento pragmático que se sobrepõe, interage ou qualifica a dimensão ideológica dos partidos. Ela indica quanto os partidos estão dispostos a aderir aos sucessivos Governos, mesmo que eventualmente contrariando suas posições programáticas ou ideológicas.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo do conceito:</td></tr>
<tr><td colspan="4">1.2 Pragmatismo</td></tr>
<tr><td colspan="4">2.1 Alianças ideologicamente heterogêneas; 2.3 Governismo</td></tr>
</table>

11	**Ano:**	**Referência:**	
	2008	Hochstetler, K.; Friedman, E. J. Representação, partidos e sociedade civil na Argentina e no Brasil. **Caderno CRH**, 21, 47-66.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	-	Sem definição	Menção passageira
	Trecho Relevante:		
	"Diversos estudos recentes defendem que o sistema partidário brasileiro é consideravelmente mais capaz de governar do que sugere sua reputação, com base em comportamento partidário disciplinado no Congresso (Amorim Neto, 2002; Figueredo; Limongi, 1999). Em questões mais centrais a este artigo – a importância de fisiologismo, a falta de governança programática, e os vínculos fracos com cidadãos, há mais consenso sobre as fraquezas dos partidos brasileiros." (p. 59)		
	Concepção:		
	Ao lado da falta de programaticidade e dos fracos vínculos com os eleitores, o fisiologismo é apontado como um dos sintomas consensuais das limitações dos partidos políticos brasileiros. Contudo, o significado desse conceito fica indefinido, ficando claro apenas seu efeito prejudicial.		
	Conteúdo do conceito:		
	5.1 Prejuízos para a democracia.		

12	**Ano:**	**Referência 12-A:**	
	2008	Lenardão, E. A relação entre "modernização" neoliberal e práticas políticas "atrasada" no Brasil dos anos 1990. **Revista de Sociologia e Política**, 16, 197-214.	
	Ano:	**Referência 12-B:**	
	2006	Lenardão, E. **O Clientelismo Político no Brasil Contemporâneo**: algumas razões de sua sobrevivência. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista (UNESP)].	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	PFL, PMDB e PPB	Definição explícita	Categoria auxiliar
	Trecho Relevante:		
	"Definido pela prática daqueles deputados e senadores que organizam a sua atuação no Congresso com base na troca de favores com o poder Executivo e com as lideranças das duas casas. Ilustrativo de tal comportamento é o lema, já consagrado, de um ex-deputado 'fisiológico', usado para justificar sua posição em relação ao Executivo: 'É dando que se recebe'." (12-A, p. 198) "Embora o projeto neoliberal conduzido pelo PSDB tenha sido sustentado por uma coalizão conservadora que incluía 'os caciques da fisiologia', […]" (12-A, p. 206) "O fisiologismo é uma expressão que surgiu nos anos 60 para distinguir os deputados que votavam por motivo de convicção (os ideólogos) dos fisiológicos – que votavam com o Governo somente se este lhes oferecesse algum tipo de contrapartida (empréstimos favorecidos nos bancos estatais, nomeações de parentes e correligionários, liberação de recursos de emendas no orçamento para obras em suas cidades, etc.)" (12-B, p. 21)		
	Concepção:		
	O fisiologismo é uma forma de negociação entre o Legislativo e o Executivo, consistindo na oferta de apoio em determinadas votações em troca de emendas parlamentares, apontamento de cargos ou outros tipos de favores, legais ou ilegais. É praticada principalmente por partidos grandes e tradicionais (e "atrasados"), que, durante os governos FHC, ofereceram apoio ao governo neoliberal (e "moderno") capitaneado pelo PSDB.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário;		
	2.1 Alianças ideologicamente heterogêneas; 2.2 Compra de apoio no Legislativo;		
	3.1 Clientelismo; 3.3 Paroquialismo;		
	4.3 Partidos Tradicionais e Conservadores		
	5.1 Prejuízos para a democracia; 5.3 Patrimonialismo;		

13	**Ano:**	**Referência:**	
	2009	Braga, S. S.; França, A. S. T.; Nicolás, M. A. Os partidos políticos brasileiros e a internet: uma avaliação dos websites dos partidos políticos do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, 17, 183-208.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	PTB (1981)	Sem definição	Menção Passageira
	Trecho Relevante:		
	"A surpresa aqui […] fica por conta do PTB que, apesar da reputação de típico partido clientelista, fisiológico e catch all, apresenta um sítio bastante dedicado à divulgação de suas ações para a militância." (p. 200)		
	Concepção:		
	O Fisiologismo é um fenômeno associado ao clientelismo e ao apelo eleitoral para o maior número possível de grupos sociais (*catch-all*). Por essas características, os autores não esperavam grande comprometimento de um partido fisiológico com a comunicação para militantes em seu website.		
	Conteúdo do conceito:		
	3.1 Clientelismo;		
	4.5 Catch-all		

14	**Ano:**	**Referência:**	
	2009	Figueira, J. P. H. D. A. **A falta de ética e de espírito público na política brasileira** (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	-	Definição explícita	Categoria auxiliar
	Trecho Relevante:		
	"O fisiologismo traduz uma relação política promíscua, principalmente entre os que governam e os que legislam, na qual o parlamentar, independentemente da corrente partidária ou ideológica a que pertença, adere ao governo, comprometendo-se a votar a favor das propostas que este envia ao Congresso. Se a circunstância de ter sido eleito por um partido não adesista atrapalha, ele simplesmente troca de partido. Não se trata, porém, de uma concessão gratuita. Ela se condiciona ao acesso a cargos estratégicos dentro da estrutura de ministérios e empresas estatais. […] Com isso controlam o direcionamento de verbas para a realização de obras públicas privilegiando seus redutos eleitorais. […] Trata-se de prática que, quase sempre, se presta à corrupção" (p. 67, 68)		
	Concepção:		
	O fisiologismo é caracterizado pela oferta de apoio político (adesão ao governo) em troca do controle de cargos e de verbas. Ela se dá entre os Poderes Legislativo e Executivo a nível federal, e ocorre tanto por iniciativa de parlamentares individuais quanto de partidos e do próprio governo, mas em última instância é coordenada pelos dois últimos (tendo em vista a necessidade de filiar-se a um partido "adesista"). O fisiologismo ocorre em prejuízo da ideologia e da programaticidade, e favorece esquemas de corrupção.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário;		
	2.1 Alianças ideologicamente heterogêneas; 2.2 Compra de apoio no Legislativo; 2.3 Governismo;		
	3.3 Paroquialismo;		
	4.4 Infidelidade Partidária		
	5.1 Prejuízos para a democracia; 5.4 Corrupção; 5.5 Troca de Favores e Negociatas		

15	**Ano:**	**Referência:**	
	2010	Kingstone, P. R.; Ponce, A. F. From Cardoso to Lula: The triumph of pragmatism in Brazil. In: **Leftist Governments in Latin America**: Successes and Shortcomings (pp. 98-123). Cambridge University Press.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	-	Definição explícita	Categoria auxiliar
	Trecho Relevante:		
	"Instead, the Lula da Silva administration, like the Cardoso administration before it, has embraced […] the traditional clientelistic rules of operating within Brazil's legislature (fisiologismo)." (p. 98) "Traditionally, coalitions have been stitched together by dividing cabinet positions among coalition members, with the expectation that such positions offered control over resources that could then be used for patronage purposes (fisiologismo) by the individual cabinet members and their parties. In addition, fisiologismo was an important source of political leverage with the Congress. Members of Congress depend on patronage spending for their electoral success and have typically bargained with the executive over the release of specific patronage spending items inserted into the budget in exchange for legislative support." (p. 120, 121)	
	Concepção:		
	Fisiologismo é a forma tradicionalmente clientelista de atuar junto ao Legislativo brasileiro, na qual emendas parlamentares, pastas ministeriais e o apontamento de cargos (patronagem) são oferecidos em troca de apoio na votação de projetos da Presidência. Ele representa uma forma pragmática de construção das coalizões, o que acaba por incluir tradicionais adversários e por favorecer esquemas de corrupção.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.2 Pragmatismo		
	2.1 Alianças ideologicamente heterogêneas; 2.2 Compra de apoio no Legislativo		
	3.1 Clientelismo; 3.2 Patronagem; 3.3 Paroquialismo;		
	5.4 Corrupção.		

<table>
<tr><td rowspan="8">16</td><td>Ano:</td><td colspan="2">Referência:</td></tr>
<tr><td>2011</td><td colspan="2">Calcagnotto, G. Dilma e o problema de seguir mudando o imutável. Novas perspectivas para a reforma política no Brasil? Iberoamericana, 11(41), 169-174.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Partidos descritos como fisiológicos:</td><td>Nível de elaboração:</td><td>Centralidade:</td></tr>
<tr><td colspan="2">(P)MDB</td><td>Definição explícita</td><td>Categoria Central</td></tr>
<tr><td colspan="3">Trecho Relevante:</td></tr>
<tr><td colspan="3">“Interesses ‘fisiológicos’ ou particularistas de cada partido voltados à satisfação de seu curral eleitoral – lançando mão quase exclusivamente do poder de dispor sobre o orçamento para fazer obras cuja visibilidade lhes permita (mais do que ‘programas’) assegurar polpudos dividendos eleitorais – constituem um dos fatores que explicam a ausência quase completa, no Brasil, de partidos programáticos, voltados à formulação de um projeto político para a nação” (p. 172)
“Vamos torcer para que a ’ficha limpa’ […] faça escola, excluindo corruptos ou ‘fisiológicos’ da política, sem prejuízo para a eficácia da mesma.” (p. 174)</td></tr>
<tr><td colspan="3">Concepção:</td></tr>
<tr><td colspan="3">O partido fisiológico é o oposto do programático (p. 173), pois se interessa apenas pelo acesso a recursos públicos, os quais são direcionados tanto a currais eleitorais, visando a reeleição, quanto desviados por meio de esquemas de corrupção.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Conteúdo do conceito:</td></tr>
<tr><td colspan="3">1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário;</td></tr>
<tr><td colspan="3">3.3 Paroquialismo</td></tr>
<tr><td colspan="3">5.4 Corrupção</td></tr>
</table>

17	**Ano:**	**Referência:**	
	2013	Pombo-de-Barros, C. F.; Baptista, T. W. D. F.; Arruda, Â. M. S. Há vida na política social: representação social de cidadania entre senadores brasileiros. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, 23(1), 143-166.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	(P)MDB	Sem definição	Menção passageira
	Trecho Relevante:		
	"A grande influência de discursos emitidos por senadores do PMDB e de líderes do governo, na classe mais significativa, pode ser associada ao fato de este ter o partido (sic) as características mais claramente ligadas ao presidencialismo de coalizão, como certo fisiologismo, e um estilo *catch all*, muito influente nos governos estaduais e locais." (p. 152)		
	Concepção:		
	O fisiologismo é uma das características que, juntamente com o "estilo *catch-all*", definem o comportamento do PMDB e fazem dele um partido representativo do Presidencialismo de Coalizão.		
	Conteúdo do conceito:		
	2.3 Governismo		
	4.5 Catch-all		

18	**Ano:**	**Referência 18-A:**	
	2016	Batistella, A. O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). **Topoi** (Rio de Janeiro), 17, 257-286.	
	Ano:	**Referência 18-B:**	
	2014	Batistella, A. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)** [Tese de Doutorado, UFRGS].	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	Setores do PTB (1945) Paranaense	Definição Indireta	Categoria Auxiliar
	Trecho Relevante:		
	"Também integravam este grupo [da ala 'pragmático getulistas' do PTB] políticos fisiológicos que disputavam cargos e benefícios" (18-A, p. 267). "[o PTB se revelou] um partido extremamente pragmático e, muitas vezes, fisiológico, pois procurou barganhar o seu apoio com todos os governadores paranaenses". (18-A, p. 285) "partindo do pressuposto que o fisiologismo político consiste sempre em procurar estar do lado do grupo vencedor, isto é, apoiar qualquer governo, independente da coerência entre as suas ideologias e planos programáticos, com objetivos meramente clientelistas" (18-B, p. 191)		
	Concepção:		
	O fisiologismo caracteriza, entre as tendências internas do PTB paranaense da 2ª República, aquelas menos comprometidas com o reformismo e com o trabalhismo. Eram os grupos de "plutocratas", empresários e conservadores que cortejavam o Executivo estadual em busca de benefícios, ignorando princípios partidários para priorizar objetivos clientelistas.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário;		
	2.1 Alianças ideologicamente heterogêneas; 2.3 Governismo		
	3.1 Clientelismo;		
	5.5 Trocas de Favores e Negociatas		

19	**Ano:**	**Referência:**	
	2016	Codato, A.; Lobato, T.; Castro, A. O. "VAMOS LUTAR, PARENTES!" As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 32.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	PEN/PATRIOTA; PTN/PODEMOS; PHS; PTdoB/ AVANTE;	Definição explícita	Categoria auxiliar (residual)
	Trecho Relevante:		
	"Agregamos uma sétima categoria, 'pequenos partidos fisiológicos' para aqueles partidos oportunistas e sem um perfil programático muito claro." (p. 10)		
	Concepção:		
	A categoria de partido fisiológico é uma categoria residual para incluir partidos que, tanto pelo seu tamanho quanto pela ausência de um programa partidário claro, ficam à margem das principais classificações.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário; 1.3 Oportunismo.		
	4.1 Partidos Pequenos		

20	**Ano:**	**Referência:**	
	2016	Berlatto, F.; Codato, A.; Bolognesi, B. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 77-120.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	PAN; PGT; PHS; PTdoB/AVANTE; PTN/PODEMOS; PMN; PROS.	Definição explícita	Categoria Central (residual)
	Trecho Relevante:		
	"Partidos 'fisiológicos' são partidos sem ideologia política definida, nem expressão representativa clara, ou seja, não sustentam nenhum grupo de interesse específico (como partidos 'verdes' ou os 'trabalhistas' o fazem, por exemplo). São pragmáticos, na falta de um termo mais preciso e que não carregue juízo de valor." (p.87)		
	Concepção:		
	Partidos fisiológicos são aqueles que, de acordo com a análise de documentos e do comportamento eleitoral recente, não apresentam uma orientação ideológica clara, seja no eixo esquerda-direita, seja em algum eixo secundário. São partidos pequenos e de comportamento pragmático, não programático. A categoria, apesar de central para os argumentos do artigo, atua como residual em relação às demais.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário; 1.2 Pragmatismo		
	4.1 Partidos Pequenos		

21	**Ano:**	**Referência:**	
	2017	Limongi, F.; Figueiredo, A. C. A crise atual e o debate institucional. **Novos estudos CEBRAP**, 36, 79-97.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	-	Sem definição	Menção passageira
	Trecho Relevante:		
	"Na versão atual [do argumento contra o sistema político brasileiro], partidos que aceitam dar votos ao presidente o fazem para que, literalmente, possam descer ao inferno. Seus propósitos nunca foram os melhores. Os interesses variaram com o tempo: atraso, clientelismo, fisiologismo, patronagem e outros tantos termos negativos." (p. 84) "De uma forma ou de outra, as políticas que [os políticos] patrocinam precisam render dividendos eleitorais. Mesmo que recorram a práticas clientelistas e fisiológicas, tais práticas não emergem naturalmente, sem o desenho e a implementação de políticas com este fim." (p. 90)		
	Concepção:		
	O fisiologismo, juntamente com o clientelismo, faz parte de uma caracterização pejorativa, da qual os autores discordam, para o sistema político brasileiro. Esta leitura se baseia em elementos reais do chamado Presidencialismo de Coalizão, mas atribui apenas motivações indefinidas e perversas ao comportamento dos políticos brasileiros, e comete o erro de tomar dados sociológicos como falhas do desenho institucional.		
	Conteúdo do conceito:		
	3.1 Clientelismo;		
	5.1 Prejuízos para a democracia.		

22	**Ano:**	**Referência:**	
	2017	Veloso, A. L. de M. A. **Fidelidade partidária**: A perda do mandato eletivo por ato de infidelidade como instrumento de combate ao “fisiologismo" [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília].	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	-	Definição explícita	Categoria Central
	Trecho Relevante:		
	“’Fisiologismo’ pode ser entendido como a atitude de certos representantes e servidores públicos que se preocupam com a satisfação de interesses ou vantagens pessoais ou partidários em detrimento do bem comum. É um tipo de relação de poder político em que determinadas ações e decisões políticas são tomadas em troca de favores. Constitui favorecimentos e concessão de benefícios a interesses privados, em prejuízo da coletividade. Com essa prática, políticos esvaziam de significado o conteúdo programático e a ideologia dos partidos aos quais pertencem, visando uma aproximação do governo vigente" (p. 26).		
	Concepção:		
	O fisiologismo é uma prática prejudicial à ideologia e ao programa partidário, que leva representantes e servidores públicos a se aproximarem do governo vigente visando trocas de favores que lhe garantam benefícios privados ou partidários, em prejuízo da coletividade. Assim, mesmo que essa prática seja realizada em proveito do partido, ela ocorre em detrimento do mandato representativo da organização.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário;		
	2.3 Governismo		
	4.4 Infidelidade Partidária		
	5.1 Prejuízos para a democracia; 5.2 Ganhos privados às custas do bem comum; 5.5 Trocas de Favores e Negociatas		

23	**Ano:**	**Referência:**	
	2018	Codato, A.; Berlatto, F.; Bolognesi, B. Tipologia dos políticos de direita no Brasil. **Análise Social**, 53(229 (4),	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	PAN; PMN; PRN; PRONA; PROS; PRP; PSN; PST; PTdoB/AVANTE; PTC; PTN/PODEMOS e SDD	Definição explícita	Categoria auxiliar (residual)
	Trecho Relevante:		
	"Partidos personalistas: são os 'partidos que baseiam o seu apelo no carisma, autoridade ou poder do seu líder em vez de em quaisquer princípios ou plataformas, que são demasiado vagas ou inconsistentes para permitir uma classificação plausível' (Coppedge, 1997b). Não são, assim, organizações ideológicas, no sentido estrito do termo, mas existem apenas em função das conveniências pessoais e/ou políticas dos seus dirigentes. No Brasil, utiliza-se o termo "fisiológico" (como oposição a "ideológico") para esses partidos eleitoralmente oportunistas, que podem ligar-se indiferentemente à esquerda ou à direita." (p. 880)		
	Concepção:		
	O Partido fisiológico é caracterizado pelo posicionamento ideológico incoerente ou até mesmo ausente, restando o oportunismo eleitoral e interesses particulares dos dirigentes como norte da estratégia política. A categoria é derivada do trabalho de Coppedge mas, diferentemente da original, não há ênfase no carisma de um líder partidário forte.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário; 1.3 Oportunismo; 1.4 Personalismo		
	2.1 Alianças ideologicamente heterogêneas;		

24	**Ano:**	**Referência:**	
	2019	Bolognesi, B.; Babireski, F. R.; Maciel, A. P. Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil. **Política & Sociedade**, 18(42), 86-116.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	PHS; PTdoB/AVANTE	Definição Indireta	Categoria Auxiliar
	Trecho Relevante:		
	"[nesses] manifestos partidários, a ausência de conteúdo programático é alta, o que é considerado um comportamento característico de partidos fisiológicos." (p. 110)		
	Concepção:		
	O fisiologismo caracteriza o comportamento pouco programático de partidos políticos, em especial os pequenos.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário;		
	4.1 Partidos Pequenos		

25	**Ano:**	**Referência:**	
	2020	Barbosa, C. C. da S. **O clientelismo e a história dos conceitos**: Representações no Fisiologismo da nova república [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista (UNESP)].	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	-	Definição explícita	Objeto principal de estudo
	Trecho Relevante:		
	"O fisiologismo é uma relação de poder político entre pessoas, partidos ou grupos configurados mediante uma relação em que determinadas ações e decisões políticas se dão em troca de favores, cargos ou votos. […] busca de vantagens pessoais ou partidárias em detrimento do bem comum." (p. 73) "a diferença entre os dois conceitos [clientelismo e fisiologismo] poderia ser a de que o primeiro poder-se-á dar na relação entre políticos e eleitores, enquanto que o segundo conceito só se aplicaria entre grupos políticos atuando em diferentes poderes." (p. 91, 92)		
	Concepção:		
	O fisiologismo é uma relação política similar ao clientelismo, pois há uma relação assimétrica de troca de favores entre atores com níveis de autoridade desiguais. Mas, diferente do clientelismo, esta relação se dá entre o chefe do Executivo (Presidente) e grupos de parlamentares do Legislativo. O fisiologismo também se associa ao clientelismo por favorecer práticas dessa natureza entre parlamentares e seus eleitores, e porque ambos os fenômenos são manifestações do patrimonialismo enraizado na cultura política brasileira.		
	Conteúdo do conceito:		
	2.2 Compra de apoio no Legislativo; 2.3 Governismo		
	3.1 Clientelismo;		
	5.2 Ganhos privados às custas do bem comum; 5.3 Patrimonialismo; 5.5 Trocas de Favores e Negociatas		

26	**Ano:**	**Referência:**	
	2022	Bolognesi, B.; Ribeiro, E.; Codato, A. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, 66.	
	Partidos descritos como fisiológicos:	**Nível de elaboração:**	**Centralidade:**
	PTB (1981);PtdoB/AVANTE; SDD; PMN; PHS; PMB; MDB; PSD; PTN/PODEMOS; PRTB; PROS; PRP; REP; PL; PTC; DC; PSL; PP; PSC	Definição explícita	Categoria Central
	Trecho Relevante:		
	"A centro-direita […] é o retrato de partidos preocupados com conseguir votos e patronagem, estando sempre no governo seja via eleição, seja via patronagem. É uma fatia ideológica que se caracteriza por um domínio absoluto de partidos fisiológicos." (p. 17) "O termo 'partidos fisiológicos' não é um conceito comumente usado na literatura partidária internacional. O mais comum é que se use 'partidos personalistas' ou 'partidos clientelistas'. Ambas as definições, porém, não parecem ter o mesmo sentido do fisiologismo brasileiro, em que os candidatos e eleitos são atributos dos partidos – em vez de o partido ser um atributo do candidato. O partido opera a reboque de seus membros, que mantêm práticas paroquiais de conexão eleitoral centradas no indivíduo e qualunquismo no legislativo. Difere assim do partido personalista, que é calcado na figura de um líder carismático, e do clientelista, que se sustenta na rede de clientelismo formada por notáveis locais e coordenada pelo partido centralizado, mas possui posição na arena governamental" (p. 22)		
	Concepção:		
	O Partido Fisiológico é definido como uma organização que visa apenas atender aos interesses eleitorais de seus membros, como veículo para suas campanhas e intermediador de recursos para seus redutos eleitorais, via emendas e cargos negociados com o Governo ou ocupando diretamente cargos eletivos. No diagrama derivado de Müller e Strøm e de Wolinetz, o partido fisiológico é classificado como partido puramente office- e vote-seeking, alheio a um programa partidário. Ideologicamente, este comportamento parece ser mais comum entre partidos de centro-direita.		
	Conteúdo do conceito:		
	1.1 Irrelevância da Ideologia/Programa Partidário; 1.4 Personalismo		
	2.3 Governismo		
	3.2 Patronagem; 3.3 Paroquialismo		
	4.2 Predomínio do Grupo Parlamentar		

APÊNDICE B – VERBETES DE DICIONÁRIOS

1	**Ano:**	**Referência:**
	1998	**Michaelis**: moderno dicionário de língua portuguesa. Companhia Melhoramentos
	Verbete:	
	fi.sio.lo.gis.mo *sm* (fisio+logo²+ismo) Preocupação exclusivamente com as normas e regras de funcionamento de uma organização, instituição etc., sem juízos de valor ou julgamentos morais.	
	Conteúdo do Verbete:	
	1.3 Pragmatismo	

2	**Ano:**	**Referência:**
	1999	Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Nova Fronteira
	Verbete:	
	fisiologismo. ***S. m.*** *Deprec.* Atitude ou prática (de políticos, funcionários públicos, etc.) caracterizada pela busca de ganhos ou vantagens pessoais, em lugar de ter em vista o interesse público: "ao concentrar tantos poderes em suas mãos, acaba acumulando todos os pedidos que surgem e passa a fazer parte do fisiologismo." (*Veja*, 19.8.1987, p. 23).	
	Conteúdo do Verbete:	
	5.2 Ganhos privados às custas do bem comum	

3	**Ano:**	**Referência:**
	2000	Bueno, Silveira. **Silveira Bueno**: minidicionário da língua portuguesa. FTD
	Verbete:	
	FISIOLÓGICO, adj. Relativo à fisiologia; (Polit.) que adere ao governo ou ao grupo vencedor. ***fi.sio.ló.gi.co***	
	Conteúdo do Verbete:	
	2.3 Adesismo	

4	**Ano:**	**Referência:**
	2001	Houaiss, Antônio; Villar, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Objetiva
	Verbete:	
	fisiologismo *s.m.* ADM POL *B. Pej.* conduta ou prática de certos representantes e servidores públicos que visa à satisfação de interesses ou vantagens pessoais ou partidários, em detrimento do bem comum · ETIM *fisiologia* + *-ismo*; ver *fisi(o)-*.	
	Conteúdo do Verbete:	
	5.2 Ganhos privados às custas do bem comum	

5	**Ano:**	**Referência:**
	2002	**Dicionário de Usos do Português Brasileiro**. Atica
	Verbetes:	
	fisiológico *adj* * **[Classificador de nomes não-animado]** […] **4** que reverte em benefício próprio: *Outros avanços do Estado são explicados pela defesa de interesses puramente fisiológicos dentro da administração pública* (VIS) • **5** quem só se preocupa com o seu próprio benefício; quem advoga em causa própria: *que os setores progressistas dos partidos se livrem dos fisiológicos, caso contrário serão confundidos com eles* (FSP) **fisiologismo** *NM* [Abstrato de ação] política exercida em proveito próprio: *Diz o presidente que não participará de nomeação para cargos expressivos, que tenham base em desejos individuais e em fisiologismo* (EM); *o Presidente sempre prometia dar um basta ao inveterado fisiologismo de nossa vida pública* (SC)	
	Conteúdo do Verbete:	
	5.2 Ganhos privados às custas do bem comum	

6	**Ano:**	**Referência:**
	2005	Rocha, Ruth; Pires, Hindenburg da Silva. **Minidicionário da língua portuguesa**. Scipione
	Verbete:	
	fi.si:o.lo.gis.mo *sm* (Deprec.) Prática política que consiste da obtenção de vantagens e favores de qualquer natureza em troca de apoio ao governo.	
	Conteúdo do Verbete:	
	2.2 Compra de apoio político; 2.3 Adesismo	

7	**Ano:**	**Referência:**
	2008	Aulete, Caldas. **Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa**: Edição de bolso. L&PM.
	Verbete:	
	fisiologismo (fi.si:o.lo.*gis*.mo) *sm. Bras. Pej. Pol.* Prática (de alguns políticos, funcionários públicos etc.) caracterizada pela obtenção de cargos ou vantagens em troca de apoio ao governo.	
	Conteúdo do Verbete:	
	2.2 Compra de apoio político; 2.3 Adesismo	

8	**Ano:**	**Referência:**
	2009	Houaiss, Antônio; Villar, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Objetiva
	Verbete:	
	fi.si.o.lo.gis.mo *s.m. pej.* prática que condiciona o apoio político à obtenção de vantagens, favores, etc.	
	Conteúdo do Verbete:	
	2.2 Compra de apoio político.	

9	**Ano:**	**Referência:**
	2011	Santiago-Almeida, Manoel Mourivaldo. **Minidicionário livre da língua portuguesa**. Hedra
	Verbete:	
	fi.si.o.lo.gis.mo *s.m.* Atitude de certos representantes e servidores públicos que se preocupam com a satisfação de interesses ou vantagens pessoais ou partidários em detrimento do bem comum.	
	Conteúdo do Verbete:	
	5.2 Ganhos privados às custas do bem comum	

APÊNDICE C – MATRIZ DE CARACTERÍSTICAS CODIFICADAS POR TRABALHO E VERBETE

TRABALHOS		GRUPO 1				GRUPO 2			GRUPO 3			GRUPO 4					GRUPO 5					TOTAL
Fich.	**Referência**	1.1	1.2	1.3	1.4	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	
1	Benevides, 1989	x				x				x							x		x	x	x	7
2	Deslgado, 1989	x																				1
3	Pandolfi, 1990	x	x						x	x							x					5
4	Abranches, 2001					x	x			x							x					4
5	Limongi, 2006								x								x					2
6	Moreira, 2006								x					x					x			3
7	Baquero, 2007																x					1
8	Desposato 2007	x					x				x						x					4
9	Miguel e Coutinho, 2007											x					x	x				3
10	Braga e Nicolás, 2008		x			x		x														3
11	Hochstetler e Friedman, 2008																x					1
12	Lenardão, 2008	x				x	x		x		x			x			x		x			8
13	Braga et al., 2009								x							x						2
14	Figueira, 2009	x				x	x	x			x				x		x			x	x	9
15	Kingstone e Ponce, 2010		x			x	x		x	x	x									x		7
16	Calcagnotto, 2011	x									x									x		3
17	Pombo-de-Barros et. al., 2013							x								x						2
18	Batistella, 2016	x				x		x	x												x	5
19	Codato et al., 2016	x			x							x										3
20	Berlatto et al., 2016	x	x									x										3

21	Limongi e Figueiredo, 2017							x								x					2
22	Veloso, 2017	x					x						x			x	x			x	6
23	Codato et al., 2018	x		x	x	x															4
24	Bolognesi et al., 2019	x									x										2
25	Barbosa, 2020					x	x	x									x	x		x	6
26	Bolognesi et al. 2022	x			x		x		x	x		x									6
	TOTAL	14	4	2	2	8	6	7	9	5	6	4	1	2	2	2	12	3	4	4	5	102

VERBETES		GRUPO 1				GRUPO 2			GRUPO 3			GRUPO 4					GRUPO 5					TOTAL
Verbete	**Referência**	1.1	1.2	1.3	1.4	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	
1	Michaelis, 1998		x																			1
2	Ferreira, 1999																	x				1
3	Bueno, 2000							x														1
4	Houaiss e Villar, 2001																	x				1
5	*Dic. de Usos, 2002*																	x				1
6	Rocha e Hindenburg da Silva, 2005						x	x														2
7	Aulete, 2008						x	x														2
8	Houaiss et al., 2009						x															1
9	Santiago-Almeida, 2011																	x				1
	TOTAL	0	1	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	11